Estratégia local de habitação setembro ’19

1. Abreviaturas e acrónimos
2. Figuras e quadros
3. Introdução
4. Enquadramento legal e notas metodológicas
5. Princípios de atuação (1º direito) e princípios de concretização (ELH)
6. A realidade habitacional municipal
    a. síntese geográfica
    b. realidade demográfica e populacional
    c. realidade urbanística (edifícios / licenciamento)
7. Levantamento da realidade habitacional municipal
    a. Tipificação das carências
    b. Síntese do levantamento da realidade
8. A estratégia de atuação
    a. Leitura crítica da realidade
    b. Modelos de atuação perspetivados
    c. Prioridades de investimento | beneficiários
9. Fontes de financiamento |cabimento orçamental municipal e acompanhamento | monitorização da concretização da estratégia local de habitação
10. Cronograma temporal e financeiro da estratégia local de habitação
11. Conclusão
12. Anexos
    a. Síntese do levantamento das carências habitacionais do município
    b. Levantamento das carências habitacionais do município
    c. Figuras e quadros
        i. Figura 7 _ esquema estrutural do modelo de atuação (ELH)
        ii. Figura 8_ territorialização das situações identificadas de “indignidade habitacional” (incluindo aquelas de propriedade estatal)
        iii. Quadro 17 _ distribuição e sistematização das soluções identificadas por macro modelos de solução
        iv. Quadro 18 _ estimativa orçamental global por tipologia de fogo (CMG | CASFIG)
        v. Quadro 19 _ investimento para o ano de 2019
        vi. Quadro 20 _ investimento para o ano de 2020
        vii. Quadro 21 _ investimento para o ano de 2021
        viii. Quadro 22 _ investimento para o ano de 2022
        ix. Quadro 23 _ investimento para o ano de 2023
        x. Quadro 24 _ investimento para o ano de 2024
        xi. Quadro 25 _ Síntese anual do investimento para seis (6) anos (2019 – 2024)
    d. Relatório do conselho consultivo associado a “guimarães mais verde” realizado sobre habitação

Domingos Bragança, presidente da câmara municipal de guimarães

Fernando Seara de Sá, vereador responsável pelo pelouro do urbanismo

Paula Oliveira, vereadora responsável pelo pelouro da ação social

Filipe Fontes, chefe de divisão da habitação em regime de substituição

Cristina Dias, chefe da divisão técnica da CASFIG

Participação: juntas de freguesia e instituições | associações de solidariedade social

1. ELH _ estratégia local de habitação
2. NGPH _ nova geração de política de habitação
3. IC _ itinerário complementar
4. IP _ itinerário principal
5. REOT _ relatório do estado do ordenamento do território
6. PEDU _ plano estratégico de desenvolvimento urbano
7. ARU _ área de reabilitação urbana
8. IHRU _ instituto de habitação e reabilitação urbana
9. NUT _ nomenclatura de unidade territorial
10. IPSS _ instituições particulares de solidariedade social
11. INE _ instituto nacional de estatística
12. KM _ quilómetro
13. GAAS _ gabinete de apoio e ação social
14. UF _ união de freguesias
15. AMU – área moderadamente urbana
16. APU – área predominantemente urbana.
17. PAICD _ plano de ação integrado de comunidades desfavorecidas
18. SMN _ salário mínimo nacional
19. RSI _ rendimento social de inserção
20. CMG _ câmara municipal de guimarães

1. Figura 1_ extrato fotográfico da cidade de guimarães
2. Figura 2_ figuras de planeamento e gestão territorial consultadas e referenciadas para a construção da estratégia local de habitação (ELH)
3. Figura 3 _ mapa administrativo de Guimarães e sua relação com municípios contíguos
4. Figura 4 _ população, espaço público e participação pública: guimarães e centro histórico
5. Figura 5 _ Fotografias parciais do parque habitacional estatal em guimarães
6. Figura 6 _ Fotografias parciais do parque habitacional municipal de guimarães
7. Figura 7 _ esquema estrutural do modelo de atuação (ELH)
8. Figura 8_ territorialização das situações identificadas de “indignidade habitacional”

1. Quadro 1 _ ficha de levantamento da realidade habitacional de guimarães
2. Quadro 2_ população residente e densidade populacional: guimarães e região norte
3. Quadro 3 _ variação populacional de guimarães
4. Quadro 4 _ população residente e densidade populacional: vilas de guimarães
5. Quadro 5 _ envelhecimento da população: Guimarães e região norte
6. Quadro 6 _ relação do envelhecimento e atividade da população: Guimarães e região norte
7. Quadro 7 _ população empregada / taxa de empregabilidade: Guimarães e região norte
8. Quadro 8 _ distribuição da atividade populacional pelos três (3) setores de atividade: Guimarães e região norte
9. Quadro 9 _ população e género: Guimarães e região norte
10. Quadro 10 _ edifícios licenciados: Guimarães e região norte
11. Quadro 11 _ alojamento: Guimarães e região norte
12. Quadro 12 _ variação do número de licenciamentos (2001 – 2011 – 2017): Guimarães e região norte
13. Quadro 13 _ dados totais da população identificada no levantamento de carências habitacionais realizado
14. Quadro 14 _ dados por variável da população identificada no levantamento de carências habitacionais realizado
15. Quadro 15 _ realidade territorial e administrativa e princípios de atuação e valorização do território (e sua transformação)
16. Quadro 16 _ valores de referência / “dados de partida” para estimativa orçamental do investimento (seis (6) anos)
17. Quadro 17 _ distribuição e sistematização das soluções identificadas por macro modelos de solução
18. Quadro 18 _ estimativa orçamental global por tipologia de fogo (CMG | CASFIG)
19. Quadro 19 _ investimento para o ano de 2019
20. Quadro 20 _ investimento para o ano de 2020
21. Quadro 21 _ investimento para o ano de 2021
22. Quadro 22 _ investimento para o ano de 2022
23. Quadro 23 _ investimento para o ano de 2023
24. Quadro 24 _ investimento para o ano de 2024
25. Quadro 25 _ Síntese anual do investimento para seis (6) anos (2019 – 2024)

Habitante é aquele que ocupa um espaço para se abrigar, permanecer e confortar por necessidade. Morador é aquele que ocupa um espaço porque pertence a um lugar, nele se revendo e projetando. Transformar habitantes em moradores é um dos maiores objetivos que a cidade contemporânea enfrenta. E esta será, seguramente, uma marca indelével da sua singularidade e riqueza!...

“As ideias valem muito: não valem, contudo, só por si. Precisam daquela adequação que só a prova da aplicabilidade lhes traz”.[1]

INTRODUÇÃO

Quando falamos de habitação, falamos necessariamente de cidade. E quando falamos de cidade, falamos de política, ou seja, gestão da coisa pública. Logo, quando falamos de habitação, falamos da gestão da coisa pública, de algo que nos diz respeito e diz respeito à comunidade. Porque, na realidade, habitação responde a uma necessidade individual de abrigo, segurança e conforto. A um requisito comunitário para viver e conviver.

Porque é tão inerente, dir-se-á inata, à vida e a à cidade, a habitação é incontornável para o urbano e para a urbanização. Ainda mais quando concluímos que este processo urbano e de urbanização não tem assegurado resposta assertiva e capaz a esta realidade, a qual ultrapassa o direito à habitação (constitucionalmente expresso) para se albergar e conjugar com a democratização da habitação e, assim, afirmar o “direito à cidade” que todos nós possuímos!

Direito à cidade e democratização da habitação que, acredita-se, passam pela defesa da dignidade humana, ou seja, assegurar que a habitação cumpra as suas funções de abrigo, segurança e conforto e permita viver e conviver em condições consensualmente ajustadas à circunstância contemporânea.

Como se materializa tal? Conjugando três elementos: acesso à habitação, localização da habitação, tipologia de habitação.

Acesso no sentido da forma de apropriação: Compra, arrendamento, partilha, … importando aqui procurar que o esforço financeiro para tal acesso seja equilibrado e proporcionado ao rendimento e salário.

[1] José Tolentino Mendonça, jornal Expresso, 22 junho 2019

Localização no sentido da dicotomia centro e periferia… importando aqui não valorizar e "onerar financeiramente" um de modo a obrigar muitos a ir para a periferia; não descuidar esta periferia em detrimento de um centro hiperinflacionado.

Tipologia no sentido de se encontrar tipos de habitação que respondam aos modos de vida atuais, seja o "modelo familiar", o alojamento para estudante, a residência partilhada, o alojamento local, a habitação para pessoas singulares, … importando acompanhar a mudança societal que se regista e atender à diversidade de formas de estar e viver que, cada vez mais, emerge na sociedade.

Ora por força de ações indiretas e induzidas – como o planeamento urbano e a reabilitação – ações e opções diretas, objetivas e focalizadas em temas específicos – habitação (in)digna, habitação (in)acessível - regista-se uma progressiva atenção da sociedade portuguesa e do seu governo à habitação.

Encontram-se em desenvolvimento e concretização quer um conjunto de diplomas legais diretamente associados ao combate às condições habitacionais indignas, à procura de habitação acessível, quer a lei de bases da habitação que tende a responder (ou a constituir possível resposta) à falta de uma referência âncora para qualquer atuação a este nível e tema[2].

Dir-se-á que, atualmente, trabalha-se em campos disciplinares complementares, direta ou indiretamente relacionados: o 1º direito e a estratégia local de habitação visam o "combate" à indignidade habitacional (precaridade, insalubridade, falta de acessibilidades, …); o arrendamento acessível visa concertar rendimento com acesso (habitacional); a lei de bases visa estruturar e referenciar a atuação estadual sobre a habitação; a procura da reabilitação urbana visa aumentar a disponibilização de imóveis qualificados; …

E existe panóplia de outros temas incontornáveis: o alojamento para estudantes e a sua concertação com a economia informal e a falta de oferta; a habitação partilhada, muito associada à terceira idade; a

[2] A legislação produzida, ora já em vigor, ora em aprovação, reporta a temas centrados a arrendamento urbano, habitação acessível, reabilitação urbana, benefícios fiscais, crédito a habitação, programas de financiamento e renda condicionada (por exemplo, lei de bases da habitação, 1º direito, porta de entrada, porta 65, …) que, direta ou indiretamente, influenciam a definição das estratégias, dos caminhos e respostas concretas às questões inerentes à HABITAÇÃO.

habitação consonante com novas formas de habitação e relacionamento – famílias monoparentais, divórcio, solteiros e com flexibilidade e mutabilidade que a vida contemporânea regista; o alojamento local e o seu impacto na absorção ou desvio de residentes, nomeadamente nas zonas centrais e ditas “áreas históricas”; a qualidade da resposta pública à “falta de habitação”, nomeadamente ao modelo de construção concentrada em áreas de pouca abertura e ligação urbana; como valorizar a habitação nas zonas centrais quando as mesmas são “pressionadas” por festas, eventos e fluxos turísticos que retiram qualidade habitacional de forma continuada?; como valorizar e qualificar os “bairros habitacionais existentes, ditos de “habitação social”, integrando e incorporando no tecido urbano? Como envolver promotores privados no “arrendamento acessível” e novas formas habitacionais (incentivos? Condições regulamentares?)? qual o papel da autarquia neste contexto?

Porque se passou de uma realidade suficientemente padronizada no modo e consolidada no tempo para uma realidade pulverizada nas formas e temporalmente instável e mutável, o grande desafio reside na estabilização mínima de um cenário de oferta e procura que garanta a liberdade e opção de escolha com segurança, conforto e equilíbrio financeiro. Ou seja, com urbanidade, essa palavra que traduz a qualidade do que é urbano. E, se a cidade é o maior exemplo do “ser urbano”, não há qualidade na cidade se a habitação não for de qualidade: ajustada, equitativa e equilibrada. É disto de que se trata. É sobre isto que se trabalha!

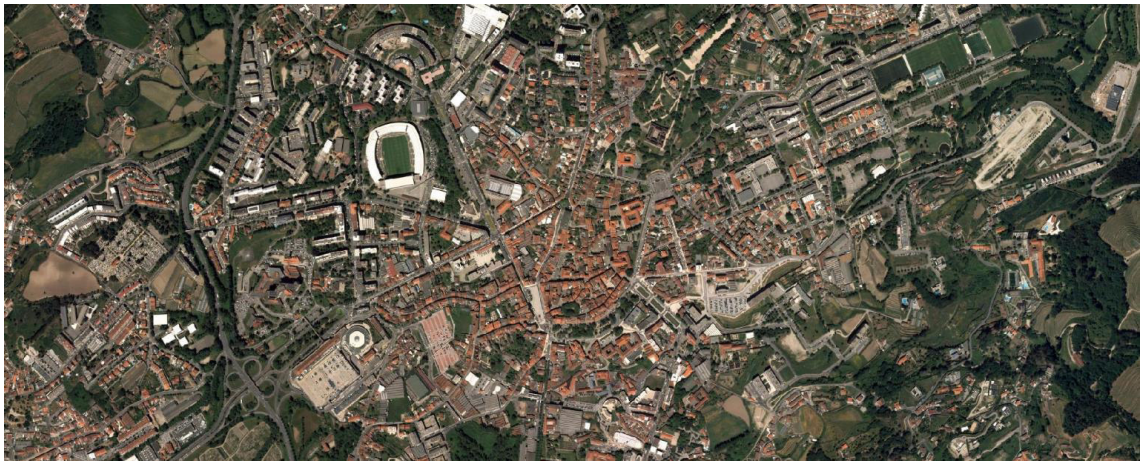


Figura 1 _ extrato fotográfico da cidade de Guimarães (ortofotomapa 2017 – CMG)

ENQUADRAMENTO LEGAL E NOTAS METODOLÓGICAS

No desenvolvimento da denominada “nova geração de políticas de habitação”[3], a estratégia local de habitação (ELH) surge como um documento de planeamento e programação constitutivo de uma estratégia de atuação sobre o tema habitacional (e, dentro deste, sobre a denominada “indignidade habitacional”) e de uma priorizada concretização física e financeira de modo a configurar-se, simultaneamente, como um documento referenciador e um documento prático, um veículo estruturado de resolução da mencionada “indignidade habitacional”, a qual encontra na precariedade, insalubridade, sobrelotação e (falta de) acessibilidades as suas principais expressões materiais[4].

Exigindo, assim, abrangência da realidade habitacional e do território, mas também implicando constante monitorização e correção, a ELH surge, também, como instrumento estruturador do acesso ao envolvimento de (eventuais) parceiros e apoios financeiros.

Balizado temporalmente em seis anos e territorialmente ao município de guimarães, a ELH encontra expressão legal na resolução do conselho de ministros número 50/2048 e no decreto-lei 37/2018, de 04 julho que, sobre esta temática, se condensa na “promoção do acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna”.

Fruto da sua natureza e suas caraterísticas, no momento de partida da construção deste documento (que, necessariamente, irá “beber” do conhecimento adquirido ao longo do tempo e irá condicionar-se a toda

[3] A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH). A NGPH tem por missão:
Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;
Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.
Fonte: www.portaldahabitacao.pt

[4] A ELH não constitui, por si só, a estratégia e a política habitacional do município. Estas não se esgotam na ELH mas são incorporadoras desta. Na verdade, a estratégia e a política habitacional municipal tendem para a multidisciplinariedade e abrangência de temas e ações que englobarão, quer (espacialmente) a totalidade do território municipal, quer (tipologicamente) tudo o que, direta e indiretamente, diz respeito á habitação. Dir-se-á que a ELH ajudará à formação e consolidação das estratégia e política municipais sobre habitação, antecipando quer a sua atuação num determinado âmbito tipológico, quer na respetiva formulação de princípios e objetivos.
Não constituindo fim em si mesmo, a ELH será instrumento indispensável para o robustecimento e abrangência da política habitacional do município e precursora de uma ação prática que se deseja de resultados tão imediatos quanto possíveis.

aquela realidade por descobrir e “trabalhar”), assumem-se três pressupostos estruturadores do mesmo, a saber:

1. Encarar o documento em causa como um processo e não como um produto;
2. Encarar o documento em causa como uma síntese crítica do passado e ponto de partida para o futuro;
3. Encarar o documento em causa como uma oportunidade de agregar a informação e dados disponíveis, envolver entidades que se afiguram importantes e detentoras de informação útil ao processo.

A assunção destes três pressupostos apresenta-se determinante para o entendimento deste documento como uma realidade “não fechada” e passível de constante correção e atualização. Na verdade, reconhece-se que a informação, hoje detida pelo município sobre a sua realidade habitacional conjuga já um conhecimento alargado e satisfatório, mas não ainda totalmente abrangente e holístico.

A dimensão do território vimaranense, a sua peculiar ocupação do solo (através do modelo urbano correntemente designado por “disperso”) bem como um trabalho de compilação, tratamento e produção de informação ainda muito aquém da globalidade da realidade chamam a atenção da necessidade de aprofundar este mesmo conhecimento e, implicitamente, transportam para este documento um carácter de “work in progress” que permitirá e fundamentará (ainda mais) a sua monitorização e acompanhamento.

Como ponto de partida e suporte deste documento, conjugou-se três realidades[5]:

1. Aquela inerente ao levantamento da realidade existente que a CASFIG[6] revela;

[5] Na sequência do desenvolvimento do trabalho, realizou-se reunião preliminar entre a câmara municipal de Guimarães e o instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) no sentido da perceção, tão exata quanto possível, dos termos, condições e parâmetros que devem estruturar e caraterizar o documento presente. E, dessa reunião, resultou claro a imprescindibilidade do mesmo documento ser explícito e tão abrangente quanto possível sobre: (1) Levantamento das necessidades habitacionais alargadas a todo o território municipal e envolvendo todos os atores aplicáveis ao tema, públicos e privados; (2) Participação de todos os atores, ou stakeholders, evidenciando-se de que forma foram incorporados e valorizados no processo; (3) Visibilização das opções municipais e sua priorização; (4) Cronograma físico, temporal e financeiro da concretização da ELH, incluindo especificação da dotação orçamental anual.

[6] A CASFIG – coordenação de âmbito social e financeiro das habitações do município de guimarães – é uma empresa, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em 1999 ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto. Com o objetivo

2. Aquela inerente à informação constante em documentos estruturadores como plano diretor municipal (PDM), plano estratégico de desenvolvimento urbano (PEDU), áreas de reabilitação urbana (ARU), relatório do estado de ordenamento do território (REOT)[7], …
3. Aquela inerente ao levantamento realizado por um conjunto de entidades – juntas de freguesia, união de freguesias, associações e centro sociais, santa casa da misericórdia e outras (entidades tidas como detentoras de um conhecimento grande da realidade do município em função do trabalho de proximidade que realizam com a população).

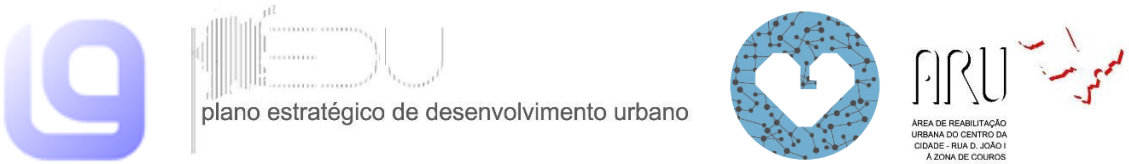


Figura 2 _ figuras de planeamento e gestão territorial consultadas e referenciadas para a construção da ELH (CMG)

De modo a poder assegurar o processo de participação necessário, bem como alargar o levantamento das necessidades (quanto possível) e fixar, temporalmente, o prazo de execução realizaram-se reuniões de trabalho e solicitação de informação a juntas de freguesia, associação de moradores e cooperativas, santa casa da misericórdia e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) com apoio domiciliário (foram realizadas duas reuniões de trabalho direcionadas especificamente para estas entidades e este tema).

Após o fornecimento de informação das entidades mencionadas (acima) – estruturada em função da ficha abaixo – a mesma foi compilada e sistematizada para fixação do ponto de situação da realidade habitacional municipal e condições de elaboração do documento em causa.

de dotar os cidadãos de habitação condigna, o município de guimarães constituiu a CASFIG no ano de 1999, cometendo-lhe a responsabilidade de gerir o parque habitacional de que é proprietária, bem como de estudar e propor medidas para a resolução dos problemas habitacionais das famílias do município de guimarães cuja situação lhes não permita recorrer ao mercado particular. No âmbito socioeconómico, a CASFIG cria e exerce serviços de apoio e acompanhamento social no domínio das carências habitacionais na área do município de guimarães e pode exercer ainda todas as atividades que, acessoriamente, digam respeito ao seu objeto e não sejam excluídas por lei.
Fonte: www.casfig.pt

[7] Porque recente (embora reconhecendo o recurso a elementos estatísticos relativamente pouco atuais) , a caraterização da realidade municipal suportar-se-á diretamente neste documento de planeamento, transcrevendo parcialmente o seu conteúdo.

De modo a potenciar melhor levantamento e sistematização de informação, elaborou-se ficha de levantamento da realidade estruturada em:

Agregado	Identificação (nome)
	morada
	Número agregado familiar
	Dependentes diretos
	Número total do agregado
	Realidade socioeconómica (desemprego, dificuldades
habitação	localização
	Infraestruturas públicas (rua pavimentada, saneamento,
	Estado físico da habitação (precariedade, insalubridade,
Perspetiva do agregado	Vontade em permanecer na freguesia, perspetivas de crescimento do agregado, …

Quadro 1 _ extrato fotográfico da cidade de Guimarães (CMG)

A conjugação destas três realidades fixou a possibilidade de uma leitura global sobre o território e a perceção do “estado da arte” habitacional de guimarães centrada na já denominada “indignidade habitacional”[8].

Reafirmando-se a consideração de se estar em presença de um processo, e não de um produto, a estratégia local de habitação fixa-se no prazo temporal de seis anos, sendo à mesma subjacente o compromisso municipal de uma permanente monitorização e correspondente revisão (assim que se mostrar prudente e avisado).

PRINCÍPIOS DE ACTUAÇÃO (1º DIREITO) E PRINCÍPIOS DE CONCRETIZAÇÃO (ELH)

Quer por força da opção e defesa municipais dos valores e princípios (sem ordem hierárquica) de equidade, universalidade, estabilidade, adequabilidade, entre outros, quer por coerência com o diploma

[8] Precariedade habitacional: “sem abrigo”, insolvência, violência doméstica, desemprego, não renovação do contrato de arrendamento, …
Insalubridade habitacional: falta evidente de luz natural, segurança estrutural, higiene, ventilação, humidade e falta de estanquicidade
Sobrelotação em habitação: relação desproporcionada entre o número de espaços habitáveis (sala, quartos) e o número de pessoas
Acessibilidades à (e na) habitação: falta de acesso capaz (e espaços preparados) para pessoas com mobilidade condicionada

legal que a enquadra, a estratégia local de habitação (ELH), necessariamente, vai “beber” dos princípios inerentes ao denominado 1º direito[9], procurando-os interpretar e concretizar de forma justa e singular sem perda do seu significado lato, com ganho da sua adaptação à realidade local em causa.

De forma a obter uma relação direta e objetiva, detalha-se cada princípio mencionado no “1º direito” e o modo encontrado de concretização. Identificam-se quadro grandes grupos de princípios: dois associados diretamente às pessoas (acessibilidade habitacional, integração social e participação; estabilidade, acessibilidades e sustentabilidade ambiental), outros dois de carácter mais físico e de planeamento (planeamento estratégico local, reabilitação do edificado e incentivo ao arrendamento; perequação, equidade e cooperação). Assim:

1. Princípios de acessibilidade habitacional, integração social e participação:

   A materialização destes princípios passa pela assunção de um trabalho de proximidade muito forte e contínuo, cuja empresa municipal CASFIG será exemplo maior. No reconhecimento de que este trabalho de proximidade tem produzido resultados ao nível da valorização humana, do conhecimento da realidade instalada e do envolvimento da população na identificação quer dos problemas, quer das soluções, com a presente ELH pretende-se reforçar este mesmo envolvimento e integração, sendo exemplo não só a metodologia seguida (contacto e partilha de informação entre câmara, juntas de freguesia, entidades sociais e munícipes), a realização de um “conselho consultivo” no âmbito do programa “Guimarães mais verde” sobre habitação, envolvendo um conjunto alargado de atores que agem neste domínio habitacional, como também a recente criação e funcionamento de uma unidade orgânica do município – divisão de habitação – que visa, entre outros, a criação de uma estrutura de maior proximidade, identificabilidade e de facilitação a todos aqueles que necessitam de interação e colaboração municipal a este nível (habitação).

[9] Princípios de acessibilidade universal, planeamento estratégico local, integração social, estabilidade, cooperação, participação, equidade, perequação, reabilitação do edificado, incentivo ao arrendamento, acessibilidades e sustentabilidade ambiental

Por outro lado, e tal como descrito neste documento, persegue-se o ideal de uma "cidade de todos e para todos" e o enraizamento das pessoas com o local que habitam, abrindo "portas" a uma integração social e democratização do território coerentes com os princípios em causa.

2. Princípios de estabilidade, acessibilidades e sustentabilidade ambiental:

   A salvaguarda da denominada "acessibilidade universal" ou "acessibilidade para todos" é uma realidade tão inerente à atual atuação municipal que extravasa largamente a ELH para se afirmar como um princípio salvaguardado em todas as operações urbanísticas quer públicas, quer privadas e sujeito a controlo prévio.

   Na verdade e no presente, decorrente da própria lei específica (decreto-lei 163/06), todas as intervenções projetadas detêm um "plano de acessibilidades" que explicita e comprova essa "acessibilidade universal".

   Em simultâneo, a sustentabilidade ambiental também se afigura transversal à atuação municipal, encontrando-se plasmada, quer em documentos estratégicos de planeamento – como o PEDU e ARU – quer na atuação física municipal, que ainda reforçada e visibilizada neste próprio documento ("*Ou seja, de um processo que releva as questões construtivas e arquitetónicas, urbanísticas e paisagísticas numa atitude conceptual e prática de valorização da denominada sustentabilidade ambiental – equilíbrio e ponderação da resposta às necessidades da população com a artificialização do território e respeito pelos seus valores naturais matriciais e importantes*");

3. Princípios dos planeamento estratégico, reabilitação do edificado e incentivo ao arrendamento

   A ELH suporta-se, num primeiro momento, nos documentos de planeamento existentes no município, nomeadamente PDM, PEDU e ARU, referenciando-se (em múltiplos aspetos) nos diagnósticos e caminhos de solução apontados nestes mesmos documentos.

   Igualmente, e por inerência à própria cidade e seu modo de intervenção no território, a assunção da reabilitação como solução valorizada do património edificado, rentabilização do investimento

e infraestruturas, potenciação do enraizamento da população com o território que habitam é princípio continuamente presente, sendo sempre opção prioritária e majorada. Independentemente da real possibilidade de concretização, sendo inato ao município, a reabilitação estará sempres de forma prioritária (além do mais, em coerência com o princípio de sustentabilidade ambiental também já assumido);

4. Princípios de perequação cooperação e equidade

   Inerentes à aplicação dos princípios atrás mencionados, perequação, cooperação e equidade são palavras transversais à estratégia municipal, sendo objetivo alcançar a cooperação de todos (e, por isso, se cria e alimenta estruturas de proximidade e de maior partilha de informação), equidade (na procura, como escrito na introdução deste documento *"… para se albergar e conjugar com a democratização da habitação e, assim, afirmar "o direito à cidade"*… ora, não há democracia e direito à cidade sem equidade e cooperação.

Em síntese, com a conjugação destes princípios, que (é convicção) "bebem" e densificam os princípios explícitos no denominado "1º direito", persegue-se "*a urbanidade, ou seja, a qualidade do que é urbano. E se a cidade é o maior exemplo do "ser urbano", não há qualidade na cidade se a habitação não for de qualidade: ajustada, equitativa e equilibrada*". Ou seja, coerente com todos estes princípios!

A REALIDADE MUNICIPAL | SÍNTESE GEOGRÁFICA

A caraterização da realidade municipal tentará a síntese entre o conhecimento da globalidade geográfica e administrativa do município e a focalização nos temas mais diretamente relacionados com ELH, nomeadamente demografia, habitação e edifícios, visando fornecer uma imagem informativa generalizada sobre a plataforma territorial que suportará toda a atuação municipal ao nível habitacional (ou seja, mais do que conclusões que fomentem diagnóstico e definição de ações globais e de caráter urbanístico, importa "dar a conhecer" e informar para que a leitura "a jusante" do restante documento seja o mais ajustada e assertiva possível.

Figura 3 _ mapa administrativo de Guimarães e sua relação com municípios contíguos (2018, REOT, CMG)

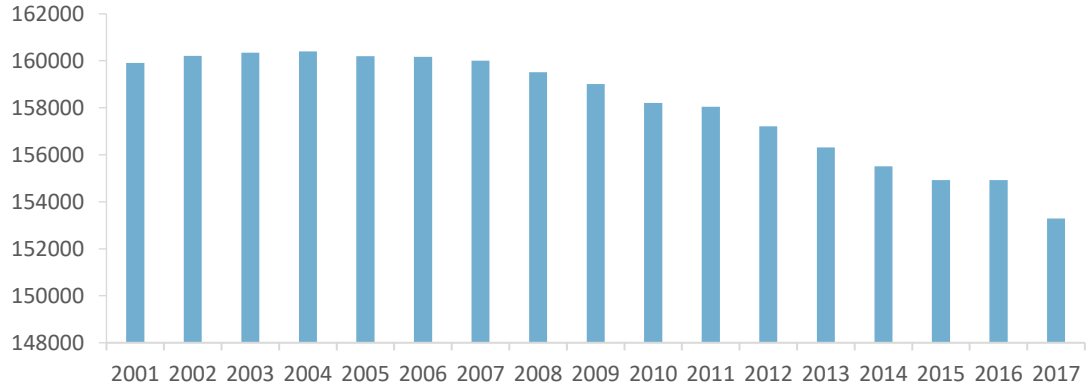
O município de guimarães fica situado no distrito de braga, pertence à sub-região do ave (nomenclatura de unidade territorial III (NUT III)), limitado a norte e noroeste pelos municípios de póvoa de lanhoso e braga, respetivamente, a sudoeste por santo tirso, a sul e sudeste por felgueiras e vizela, a nascente pelo concelho de fafe e a poente por vila nova de famalicão. É atravessado por diversas vias, estradas nacionais e municipais (101, 105, 106, 206 e ligação silvares/fermentões), a que foi acrescentado o traçado do itinerário complementar 5 (itinerário complementar (IC5) / autoestrada 7(A7) e autoestrada 11 (A11) e o do itinerário principal 9 (itinerário principal (IP9). Possui uma área total de 241,05 km^2 (CAOP 2017) que se distribui atualmente por quarenta e oito (48) freguesias e uniões de freguesias, resultantes da reorganização administrativa do território de 2013[10], das quais se destacam nove vilas. Densamente povoado, o município de Guimarães apresenta, globalmente, população residente de cento e cinquenta e três mil seiscentos e quarenta e cinco (153.645) habitantes (instituto nacional de estatística (INE 2017).

[10] A reorganização administrativa do território de 2013 (Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro), resultou na redução de 69 para 48 freguesias por agregação das mesmas (CAOP 2013).

Unidade territorial	População residente				Taxa de variação da			Densidade populacional			
	1991	2001	2011	2017	1991-	2001-	2011-	1991	2001	2011	2017
Portugal	9867147	10356117	10561614	10291027	4,9	2	-2,6	107	112	114	112
Norte	3472715	3687293	3689609	3576205	6,1	0,1	-3,1	163	173	173	168
Ave	466074	509968	511737	413854	9,4	0,4	-19,1	374	409	293	285
Guimarães	143984	159576	158124	153294	10,8	-0,9	-3,1	596	660	656	636

Quadro 2 _ população residente e densidade populacional: guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

No decénio entre os momentos censitários de 1991 e de 2001, guimarães conheceu um importante incremento demográfico, averbando um crescimento de 10,8% da sua população residente, valor que superou o alcançado por todas as outras unidades territoriais onde se insere, atingindo uma população de cento e quarenta e três mil novecentos e oitenta e quatro (143.984) habitantes. Esta dinâmica demográfica manteve-se, ainda que com um desenvolvimento progressivamente mais ténue, até ao ano de 2004, momento em que se registou o valor máximo ao atingir uma população residente de centro e sessenta mil trezentos e noventa e nove (160.399) habitantes (INE, estimativas anuais da população residente, 2005). A partir do ano de 2005 constata-se uma inversão na tendência demográfica antes registada, iniciando-se um período de crescimento negativo que se estende até à atualidade, facto que ficou patenteado já nos censos de 2011, altura em que se verificou um decréscimo populacional de -0,9%, valor que se tem acentuado, registando no ano de 2017 uma variação negativa da população residente de -3,1%, entrando em linha com o verificado na região norte e acima do registado a nível nacional (-2,6%), mas bastante menos desfavorável que o valor da sub-região do ave (-19%).



Quadro 3 _ variação populacional de guimarães (2018, REOT, CMG)

Atualmente, e segundo as estimativas do INE (2017), em guimarães regista-se uma densidade populacional de 636 Habitantes/km^2 e uma população residente de 153.294 habitantes, facto que expõe uma diminuição populacional de 7.105 habitantes nos últimos 13 anos, ditando um recuo médio anual de 546 indivíduos.

No que se refere à distribuição da população residente no território municipal, creixomil surge como a freguesia com o maior número de habitantes (nove mil seiscentos e quarenta e um (9.641)), situação alcançada na sequência de um continuado crescimento demográfico entre os censos de 1991 e de 2011, cabendo, no entanto, à freguesia da costa o registo de maior incremento demográfico neste período, com um crescimento populacional de 49,4% no período entre os censos efetuados nos anos de 2001 e de 2011, atingindo uma impressiva taxa de crescimento de 109,2 %, se consideramos o tempo mediado entre os censos de 1991 e de 2011. Ressalvando-se o facto, do maior crescimento demográfico, entre 2001 e 2011, acontecer na união de freguesias de prazins santo tirso e corvite (127,7%), em função da agregação destas freguesias.

Entre as áreas mais populosas, e em grande parte entre as mais densamente povoadas, destacam-se ainda as freguesias de azurém, união de freguesias de oliveira, são paio e são sebastião, ponte, selho são jorge, caldelas, fermentões, urgezes e costa, todas com uma população superior a cinco mil (5.000) habitantes, seguindo todas elas uma dinâmica de contínuo crescimento populacional, excetuando a união de

freguesias (UF) de oliveira, são paio e são sebastião, que registou uma taxa de variação populacional negativa de -12,7% (censos 2011), ocorrência que merece particular menção por corresponder à agregação das freguesias que constituem o núcleo mais central da cidade, não obstante esta manter a maior densidade populacional em todo o território, com 5.250 habitantes/km^2. Na situação inversa, encontramos, em razão da reorganização administrativa do território das freguesias, gonça, prazins (santa eufémia), pinheiro, pencelo, aldão, candoso (são martinho), longos e união de freguesias de leitões, oleiros e figueiredo, freguesias que acolhem uma população inferior a mil e quinhentos (1.500) habitantes, as áreas menos povoadas do concelho, cabendo à união de freguesias de arosa e castelões a posição de freguesia de menor população, registando apenas 809 habitantes, e também de menor densidade populacional com uns escassos 147 habitantes por km^2, verificando ainda a variação populacional mais negativa, registando no período entre 2001 e 2011, uma perda de -22% da sua população residente.

É na cidade, em função de fatores de atratividade como a presença de equipamentos das diferentes categorias, que alcançam grandes raios de influência, a forte acessibilidade e maior oferta de emprego, que se concentra grande parte da população vimaranense, albergando cinquenta e três mil duzentos e quarenta e nove (53.249) habitantes, o que representa 33,7% da população concelhia, ou seja, um peso demográfico superior a um terço do total do concelho. Significando um ganho de dois mil seiscentos e quarenta e nove (2.649) novos habitantes face ao ano de 2001, ou seja, um crescimento de 5,2%.

As freguesias onde se situa o centro histórico registaram, no mesmo período, um substancial decréscimo populacional (-12,7%), facto que encontra no excessivo envelhecimento da sua população residente, a sua principal explicação, verificando-se índices de envelhecimento de 151,3% em guimarães (oliveira do castelo), 289,9% em guimarães (são paio) e de 255,3% em guimarães (são sebastião). Não sendo por certo alheio a este facto também a degradação e falta de condições de habitabilidade condizentes com os padrões atuais de muitos dos edifícios. Ao que acresce o avanço da função terciária em substituição da habitacional, bem como aos condicionalismos inerentes à reabilitação urbana (nomeadamente

económicos, financeiros, construtivos). Importa, no entanto, salientar, atendendo aos dados referentes ao licenciamento de obras de edificação, no período entre 2011 e 2017, que esta tendência evolui no sentido de conhecer uma inversão.

Unidade territorial	População residente			Variação da População (%)			Densidade populacional			Superfície (km²)	
	1991	2001	2011	1991 -	2001 -	1991-	1991	2001	2011	2001	2011
Brito	3584	4605	4939	28,5	7,3	37,8	607	781	837	5,9	5,9
Caldelas	3874	5252	5723	35,6	9,0	47,7	1440	1952	2128	2,7	2,7
Lordelo	4848	4641	4287	-4,3	-7,6	-11,6	975	934	863	5,0	5,0
Moreira de Cónegos	5994	5828	4853	-2,8	-16,7	-19,0	1270	1235	1028	4,7	4,7
Ponte[11]	5276	6597	6610	25,0	0,2	25,3	878	852	1100	7,7	6,0
Ronfe	3499	4487	4462	28,2	-0,6	27,5	697	894	889	5,0	5,0
Selho (São Jorge)[12]	4163	5114	5625	22,8	10,0	35,1	801	983	1082	5,2	5,2
São Torcato	3393	3624	3373	6,8	-6,9	-0,6	327	349	325	10,4	10,4
Serzedelo[13]	4057	4073	3680	0,4	-9,6	-9,3	789	792	716	5,1	5,1
Total	34525	39107	37927	13,3	-3,0	9,9	741	840	846	46,6	44,84

Quadro 4 _ população residente e densidade populacional: vilas de guimarães (2018, REOT, CMG)

A população tem-se fixado, além da cidade, de forma significativa também nas nove vilas que integram guimarães, em função da atratividade pelo seu carácter urbano, sobre as freguesias vizinhas, acolhendo no conjunto uma população residente de quarenta e três mil quinhentos e cinquenta e dois (43.552) habitantes, ou seja 27,5% da população do concelho, valores corrigidos para trinta e sete mil novecentos e vinte e sete (37.927) habitantes e um peso demográfico de 24%, se excluída a vila de pevidém por integrar o limite de cidade.

As vilas apresentam pesos e dinâmicas demográficas díspares, surgindo ponte como a mais populosa com seis mil seiscentos e dez (6.610) habitantes. No que respeita à densidade populacional, taipas (2.127 hab./km²) apresenta a maior densidade populacional. Releva-se ainda o facto de entre as nove vilas do concelho, quatro apresentarem uma variação populacional positiva, com substanciais ganhos

[11] A criação da freguesia de corvite, em 22 de agosto de 2003, através da Lei nº 62/2003 - dada a inexistência de qualquer informação estatística, a freguesia em causa não dispõe de representação gráfica (ou outra), integrando a vila de Ponte, a totalidade dos dados.
[12] Valores não considerados por integrar o limite de cidade.

demográficos, caso das vilas de pevidém, caldas das taipas, brito e ponte, esta última com um crescimento menor.

As outras cinco vilas apresentam decréscimos populacionais, ligeiro na vila de ronfe, mas bastante significativos nas restantes, com especial ênfase para as vilas de lordelo e de moreira de cónegos, que averbam variações populacionais negativas nos momentos censitários de 2001 e de 2011. Sendo de notar que as vilas que apresentam variações populacionais negativas se localizam em áreas mais periféricas do concelho, com maior evidência nas situadas a sudoeste e são torcato, a única no lado nascente do concelho.

Refletindo a dispersão urbana que caracteriza o concelho, uma parte substancial da população encontra-se disseminada pelas freguesias que não integram a cidade ou as vilas, fixando-se sobretudo ao longo dos principais eixos viários que atravessam o território, com fáceis acessibilidades e propícias à implantação de atividades económicas geradores de oportunidades de emprego.

Nas áreas mais periféricas do concelho, a norte, nordeste e sudeste, afastadas do núcleo urbano central, mais rurais e com uma reduzida oferta de equipamentos, há uma menor fixação populacional, correspondendo genericamente às freguesias com um número inferior de residentes, menor densidade populacional e que registam as variações populacionais mais acentuadamente negativas.

Do ponto de vista das estruturas sociodemográficas, nomeadamente estruturas etárias, e profissional, observa-se:

Na pirâmide de 1981 é já visível uma redução na base, em particular da classe etária dos zero (0) aos quatro (4) anos, o que denota o comportamento regressivo da natalidade. No entanto, ainda mantém uma forma de pirâmide própria de uma população jovem.

Nas pirâmides seguintes verifica-se um acentuar do estreitamento da base e um crescente incremento das classes adultas e cada vez mais das classes dos idosos (sessenta e cinco (65) e mais anos) em especial

a partir de 2001, adquirindo as pirâmides a forma de ‘urna’, própria das populações em acelerado processo de envelhecimento.

	1981	1991	2001	2011	2017
Portugal	44,9	72,1	102,6	127,6	155,4
Norte	33,9	54,7	80,7	114,1	153,3
Ave	26,1	40	61,3	93,8	134,8
Guimarães	21,8	33,7	53,1	88,5	129,6

Quadro 5 _ envelhecimento da população: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

Como se pode constatar, pela análise da tabela, há um acelerado envelhecimento da população em todas as unidades territoriais, aferindo-se ainda que esse facto é bastante mais acentuado a nível nacional e na região norte do que na sub-região do ave e no município de guimarães.

Guimarães regista o menor índice de envelhecimento, mas ainda assim um valor muito elevado.

A comparação entre os valores registados em 1981 (21,8%) com os de 2011 (88,5%) e mais recentemente com as estimativas do INE para o ano de 2017 (129,6%) dá-nos uma precisa ideia de como o número de idosos cresceu e do enorme peso que atualmente atingiu na população face à população jovem.

Unidade territorial	População ativa		Variação da população ativa (%)	Taxa de Atividade (%)	
Anos	2001	2011	2001-2011	2001	2011
Portugal	4990208	5023367	0,7	57,4	55,9
Norte	1775015	1756065	-1,1	58,3	56,1
Ave	215955	209499	-3	62,7	58,5
Guimarães	85832	81191	-5,4	66,9	60,9

Quadro 6_ relação do envelhecimento e atividade da população: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

No momento censitário de 2011, guimarães contava com uma população ativa de oitenta e um mil cento e noventa e um (81.191) efetivos, menos quatro mil seiscentos e quarenta e um (4.64)1 indivíduos que em 2001, o que significa uma variação negativa de -5,4% face ao registado nos censos desse ano, uma quebra superior ao registado em todas as outras unidades territoriais em que se insere, não obstante manter uma posição predominante ao representar 39,7% da população ativa da sub-região do ave.

No mesmo momento regista uma taxa de atividade de 60,9%, valor superior ao registado a nível nacional, na região norte e na sub-região do ave, mas inferior ao ano de 2001, seguindo a tendência registada nas outras unidades territoriais.

A população ativa varia particularmente em função, entre outros fatores, da estrutura etária de uma população e dos movimentos migratórios.

População empregada			Variação (%)	Taxa de Emprego (%)	
Anos	2001	2011	2001-2011	2001	2011
Portugal	4650947	4361187	-6,2	93,2	86,8
Norte	1656103	1501883	-9,3	93,3	85,5
Ave	204113	178953	-12,3	94,5	85,4
Guimarães	81304	69615	-14,4	94,7	85,7

Quadro 7 _ população empregada / taxa de empregabilidade: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

No ano de 2011, o município de guimarães possuía uma população empregada de sessenta e nove mil seiscentos e quinze (69.615) indivíduos, ou seja, menos onze mil seiscentos e oitenta e nove (11.689) pessoas com emprego do que no ano de 2001, traduzindo-se numa variação negativa de -14,4%, seguindo a mesma tendência registada nas outras unidades territoriais, mas de uma forma mais acentuada, apesar de ter uma taxa de emprego de 85,7%, inferior apenas aos resultados verificados a nível nacional.

Unidade	Setor Primário (%)		Setor Secundário (%)		Setor Terciário (%)	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5
Norte	4,8	2,9	45,8	35,5	49,5	61,6
Ave	2,7	1,5	62,4	49,7	34,8	48,8
Guimarães	1,5	0,8	64,8	51,2	33,7	48

Quadro 8 _ distribuição da atividade populacional pelos três (3) setores de atividade: Guimarães e região norte

Apesar de manter o maior contingente de pessoas empregadas, o setor secundário sofreu, no município de guimarães, um significativo decréscimo, passando de 64,8% da população empregada em 2001 para os 51,2% em 2011, acompanhando de resto a tendência registada em todas as outras unidades territoriais onde se insere. Propensão idêntica seguiu o emprego no setor primário, embora de forma menos considerável pela sua já diminuta expressão. O setor terciário foi o único a conseguir um reforço do seu

peso na massa total da população empregada, acolhendo em 2011 quase metade (48,8%) da população, um significativo ganho face aos anteriores 33,7% dos censos de 2001.

Guimarães continua a revelar uma maior preponderância do setor secundário, divergindo amplamente do panorama nacional e regional, onde o setor terciário é destacadamente o mais representativo, embora registe uma aproximação a essa tendência, alinhando na composição da população empregada por setores de atividade económica apenas com a sub-região do ave na qual se inclui.

Unidade territorial	Sexo masculino		Sexo feminino	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	55,9	52,2	44,1	47,8
Norte	56,5	53,6	43,5	46,4
Ave	54,5	52,7	45,5	47,3
Guimarães	53,1	51,6	46,9	48,4

Quadro 9 _ população e género: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

No que respeita à repartição por sexo da população empregada, guimarães segue a mesma tendência exibida nas outras unidades territoriais, registando-se uma predominância do sexo masculino, no que respeita ao número de indivíduos empregados, tanto em 2001 como em 2011, verificando-se, no entanto, um reforço da população feminina empregada em 2011, atenuando a diferença nas proporções antes registadas.

Os níveis de escolaridade completos da população residente conheceram, no período entre 2001 e 2011, um enorme progresso em todas unidades territoriais, com um recuo bastante significativo da população sem nível de escolaridade, bem como do primeiro e segundo ciclos do ensino básico e um substancial crescimento daqueles que concluíram o terceiro ciclo do ensino básico, ensino secundário, ensino médio e ensino superior.

Embora com valores muito aproximados, guimarães regista o maior decréscimo da população sem nível de escolaridade (-42,7%), bem como nos dois primeiros ciclos do ensino básico (-29,7%). Averbando o maior aumento dos que completam o terceiro ciclo do ensino básico (40,5%), crescendo menos que a

sub-região do Ave no ensino secundário (33,8%), ensino médio (54,4%) e ensino superior (125,3%), mas bastante mais elevado que o registado a nível nacional e na Região Norte.

A população vimaranense, maior de 15 anos, em 2011 possuía na sua maioria como nível de escolaridade completo o ensino básico (67,7%), com predominância dos que apenas completaram o primeiro ciclo do ensino básico (31,4%), cabendo aos que completaram o segundo e terceiro ciclos respetivamente 16,1% e 20,2%. Somados os 9% daqueles que não completaram qualquer nível de escolaridade, atinge-se os 76,7%, ou seja, mais de três quartos da população, facto que evidencia o baixo nível de escolaridade da população.

Nos níveis de escolaridade mais elevados guimarães regista valores aquém dos registados na região norte e a nível nacional, sendo similares ou ligeiramente superiores em relação à sub-região do ave, registando 13,2% da população com o ensino secundário completo e apenas 0,7% e 9,3% respetivamente com o ensino médio e superior concluídos.

A REALIDADE MUNICIPAL | REALIDADE URBANÍSTICA (EDIFÍCIOS / LICENCIAMENTO)

Unidade territorial	Nº edifícios		Taxa de variação (%)	Densidade/ Edifícios
	2001	2011	2001 - 2011	2011
Portugal	3160043	3544389	12,2	38
Norte	1100329	1209911	10,0	57
Ave	137723	157558	14,4	126
Guimarães	38912	43928	12,9	182

Quadro 10 _ edifícios licenciados e densidade: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

O munícipo de guimarães contabilizou nos censos de 2011 um número total de quarenta e três mil novecentos e vinte e oito (43.928) edifícios, o que representa um acréscimo de 12,9%, ou seja, cinco mil e dezasseis (5.016) edifícios a mais, face ao verificado no ano de 2001, um crescimento, no entanto, inferior ao ocorrido na sub-região do ave, ainda que superior ao da região norte e ligeiramente acima da média nacional. O edificado em guimarães correspondia em 2011 a 27,9% do total registado na sub-região do ave.

Segundo os resultados preliminares do INE, em 2017, guimarães beneficia de um novo incremento do total edificado, passando a contar com quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta (44.880) edifícios familiares clássicos. Apesar de creixomil ser a freguesia que reúne o maior número de edifícios (1987) é nas freguesias do núcleo urbano central da cidade (união de freguesias de oliveira, são paio e são sebastião) que ocorre a maior densidade do edificado com um registo de 1080 edifícios/ km^2, muito superior aos 182 edifícios/km^2 do concelho, encontrando-se as maiores densidades nas freguesias que integram o limite de cidade e nas vilas, sendo exceção de são torcato, pelo seu cariz mais rural e grandes dimensões do território da freguesia. Nas freguesias mais periféricas do concelho verificam-se as menores densidades.

A cidade e as vilas concentram em conjunto 51,2% dos edifícios, ou seja, mais de metade do edificado de todo o concelho. Cabendo ao limite de cidade um total de onze mil trezentos e quarenta e sete (11.347) edifícios, o que representa 25,8% do edificado e uma densidade de 573 edifícios/km^2. As vilas congregam onze mil cento e quarenta e oito (11.148) edifícios, que correspondem a 25,4% do total e a uma densidade de 249 edifícios/km^2. Ocorre na freguesia de prazins santo tirso (atualmente união de freguesias de prazins santo tirso e corvite) o maior aumento do número de edificações no período entre os anos de 2001 e 2011, atingindo uma taxa de crescimento de 65,2%. Aponta-se como possíveis causas para este incremento o considerável investimento imobiliário realizado nesta freguesia, que se tem traduzido num incremento significativo de oferta habitacional a preços mais acessíveis, comparando com a demais oferta. Paralelamente, a proximidade à vila de caldas das taipas e à cidade tem constituído também um fator preponderante na fixação de população (sobretudo jovens) nesta freguesia. Julga-se que esta tendência assenta em movimentos migratórios internos, sobretudo originários das freguesias de azurém, fermentões, silvares e caldelas.

Dos quarenta e três mil novecentos e vinte e oito (43.928) edificios recenseados no município de guimarães 93,3% destinam-se exclusivamente à função residencial, acolhendo em média 1,5 alojamentos familiares clássicos, 6% possuem outra função além da residencial e apenas 0,6% dos edifícios estão

adstritos a uma função principalmente não residencial, designadamente industrial, de armazenagem, grandes superficíeis comerciais e ainda restauração e similares. Verificando-se um acréscimo na função residencial e uma quebra nas outras categorias face ao ocorrido no ano de 2001[14].

Unidade territorial	N.º de alojamentos		Taxa de variação (%)	Densidade
	2001	2011	2001 - 2011	2011
Portugal	5054922	5878756	16,3	64
Norte	1613781	1850890	14,7	87
Ave	191289	221634	15,9	178
Guimarães	57914	66790	15,3	277

Quadro 11 _ alojamento: Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

No período que decorreu entre os censos de 2001 e 2011 foram criados oito mil oitocentos e setenta e seis (8.876) novos alojamentos, o que representa um acréscimo de 15,3% ao antes verificado. Facto que representa um crescimento ligeiramente superior ao da região norte (14,7%) e inferior às taxas alcançadas tanto a nível nacional (16,3%) como na sub-região do ave (15,9%). Em 2017, de acordo com as estimativas do INE, guimarães passou a contar com sessenta e oito mil setenta e um (68.071) alojamentos familiares clássicos.

A distribuição de alojamentos pelo concelho segue o mesmo padrão do edificado, verificando-se o maior número de alojamentos na freguesia de creixomil, onde se apurou na altura quatro mil trezentos e vinte e nove (4.329) alojamentos, encontrando-se a densidade mais elevada na UF de oliveira, são paio e são sebastião com 2.676 alojamentos/km^2, valor muito acima do registado no concelho com 277 alojamentos/km2. A cidade reúne cerca de um terço (33,6%) dos alojamentos existentes em todo o concelho, tendo sido recenseados em 2011 um total de vinte e dois mil quatrocentos e vinte e três (22.423), que traduzem uma densidade de 1.132 alojamentos/km^2. Nas vilas o número de alojamentos eleva-se a onze mil cento e quarenta e oito (11.148), representando 25,4% dos alojamentos face ao total concelhio, averbando em conjunto uma densidade de 249 alojamentos/km^2.

[14] No que respeita à função residencial salienta-se ainda a existência, neste município, de 18 bairros sociais, destinados a agregados familiares carenciados. O parque habitacional social conta com cento e dez (110) edifícios, todos eles com um número de dois ou mais alojamentos.

Do número total de alojamentos familiares clássicos (66.706) recenseados em 2011, constatou-se a existência de um número considerável de alojamentos que, ao momento dos censos, se encontravam vagos (9,2%), facto que leva a considerar uma capacidade de acolhimento potencial de cerca de 14.741 novos habitantes, tendo em conta o número médio de residentes de 2,4 indivíduos por alojamento então apurado.

Os alojamentos devolutos encontravam-se dissiminados um pouco por todo o concelho, embora com maior incidência nas freguesias do núcleo urbano central e nas que as rodeiam, verificando-se também, com uma alguma expressão, nas vilas.

Apesar do decréscimo verificado face aos Censos de 2001, subsiste a existência de alojamentos familiares não clássicos, ainda que em número reduzido (10), correspondendo estes a alojamentos precários, sem as condições de habitabilidade necessárias para integrar a categoria de alojamento familiar clássico.

Unidade territorial	Nº de edifícios licenciados			Taxa de variação de edifícios licenciados (%)	
	2001	2011	2017	2001 - 2011	2011 - 2017
Portugal	63075	25604	18621	-59,4	-27,3
Norte	22853	9069	7680	-60,3	-15,3
Ave	3772	1349	1245	-64,2	-7,7
Guimarães	1031	300	373	-70,9	24,3

Quadro 12 _ variação do número de licenciamentos (2001, 2011, 2017): Guimarães e região norte (2018, REOT, CMG)

Entre os censos de 2001 e de 2011, guimarães, no que respeita ao número de edificíos licenciados, seguiu a mesma tendência ocorrida nas outras unidades territoriais, mas de forma mais acentuadamente negativa, ao registar uma quebra de -70,9%.

Ao invés, o número de licenciamentos de obras de edificação, no período entre 2011 e 2017, obteve uma variação positiva de 24,3%, divergindo da evolução negativa ocorrida tanto a nível nacional (-27,3%) como na Região Norte (-15,3%) e na Sub-Região do Ave (-7,7%).

O número de edifícios licenciados, onde se incluem obras de edificação (construções novas, ampliações, alterações e reconstruções) e demolições, conheceram ao longo dos últimos vinte e três anos em referência, multiplas variações com crescimentos e recuos do número total anual. No período entre 1995

e 2004, foi atingida a quantidade máxima de licenciamentos, registando-se mil quatrocentos e quarenta e oito (1.448) no ano de 1996 e mil cento e vinte e seis (1.216) em 2002, alcançando-se nesta fase valores sempre superiores ou a rondar os 800 licenciamentos.

A partir do ano de 2005 inícia-se uma fase de contínuo decréscimo do número de edifícios licenciados que se estendeu até 2013, ano em que se regista o valor mais baixo de todo o período em apreço, com uns escassos cento e setenta e nove (179) licenciamentos.

Desde o ano de 2014 que se constata uma inversão desta tendência, observando-se um ligeiro e ininterrupto crescimento até ao ano de 2017, altura em que foram apurados trezentos e setenta e três (373) licenciamentos, valor ainda muito distante dos valores alcançados nos começos do século.

No período entre 2011 e 2017 foram licenciadas mil oitocentos e quarenta e quatro (1.844) obras de edificação, das quais mil quatrocentos e cinquenta e dois (1.452) destinaram-se a habitação familiar (78,7%) e trezentos e noventa e dois (392) (21,3%) para outros fins. Destes mil trezentos e oitenta e seis (1.386) (75,2%) correspondem a construções novas e quatrocentos e cionquenta e oito (458) (24,8%) a obras de ampliação, alteração ou reconstrução.

Neste período todas as freguesias do concelho obtiveram novos licenciamentos de obras de edificação, sendo a vila de ponte a que alcançou o maior número, com um total de oitenta e nove (89), destes cinquenta e nove (59) destinados a habitação familiar e trinta (30) para fins distintos.

Pôde-se constatar, de uma forma geral, que o maior número de licenciamentos ocorreu na área das vilas e da cidade, tanto no núcleo central como nas que lhe estão mais próximas, surgindo de permeio, com uma relativa expressão, algumas uniões de freguesia, que pela agregação de freguesias ganharam dimensão, casos de UF de sande vila nova e sande são clemente, UF de souto santa maria, souto são salvador e gondomar, UF de briteiros santo estêvão e donim, UF de atães e rendufe e UF de Prazins santo tirso e corvite.

No que se refere a construções novas, Ponte volta a reunir o maior número de licenciamentos de novas edificações (67), sendo quarenta e duas (42) delas para habitação familiar e vinte e cinco (25) para outros fins. Verificando-se uma repartição similar à ocorrida com o total de licenciamentos de obras edificadas, excetuando-se o que respeita à uf de oliveira, são paio e são sebastião, que por contar já com uma forte consolidação da malha urbana, acolhe apenas catorze (14) novas construções, destinando-se onze (11) delas a habitação familiar e três (3) outras para fins diversos deste.

Os licenciamentos de obras de ampliação, alteração e reconstrução concentram-se também essecialmente em muitas das freguesias da cidade e nas vilas, cabendo, neste caso, à união de freguesias de oliveira, são paio e são sebastião, grande parte dos licenciamentos quarenta e três (43), dos quaisvinte e oito (28) destinados à função habitacional e outros quinze (15) para diferentes fins.

O número de obras de edificação licenciadas na união de freguesias de oliveira, são paio e são sebastião, nos anos mais recentes, é um importante indicador que revela uma inversão do movimento centrífugo antes sucedido, manifestado pelo abandono do edifícado das áreas urbanas mais centrais, perdas demográficas e acentuado envelhecimento populacional, dando indícios, através das ações de reabilitação urbana efetuadas, de uma recuperação no interesse pela ocupação habitacional destas áreas, sob o forte estímulo dado pelos alojamentos locais, que ascendem, nesta área, atualmente a um número de cinquenta e dois (52).

LEVANTAMENTO DA REALIDADE HABITACIONAL MUNCIPAL

A primeira fase da elaboração da ELH traduziu-se no levantamento exaustivo das situações habitacionais tipificadas como “indignas” do município de guimarães. A informação foi recolhida junto da empresa municipal CASFIG, juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), gabinetes de apoio e ação social (GAAS), serviços municipais e associação de moradores.

Para levantamento das carências habitacionais do município, foram assumidas como referência para diagnóstico quatro situações/variáveis que integram condições de habitabilidade passíveis de serem identificadas como indignas:

1. ***Precariedade***: situações de violência doméstica, insolvência e pessoas sem-abrigo;
2. ***Insalubridade***: habitação em condições severas de habitabilidade ou sem segurança estrutural;
3. ***Sobrelotação***: habitação insuficiente para a composição do agregado familiar que nela reside;
4. ***Inadequação***: habitação incompatível com as pessoas que nela residem.

Foram identificadas setecentos e vinte e seis (726) agregados familiares a residir em condição enquadrável nas variáveis elencadas, o que permitiu, numa segunda fase, definir linhas de atuação, objetivos estratégicos e priorização na concretização das soluções para os problemas identificados.

Apresenta-se uma síntese dos dados totais recolhidos, com destaque para as informações de diagnóstico que nos merecem especial referência.

DADOS TOTAIS - DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	**Nº**	**%**
Arrendatário	414	57,02
Proprietário	164	22,59
Coabitação	64	8,81
Cedência	44	6,06
N/a (s/ alojamento)	33	4,55
Usufrutuário	6	0,83
Construção ilegal	**1**	0,14
TOTAL	**726**	**100**

DADOS TOTAIS - DISTRIBUIÇÃO POR DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR	**Nº**	**%**
Famílias Unipessoais	236	32,51
2 Elementos	168	23,14
3 Elementos	89	12,26
4 Elementos	43	5,92
5 Elementos	29	3,99
6 Elementos	5	0,69
7 Elementos	*2*	0,28
8 Elementos	3	0,41
10 Elementos	**1**	0,14
S/ informação	150	20,66
TOTAL	**726**	**100**

DADOS TOTAIS - DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA ADEQUADA	Nº	%
T1	305	42,01
T2	180	24,79
T3	72	9,92
T4	18	2,48
T5	3	0,41
S/ informação	148	20,39
TOTAL	**726**	**100**

DADOS TOTAIS - DISTRIBUIÇÃO POR PROBLEMA DIAGNOSTICADO	Nº	%
Insalubridade	395	54,41
Precariedade	195	26,86
Inadequação	76	10,46
Sobrelotação	60	8,27
TOTAL	**726**	**100**

DADOS TOTAIS - DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO HABITACIONAL PERSPETIVADA	Nº	%
Reabilitação da habitação	221	30,44
Construção nova	179	24,66
Construção nova / Apoio ao arrendamento	170	23,41
Construção nova / Residência Partilhada	56	7,71
Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	33	4,55
Adequação da tipologia	18	2,48
Apoio ao arrendamento	**17**	2,34
Reabilitação da habitação / Construção nova	10	1,38
Residência Partilhada / Construção nova / Apoio ao arrendamento	8	1,1
Reabilitação da habitação / Apoio ao arrendamento	5	0,69
Demolição e reconstrução da habitação	4	0,55
Transferência para habitação adequada	**3**	**0,41**
Residência Partilhada	**2**	**0,28**
TOTAL	**726**	**100**

Quadro 13 _ dados totais da população identificada no levantamento de carências habitacionais realizado (CMG | CASFIG)

Do total dos setecentos e vinte e seis (726) agregados familiares identificados, 57% ocupa o espaço habitado na condição de *arrendatário* (quatrocentas e catorze (414) famílias – 57%). Destaca-se ainda o número de famílias que se encontram na condição de residentes em regime de *coabitação* (a coabitar de forma precária e por mera cortesia em casa de familiares ou amigos) e *cedência* (cedência temporária e graciosa e por cortesia de familiares ou amigos). No seu conjunto, estas famílias (coabitação e cedência)

totalizam-se em número de cento e oito (108) e representam 15% do total da população identificada. Trata-se de um número significativo de indivíduos cuja situação habitacional é de grande fragilidade, tendo em conta não só a inexistência de vínculo a uma habitação (geradora de instabilidade e incerteza), como também a falta de privacidade que quase sempre se verifica, em especial nas situações de *coabitação*. Igualmente relevante é o número de agregados familiares s*em alojamento*, em número de trinta e três (33) (4,55%), categoria que inclui pessoas sem-abrigo ou integradas em centros de acolhimento e reabilitação (maioritariamente famílias unipessoais).

No que diz respeito aos agregados familiares *proprietários* (146 famílias – 22,59%), destacam-se (pelo elevado número) os que adquiriram a propriedade ao IHRU, na sua larga maioria em regime de propriedade resolúvel. Estes representam um total de cento e quarenta e oito (148) proprietários (cinquenta e seis (56) no bairro da emboladoura/gondar e noventa e dois (92) no plano integrado de guimarães – atouguia e feijoeira), cuja situação habitacional foi considerada insalubre pelo mau estado de conservação exterior do edificado, com graves consequências no interior das habitações.

Na dimensão dos agregados familiares sinalizados, reforçamos a ideia de que prevalecem as famílias de pequena dimensão, seguindo a tendência demográfica do país (média familiar de 2,6 indivíduos – c*ensos 2011)*, destacando-se o número elevado de famílias unipessoais (236 – 32,51%) e as que integram dois (2) elementos (cento e sessenta e oito (168) – 23%), que em conjunto representam mais de metade dos agregados familiares que residem em condição habitacional indigna (quatrocentos e quatro (404) – 55,64%). Trata-se, pois, de um conjunto populacional a merecer especial reflexão e celeridade na busca de respostas habitacionais, porquanto se definem por uma forte fragilidade socioeconómica (isolamento e monoparentalidade). Destes números resulta a prevalência das tipologias 1 e 2 como as mais necessárias e procuradas (adequadas ao número de elementos que compõem o agregado), com especial destaque para tipologia 1, adequada a 42% das famílias sinalizadas. No seu conjunto, ambas as tipologias (1 e 2) representam uma percentagem maioritária de 66,80%.

No que respeita à localização geográfica das situações habitacionais identificadas encontram-se na sua maioria dispersas pelo Concelho (quatrocentos e sessenta e sete (467) – 64,32%) o que reforça a ideia da existência de um território “disperso”, resultante de um modelo de uso e transformação do solo “difuso”, a que já fizemos referência ao longo do documento. Juntam-se as situadas nos empreendimentos do Estado (cento e oitenta e quatro (184) – 25,34%, dos quais 146 são proprietários a que já fizemos referência) e as localizadas em empreendimentos municipais (quarenta e duas (42) – 5,79% - famílias que se encontram em habitações inadequadas a mobilidade reduzida, em tipologia desadequada e com dificuldade de acesso à habitação provocada pelas áreas envolventes ao empreendimento).

A distribuição geográfica (por freguesia) do total da população revela uma forte concentração dos agregados familiares que residem em condição habitacional indigna nas áreas urbanas do município de guimarães. Desde logo o número de famílias que residem nas freguesias que se consideram cidade/ área predominantemente urbana (APU) que no seu conjunto representam 70,80% (quinhentas e catorze (514) famílias). De seguida (em número substancialmente inferior) surgem os agregados familiares a residir em freguesias-Vila (6,34% - quarenta e seis (46) famílias), em freguesias não consideradas cidade, mas com dinâmicas predominantemente urbanas (APU – 5,37% - trinta e nove (39) famílias) e por último as freguesias localizadas em áreas medianamente urbanas (AMU) (13,64% – noventa e nove (99) famílias). Conclui-se claramente que as situações de habitabilidade indigna diagnosticadas se situam em larga medida na área urbana do município.

A concentração das situações sinalizadas em áreas da cidade e vilas deve ser interpretada tendo em linha de conta que mais de metade edifícios do município está aí concentrada (51,2%). Um dado igualmente importante para o entendimento do diagnóstico das situações identificadas é a forte densidade de alojamento que se regista nestas áreas geográficas, com principal destaque para freguesias fortemente urbanizadas, como é o caso verificado na UF de oliveira, são paio e são sebastião (204 famílias – 28%).

O levantamento realizado permitiu diagnosticar um número elevado de famílias que residem em condição de habitabilidade severa. Na verdade, do total dos agregados familiares identificados mais de metade

residem em condição de *insalubridade* habitacional (395 famílias – 54,41%). Seguem-se os agregados familiares em condição de *precariedade* habitacional (195 famílias – 26,86%), os que residem em condição de *inadequação* habitacional (76 famílias – 10,46%) e em condição de *sobrelotação* (60 famílias – 8,27%).

Com base no conjunto de dados recolhidos e tendo também em linha de conta as expectativas, a ligação afetiva e as redes de vizinhança que cada um dos agregados familiares possui na freguesia onde reside, foi perspetivada uma modalidade de resposta habitacional para cada uma das famílias identificadas.

Perspetiva-se a r*eabilitação da habitação* como resposta às carências habitacionais diagnosticadas em 221 habitações (30,44%), intervenção que permitirá devolver às famílias condições dignas de uso e utilização da habitação, tornando possível a continuidade da ocupação do espaço habitado sem a perda das referências ao seu habitat (casa, área envolvente, freguesia, rede de vizinhança).

A c*onstrução nova (construção de habitação)* é a resposta que se perspetiva às carências habitacionais de 179 famílias (24,66%). Inclui-se aqui a construção de novas unidades habitacionais, para as situações em que a realidade existente não oferece resposta, quer de carácter mais concentrado quer de carácter mais pontual e/ou individual (geograficamente disperso). A perspetivação desta resposta não descarta a construção de novos empreendimentos de habitação social, modelo que terá sempre que ser parte integrante das soluções a concretizar. Igualmente incluída nesta variável está a perspetiva de aquisição (por parte do município) de fogos/habitações, de forma geograficamente dispersa, de modo a servir o mercado de arrendamento de cariz social com enquadramento nos regimes de arrendamento apoiado e/ou de renda acessível.

A resposta habitacional por via da *demolição e reconstrução de habitação* foi identificada para 4 famílias (0,55%), cujo estado do edificado em que residem não justifica a sua reabilitação.

O *apoio ao arrendamento* constitui outra modalidade de resposta, praticada pelo Município desde 2009 com efeitos práticos muito interessantes na diminuição da taxa de esforço que as despesas com a habitação representam no orçamento familiar dos agregados (17 famílias – 2,34%).

O alojamento na modalidade de *residência partilhada* perspetiva-se como única resposta adequada para 2 famílias unipessoais (0,28%).

A *adequação da tipologia* é igualmente uma resposta que perspetivamos, na sua maioria para agregados familiares que já residem em habitação social (do estado e do município), cuja tipologia não está em sintonia com o número de elementos que compõem o agregado familiar (18 famílias – 2,48%).

A *transferência para habitação adequada* foi a resposta perspetivada para 3 famílias identificadas (0,41%), cujas condições físicas da habitação não permitem a sua requalificação por forma a contornar os constrangimentos da mobilidade condicionada.

A necessidade de garantir o *melhoramento e a adequação dos acessos exteriores à habitação* é a resposta perspetivada para dar solução às situações identificadas (na larga maioria em empreendimentos municipais) de forte condicionamento de acesso e mobilidade nas áreas envolventes dos núcleos habitacionais (33 famílias – 4,55%).

A realização de um diagnóstico exaustivo permitiu perspetivar, em alguns casos, mais do que uma resposta habitacional para a mesma família*: construção nova ou apoio ao arrendamento* (170 famílias – 23,41%); *Construção nova ou residência partilhada* (56 famílias – 7,71%); *residência partilhada, construção nova ou apoio ao arrendamento* (8 famílias – 1,1%); *reabilitação da habitação ou apoio ao arrendamento* (5 famílias – 0,69%).

Foram identificadas (trinta e três) 33 famílias sem alojamento cujo enquadramento (no diagnóstico) foi feito na variável *precariedade*. Como já referido, foram considerados sem alojamento não só as pessoas em situação de sem-abrigo, mas também todos os agregados familiares que se encontram em centros de acolhimento e/ou reabilitação.

Este conjunto populacional (que representa 4,55% do total de famílias identificadas) apresenta vulnerabilidades sociais e económicas especialmente graves que importa entender e dar resposta célere.

Os agregados familiares *sem alojamento* são maioritariamente famílias unipessoais, constituídos apenas por uma pessoa. Nestas condições foram sinalizadas vinte e seis (26) famílias (78,79%), das quais oito (8) são mulheres e dezoito (18) são homens. As famílias unipessoais apresentam graves carências económicas e não conseguem sobreviver sem a proteção do Estado, pelo que facilmente se compreende que as respostas para elas perspetivadas passem por *construção nova*, alojamento em modalidade de *residência partilhada* e *apoio ao arrendamento*.

A *inadequação* e *sobrelotação* das habitações produzem igualmente efeitos de vivência indigna nas famílias que as ocupam.

Foram identificados cento e trinta e seis (136) agregados familiares a residir com um destes problemas habitacionais, que no seu conjunto representam 18,73% do universo total das situações identificadas em todo o município.

As situações de *inadequação*, muitas vezes com repercussões gravíssimas na mobilidade dos residentes verificam-se maioritariamente em famílias com habitação arrendada (80%) e de pequena dimensão. Enquadram-se aqui várias famílias residentes em empreendimentos municipais, cujas áreas envolventes aos empreendimentos devem ser alvo de melhoramento e adequação das áreas exteriores de acesso à habitação.

O levantamento municipal das famílias que residem em condições habitacionais passíveis de serem tipificadas como “indignas” à luz das orientações definidas pela *Nova Geração de Políticas de Habitação*, permite-nos perceber a existência de um conjunto populacional que se destaca, quer pela sua prevalência em termos numéricos quer pela fragilidade socioeconómica e habitacional - as famílias unipessoais. O diagnóstico realizado deixa também claro que a larga maioria da população identificada tem como localização de residência as freguesias de cariz mais urbano (cidade e vila), densificando-se de forma muito particular em plena cidade de Guimarães (a concentração na UF de oliveira, são sebastião, são paio

é bem o reflexo dessa forte densidade). O diagnóstico revela-nos ainda, em número consideravelmente menor mas certamente não menos importante, uma forte dispersão de alojamentos precários por todo o concelho, reflexo da dispersão urbana que o caracteriza. A condição de ocupação da larga maioria dos agregados familiares sinalizados é a de *arrendatário*, sendo igualmente significativo o número de famílias que não possuem qualquer vínculo legal a uma habitação. Destaca-se o facto de a maioria das situações habitacionais identificadas não apresentarem condições dignas de habitabilidade, sendo por isso classificadas como *insalubres*, seguidas em número pelas classificadas de *precariedade*. Às condições de habitabilidade severa, juntam-se as que se caracterizam pela vivência em situação de *desadequação* e *sobrelotação*, com consequências preocupantes na vivência quotidiana dos seus elementos (inexistência de privacidade, promiscuidade, impossibilidade de se deslocar para o exterior ou mesmo usufruir de todos os espaços da habitação).

Face à diversidade das carências habitacionais sinalizadas, bem como à especificidade dos modelos familiares e formas de utilização do espaço habitacional, foram perspetivadas diferentes respostas, quer por via de modelos de apoio habitacional já existentes (municipais e estatais) quer com a criação de novas formas de atuação. Procurou-se assim, criar respostas abrangentes e assertivas que possibilitem ir ao encontro da multiplicidade dos problemas detetados e, simultaneamente, garantam que cada uma das situações mereça o tratamento adequado às especificidades que apresenta. **Construção**, **apoio** e **partilha** serão, por isso, os três conjuntos que integram as respostas perspetivadas: *construção*, *reabilitação*, adaptação, *ampliação*, *demolição e reconstrução* [**construção**]; *subsídio municipal de arrendamento*, *incentivo financeiro à realização de obras, apoio e colaboração a/com privados* [**apoio**]*; criação de residências partilhadas / unidades residenciais* [**partilha**].

A estratégia aqui definida reflete a política social de habitação do município, que procurando entender o território dará resposta às necessidades e princípios indispensáveis à condição de dignidade humana de quem o ocupa. Não será certamente um instrumento capaz de, por si só, resolver todos os problemas

existentes em tempo que se desejaria útil, mas constitui um caminho que se quer de solução e resposta favorável à população que, pelas mais variadas razões, apresenta fragilidades que urge atender.

SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE - DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	Nº	%
Arrendatários	127	66,15
S/ alojamento	29	15,1
Coabitação	20	10,42
Cedência	14	7,29
Proprietário	1	0,52
Usufrutuário	1	0,52
TOTAL	**192**	**100**

Situações de Precariedade - Distribuição por Dimensão do agregado	Nº	%
Famílias Unipessoais	77	40,1
2 Elementos	57	29,69
3 Elementos	31	16,15
4 Elementos	16	8,33
5 Elementos	9	4,69
6 Elementos	2	1,04
TOTAL	**192**	**100**

SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA	Nº	%
T1	95	49,48
T2	70	36,46
T3	22	11,46
T4	5	2,6
TOTAL	**192**	**100**

SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE DISTRIBUIÇÃO POR LOCALIZAÇÃO	Nº	%
Habitações Dispersas	155	80,73
N/a (S/ alojamento)	29	15,1
Emp. Estatal (IHRU)	6	3,13
Emp. Municipal	2	1,04
TOTAL	**192**	**100**

SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE FREGUESIA	Nº	%
Cidade (APU)	113	58,86
Vila	27	14,06
APU	15	7,81
AMU	11	5,73
N/a (sem alojamento)	**26**	13,54
TOTAL	**192**	**100**

SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO HABITACIONAL PERSPETIVADA	Nº	%
Construção nova	76	39,58
Construção nova / apoio arrendamento	68	35,42
Construção nova / residência partilhada	31	16,15
Apoio ao arrendamento	10	2,08
Construção nova /apoio arrendamento / residência partilhada	4	5,21
Reabilitação da habitação	3	1,56
TOTAL	**192**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	Nº	%
Arrendatários	199	50,38
Proprietário	158	40
Cedência	23	5,82
Coabitação	9	2,29
Usufrutuário	5	1,26
Construção ilegal	1	0,25
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE - DIMENSÃO DO AGREGADO	Nº	%
Famílias Unipessoais	126	31,9
2 Elementos	68	17,21
3 Elementos	35	8,86
4 Elementos	15	3,8
5 Elementos	3	0,76
Desconhecido	148	37,47
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA	Nº	%
T1	161	40,76
T2	65	16,46
T3	20	5,06
T4	1	0,25
Desconhecido	**148**	37,47
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE DISTRIBUIÇÃO POR LOCALIZAÇÃO	Nº	%
Habitação Dispersa	246	62,28
Emp. Estatal (IHRU)	149	37,72
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE FREGUESIA	Nº	%
Cidade (APU)	296	74,94

Vila	48	12,15
AMU	26	6,58
APU	25	6,33
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE INSALUBRIDADE DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO HABITACIONAL PERSPETIVADA	**Nº**	**%**
Reabilitação da Habitação	208	52,66
Construção nova	82	20,76
construção nova/apoio arrendamento/RP	75	18,99
Construção nova / residência partilhada ou unidades residenciais	21	5,32
Apoio ao arrendamento	5	1,26
Demolição e reconstrução da habitação	4	1,01
TOTAL	**395**	**100**

SITUAÇÕES DE SOBRELOTAÇÃO - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	**Nº**	**%**
Coabitação	29	48,33
Arrendatário	28	46,67
Cedência	3	5
TOTAL	**60**	**100**

SITUAÇÕES DE SOBRELOTAÇÃO - DIMENSÃO DO AGREGADO	**Nº**	**%**
Famílias Unipessoais	5	8,34
2 Elementos	15	25
3 Elementos	10	16,67
4 Elementos	8	13,33
5 Elementos	15	25
6 Elementos	3	5
7 Elementos	2	3,33
8 Elementos	2	3,33
TOTAL	**60**	**100**

SITUAÇÕES DE SOBRELOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR TIPOLOGIA	**Nº**	**%**
T1	7	11,67
T2	20	33,33
T3	23	38,33
T4	9	15
Desconhecido	**1**	1,67
TOTAL	**60**	**100**

SITUAÇÕES DE SOBRELOTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO POR LOCALIZAÇÃO	**Nº**	**%**
Habitação Dispersa	26	43,33
Emp. Municipal	30	50
Emp. Estatal (IHRU)	4	**6,67**

TOTAL	**60**	**100**

Situações de Sobrelotação - Distribuição por tipo de freguesia	**Nº**	**%**
Cidade (APU)	49	81,67
Vila	2	3,33
AMU	1	1,67
APU	8	13,33
TOTAL	**60**	**100**

Situações de Sobrelotação - Distribuição por situação habitacional perspetivada	**Nº**	**%**
Adequação da tipologia	19	31,67
Construção nova	16	26,67
Construção nova / apoio arrendamento /RP	4	6,66
Construção nova / apoio ao arrendamento	19	31,67
Apoio ao arrendamento	2	3,33
TOTAL	**60**	**100**

Situações de Inadequação - Condição de ocupação	**Nº**	**%**
Arrendatário	60	**80**
Proprietário	5	**6,67**
Cedência	4	**5,33**
Coabitação	6	8
TOTAL	**75**	**100**

Situações de Inadequação - Dimensão do agregado	**Nº**	**%**
Famílias Unipessoais	25	33,33
2 Elementos	28	37,33
3 Elementos	14	18,68
4 Elementos	4	5,33
5 Elementos	2	2,67
8 Elementos	1	1,33
9 elementos	**1**	1,33
TOTAL	**75**	**100**

Situações de Inadequação - Distribuição por tipologia adequada	**Nº**	**%**
T1	39	52
T2	25	33,33
T3	7	9,34
T4	3	4
T5	1	1,33
TOTAL	**75**	**100**

Situações de Inadequação - Distribuição por Localização	**Nº**	**%**

Habitação Dispersa	37	49,33
Emp. Municipal	36	48
Emp. Estatal (IHRU)	2	2,67
TOTAL	**75**	**100**

SITUAÇÕES DE INADEQUAÇÃO- DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE FREGUESIA	Nº	%
Cidade (APU)	55	73,34
Vila	15	20
APU	4	5,33
AMU	1	1,33
TOTAL	**75**	**100**

Quadro 14 _ dados por variável da população identificada no levantamento de carências habitacionais realizado (CMG | CASFIG)

Nota: entre os valores globais e parcelares alcançados, verifica-se a discrepância entre os valores mencionados na síntese final para precariedade (195) e inadequação (76) e aqueles valores parcelares (precariedade, 192 e inadequação, 75).

Esta discrepância resulta na não contabilização parcelar de quatro (4) situações ainda por caraterizar e que, embora registadas, não foram aqui incorporadas.

Com o desenvolvimento posterior do trabalho, irá promover-se a densificação destas quatro (4) situações e a sua efetiva contabilização parcelar.

A incorporação destas situações visa a que a identificação e inclusão das mesmas sejam o mais alargada possível, não prejudicando tal todo o raciocínio posterior, quer ao nível da contabilização e distribuição das situações por modelos de solução, quer do ponto de vista da respectiva estimativa orçamental.

A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO | LEITURA CRÍTICA DA REALIDADE

Ao desenvolvimento territorial de guimarães é correntemente associado um modelo de uso e transformação do solo apelidado de "disperso ou difuso", na correspondência de uma ocupação física da "terra disponível" fragmentária e polvilhadora de construção (de diferentes matizes físicas e funcionais) e infraestruturas.

Porque inata ao próprio ato de ocupação e usufruto do solo, ou seja, porque não existe sem território e sem pessoas que o utilizam, a habitação é função primária da condição humana que mais se ressente e espelha (d)esta realidade.

Porque o território é “disperso”, também a habitação será “dispersa”. Esta será a conclusão mais imediata que se poderá retirar e alcançar.

Não sendo objetivo refletir especificamente sobre esta temática disciplinar (mais do campo do dito urbanismo ou planeamento urbano), importa entender que este modelo de ocupação produziu um sistema urbano que, genericamente, se revela hierarquizado em três níveis: a denominada “cidade” entendida como o seu aglomerado urbano central, as vilas como elementos intermediários e intermédios entre a dita cidade e o território mais afastado e limítrofe e as freguesias, nomeadamente aquelas fora das áreas de influência da cidade e das vilas.

Independentemente do grau de qualidade deste sistema, o mesmo produziu uma realidade que tende para a densificação da cidade, afirmação das vilas no contexto municipal e favorecimento das freguesias ao nível das suas funções e equipamentos de maior proximidade com a população.

Sendo convicção de que esta leitura é inegável na sua expressão física, conclui-se que a mesma se projeta e confirma em função de (novamente) três princípios (de intervenção) estruturadores: identidade , espaço público e envolvimento da população (princípios que se mostram mais visíveis e intensos de forma proporcional à delimitação que os três níveis referidos observam, sendo natural encontrar na cidade a presença conjugada destes três princípios de modo muito mais profundo e robusto do que nas freguesias mais limítrofes).

O princípio da identidade reflete a relação da população com o local que usa e habita, procurando-se ancorar a população no território em função dos valores ambientais, patrimoniais, históricos, sociais e culturais mais relevantes e indutores de um forte sentido de pertença e proximidade da população pelo território – de forma sintética, transformando o solo (esse conceito abstrato e genérico) em terra (esse conceito imemorial que espelha o acumular temporal de experiência e vivência da população sobre o

território). Por isso mesmo, se revelam como preocupações maiores a defesa das construções de valor arquitetónico, paisagístico e cultural relevantes, que o território não esconde a legibilidade da sua história, que se contruam laços sociais e respostas de proximidade às necessidades da população (ao nível da educação, administração pública, …) que confiram relação intrínseca e singular da população com o “naco territorial” que usam e habitam.

O princípio do espaço público enquanto reconhecimento de que este mesmo espaço é o elemento privilegiado e condensador da vida comunitária, oferecendo uma representatividade e caráter agregador indispensável à boa apropriação territorial. É este espaço público que permite a criação de espaços de estar e usufruto coletivo, acessibilidades e infraestruturas capazes de sistematizar uma vida comum e suportar um quotidiano estruturado e solidificado de um conjunto alargado de pessoas que habitam o mesmo espaço, ou seja, a comunidade.

O princípio do envolvimento da população na resposta à evidência de que “não há território sem pessoas” e que este só faz sentido se responder e acompanhar essas mesmas pessoas. Ou seja, se as pessoas alcançarem a possibilidade efetiva de influenciar, contribuir, participar na vida comunitária e transformação do território de suporte a essa vida comunitária.

Figura 4 _ população, espaço público e participação pública: Guimarães e centro histórico (CMG)

São estes princípios que estruturas e orientam, de forma tácita, e dir-se-á silenciosa, a ocupação e transformação do território vimaranense e que, focalizados no tema da habitação (porque é deste tema que trata o presente documento – estratégia local de habitação – encontram correspondência em três palavras: afetividade, conforto e integração

Cidade	identidade	afetividade

Vilas	Espaço público	Conforto / partilha
freguesias	envolvimento	integração

Quadro 15 _ realidade territorial e administrativa e princípios de atuação e valorização do território (e sua transformação)

Com múltiplas matizes e variações, reconhecendo momentos de difícil leitura e correspondência, é neste conjunto de três palavras que se reconhece a caraterização estrutural da habitação em guimarães. Ou seja, uma organização territorial desta função primária da vida humana sujeita aos princípios de afetividade, conforto / partilha e integração: afetividade enquanto sentido de pertença da população ao local que habita, conforto e partilha ao nível do reconhecimento da comunidade enquanto fio condutor do coletivo (isto é, mais qualquer coisa do que a soma das pessoas), integração, envolvendo e congregando a participação de todos na construção de um território comum.

Mesmo reconhecendo que a expressão física destes princípios nem sempre se revela tradução fiel da respetiva bondade e objetivos, é convicção de que são estes mesmos princípios que se afirmam (e confirmam) no apego da população pelo local que habitam (o que faz com que, em guimarães, seja corrente ouvir a expressão “a minha terra” ou apelidar alguém do seu nome acrescentando “… de guimarães”, seja absolutamente distintivo o espírito bairrista desta gente que vê no território vimaranense a sua extensão e (uma forma de) expressão.

Acreditando-se certos e assertivos os princípios atrás enunciados, é convicção de que não há estratégia ou política de atuação sem que a mesma não responda à natureza humana, ou seja, que não congregue a vertente material e mais física – como é o território – como aquele mais intangível e material, muito associada à relação, comportamento e organização humana.

Porque tal, à opção estrutural municipal de atuação sobre o urbano e a habitação, emprestam-se três princípios, dir-se-á, “sociais” (e intangíveis) incontornáveis: princípios de universalidade, diversidade e dignidade.

O princípio da universalidade no respeito pelo direito legal e societal a uma habitação, garantindo (ou tendendo para tal) o acesso de todos a uma habitação; o princípio da diversidade enquanto sinónimo no

acesso livre à habitação independentemente do tempo e do lugar, não existindo "nacos de território" (pré) destinados ou condicionados. Todos podem habitar o território na sua globalidade, todos têm esse acesso; o princípio da dignidade enquanto tradução de que o acesso livre e desimpedido à habitação significa também encontrar realidade física preparada para o efeito (quer em termos de infraestruturas e conforto, quer em termos de estabilidade e flexibilidade temporal, quer ao nível do esforço e compromisso financeiro).

E é a conjugação destes princípios de caráter mais físico e mais imaterial, mais construtivo e mais relacional e psicológico que se constrói a base e suporte da política habitacional do município: mais do que uma política de habitação social, uma política social de habitação. Uma política que tenta entender o território – porque suporte da atividade humana – e responder aos princípios fundadores da dignidade humana.

E é esta política social de habitação, que não se resumindo a estratégia local de habitação, vai "beber" e apoiar-se nesta mesma estratégia, na convicção firme de que a estratégia local de habitação não é a fonte de todas as soluções, mas, seguramente, é causa e caminho para superação e eliminação dos problemas. E, como tal, parte fundamental da solução global!

Ao nível da política habitacional social municipal (como resposta às carências e necessidades da população), a realidade de guimarães não se distancia grandemente da realidade nacional.[15]

Existindo precedente (numa abordagem focalizada à "respostar social" sobre a carência de habitação) municipal datado do início do século passado, as primeiras ações expressivas no território vimaranense materializam-se no "estado novo" com as construções dos denominados bairros Leão XIII, municipal de

[15] O território municipal observa uma realidade edificada muito particular e que, ao longo do tempo, não se afigura ter sido (porventura) suficientemente atendida e valorizada.
Fruto do seu cariz industrial, e da dimensão que, em momentos históricos, se revelou muito expressiva e impactante, o território vimaranense encontra-se pulverizado por bairros operários que visaram garantir uma dupla condição (abrigo e proximidade casa - trabalho) e que resultaram numa dupla evidência (a marcação da paisagem e a construção de um património social e arquitetónico interessante e que, hoje, talvez mereça ser reavaliado como resposta possível à questão habitacional em presença)…

urgezes e económico de urgezes. Conjugando diferentes tipologias habitacionais, salvaguarda de pequenos logradouros, numa lógica de “pequenas unidades habitacionais geminadas, de caráter unifamiliar”, concretizadas fisicamente nas décadas de cinquenta (50) e sessenta (60), estes bairros surgem como resposta às necessidades habitacionais identificadas e reflexo de uma política habitacional que tenta conciliar soluções físicas repetidas noutros pontos geográficos do país com opções experimentais, por exemplo, de propriedade.

Na década de setenta (70), em contexto democrático, inicia-se um processo de sistematização da resposta às necessidades e carências habitacionais, então, cada vez mais emergentes e visíveis, traduzindo-se tal (em guimarães) na construção de seis bairros, com dominância dos bairros da nossa senhora da Conceição e da emboladoura (gondar), realidade edificada que, em 2017, envolvia “dois mil quatrocentos e trinta (2430) pessoas divididas em mil e sete (1007) agregados familiares”[16] e que, ainda hoje, pese todo o crescimento e desenvolvimento urbano registado, são referências edificadas no território e,” para o bem e para o mal”, participam na sua vida quotidiana.

Figura 5 _ fotografias parciais do parque habitacional estatal em Guimarães (www.bingmapas.com)

Hoje tidos como empreendimentos “de grandes dimensões”, mas, então, correspondendo a modelos urbanos e habitacionais em prática nos grandes centros urbanos do país (com especial relevância para lisboa e porto), estes empreendimentos visaram conjugar uma resposta direta e física à carência

[16] www.maisguimaraes.pt, 27dezembro 2018

habitacional, revelando (no caso, aquele da emboladoura, gondar) uma capacidade grande em responder favoravelmente à população residente mais próxima[17].

Pese a expressão física significativa destes empreendimentos e o seu correspondente número de habitações – mais de mil (1000) fogos – no início dos anos noventa, verifica-se ainda uma taxa de precariedade e carência habitacional muito expressiva, fator que, conjugado com um edifício legislativo e um panorama financeiro favoráveis, gera uma dinâmica municipal de resposta a este problema muito forte e expressiva.

Na verdade, a partir do final da década de noventa, fortemente suportado pelo “programa de erradicação de barracas” (PER), o município de guimarães concretiza um conjunto de empreendimentos habitacionais na sua área central envolvente do seu “casco antigo”, disponibilizando trezentos e trinta e oito (338) fogos distribuídos por seis (6) empreendimentos localizados em urgezes, creixomil, azurém, fermentões e mesão frio.

Muito embora refletindo já opções urbanísticas de menor concentração e densidade, de maior distribuição espacial das habitações e maior integração na respetiva envolvente direta, esta realidade repercutiu-se no território urbano de guimarães, ajudando a transformar a paisagem e introduzindo novas realidades sociais em zonas, porventura, ainda não suficientemente estruturadas e consolidadas para tal.

Fruto deste crescimento expressivo e do reconhecimento (que, cada vez mais, visibilizava a necessidade de, à resposta física da habitação, acrescentar uma resposta social e de acompanhamento, então, ainda não sistematizada e hierarquizada), em 1999, foi criada pelo município a empresa municipal CASFIG para a gestão do seu património habitacional social, naquele momento, composto por quatrocentos e noventa e três (493) fogos.

[17] “em 1980, realizou-se um concurso público para a atribuição de 200 fogos na freguesia de gondar, ao qual concorreram 417 agregados familiares dos quais 56% residiam relativamente perto (nas freguesias adjacentes.”, relatório, plano diretor municipal de guimarães, 1994

Numa lógica alargada do tema da habitação social, a esta empresa foram também acometidas funções e responsabilidade ao nível social, gestão patrimonial e regulação de uso e usufruto do edificado, realidades estas tendo em vista uma maior humanização e enraizamento da população com o local que habitam.

Com a evolução da atuação da CASFIG e o desenvolvimento crítico dos modelos adotados, a solução de edificação nova passou a ser complementada, muitas vezes superada, com outras soluções e medidas, ganhando expressão o subsídio municipal para o arrendamento, o realojamento em residência partilhada e apoio a programas de reabilitação de habitações existentes.

Porque reflexo de uma síntese global e atual, e visando uma caraterização geral de toda a realidade habitacional, quer física, quer social, reafirma-se e transcreve-se parte da memória descritiva do plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas (PAICD), documento inerente ao plano estratégico de desenvolvimento urbano (PEDU) de guimarães.

Assim, e no presente, o parque edificado municipal (de gestão estatal e/ou municipal) carateriza-se pela integração dos bairros e edifícios sociais municipais (coradeiras, mataduços, monte de s. Pedro, azurém, creixomil, mesão frio e urgeses) e os bairros sociais do instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) (atouguia e emboladoura de gondar), localizados nas freguesias de azurém, creixomil, fermentões, s. paio, mesão frio e urgeses.

Concentrados maioritariamente na cidade, estes bairros traduzem-se em mil oitocentos e quarenta e duas (1842) habitações. Destas, mil seiscentos e quarenta e três (1643) são propriedade pública e cento e noventa e nove (199) propriedade privada (alienados pelo estado na modalidade de propriedade resolúvel).

O parque de habitação social reparte-se pela propriedade do Município de guimarães, num total de quatrocentos e noventa e três (493) habitações distribuídas por vinte e nove (29) edifícios, e pela propriedade estatal (tutelada pelo IHRU) (1150 fogos) distribuídos por 17 edifícios. No conjunto, albergam cerca de seis mil (6000) pessoas, quinhentas (500) das quais, aquando do seu realojamento, viviam em

condições de habitabilidade classificadas como barracas, situações abarracadas ou locais não destinados à habitação.

Figura 6 _ fotografias parciais do parque habitacional estatal em Guimarães (www.bingmapas.com)

Os complexos habitacionais do Município:

I. Comunidade de azurém - localiza-se na freguesia do mesmo nome. Construída em 1997, compõe-se por um edifício com vinte e cinco (25) fogos (T2, T3 e T4) e espaços não habitacionais (lavandarias individuais e garagem com lugares de aparcamento). Residem vinte e cinco (25) famílias ((dezanove) 19 nucleares e (seis) (6) monoparentais) num total de oitenta e um (81) pessoas realojadas por via de processos de expropriação municipal. A média de idades é de quarenta e cinco (45) anos. Trinta e sete (37%) das famílias tem um rendimento inferior ao salário mínimo nacional (SMN) e as atividades profissionais predominantes são nas áreas têxtil, calçado e construção civil.

II. Comunidade de creixomil - localiza-se na freguesia do mesmo nome. Construída em 2001, compõe-se por um edifício com Setenta e dois (72) fogos (T1, T2, T3 e T4) e espaços não habitacionais ((noventa e dois) 92m2 localizados no r/c para de projetos sociais, garagem para uso de armazém municipal). Residem setenta e três (73) famílias, num total de duzentos e quarenta (240) pessoas ((quarenta e quatro) 44% com idade inferior a vinte (20) anos e trinta e oito (38%) entre os trinta (30) aos cinquenta (50) anos). Mais cinquenta e cinco (55%) da população adulta tem uma escolaridade até ao primeiro ciclo e as atividades profissionais predominantes são nas áreas têxtil e calçado, limpeza e construção civil. Vinte (20%) da população está desempregada. O edifício contém uma Residência Partilhada Masculina (duas (2) famílias unipessoais).

III. comunidade de mesão frio - localiza-se na freguesia de mesão frio. Construída em 2001, compõe-se por um edifício com vinte e quatro (24) fogos (T1, T2, T3 e T4). Residem nesta comunidade vinte e cinco (25) famílias, num total de noventa e oito (98) pessoas. Vinte e quatro (24%) dos residentes é analfabeto e quarenta e nove (49%) da população tem apenas o primeiro ciclo de escolaridade. As atividades profissionais predominantes são na área da construção civil. A população residente é envelhecida. O edifício contém uma residência partilhada masculina (duas (2) famílias unipessoais).

IV. Comunidade de urgezes - localiza-se na freguesia do mesmo nome e é constituída por três (3) núcleos residenciais: (1) O empreendimento social de urgezes - construído em 2001 compõe-se por um edifício com trinta e dois (32) fogos (T2, T3 e T4) e espaços não habitacionais (lavandarias individuais; uma garagem municipal; espaço no r/c destinado a projetos sociais. Residem nesta comunidade trinta e cinco (35) famílias (cinquenta (50%) monoparentais) num total de cento e trinta (130) pessoas quarenta e dois (42%) desempenha profissões na área fabril e dezoito (18%) estão desempregados. O edifício contém duas residências partilhadas masculinas (cinco (5) famílias unipessoais); (2) O bairro municipal de urgezes localizado na freguesia de urgezes - Construído na década de sessenta, compõe-se por sessenta e sete (67) casas (T2 e T3). Residem nesta comunidade sessenta e sete (67) famílias, num total de cento e oitenta e seis (186) pessoas quarenta (40%) com idade superior a cinquenta (50) anos e mais de cinquenta (50%) estão reformados. A atividade profissional predominante é na área dos serviços; (3) O prédio de habitação coletiva - construído em 1975, compõe-se por oito (8) fogos onde residem vinte e quatro (24) pessoas. O edificado encontra-se em mau estado de conservação, necessitando de obras de recuperação urgentes.

V. Comunidade de mataduços - localiza-se na freguesia de fermentões. Construída em 2001, compõe-se por sessenta (60) fogos (T2, T3 e T4.) e um espaço não habitacional (T4 - centro

de recursos). Residem nesta comunidade sessenta e quatro (64) famílias (trinta e oito (38%) são monoparentais femininas), num total de duzentas e cinquenta (250) pessoas (onze (11%) são reformados e vinte e sete (27%) estão desempregados). As atividades profissionais predominantes são nas áreas fabril (trinta (30%), limpeza e construção civil (doze (12%). Cada família possui um talhão de terreno para horta ou jardim. Existem duas (2) residências partilhadas (masculina e feminina) para seis (6) famílias unipessoais.

VI. Comunidade de monte s. Pedro - localiza-se na freguesia de fermentões. Construída em 2001, compõe-se por dois (2) edifícios com trinta e nove (39) fogos (T2, T3 e T4) e por espaços não habitacionais (43,8 m2 para projetos sociais, um ringue desportivo e um parque infantil). Residem nesta comunidade trinta e nove (39) famílias num total de cento e oitenta 180 pessoas com média de (quarenta e cinco) 45 anos. Mais de metade da população adulta não terminou o primeiro ciclo de escolaridade. As atividades profissionais predominantes são nas áreas fabril e da restauração.

VII. Comunidade de coradeiras - localiza-se na freguesia de fermentões. Construída em 2002-2003 compõe-se por noventa e oitenta (98) fogos (T2, T3 e T4) e espaços não habitacionais (ringue desportivo; centro de recursos -T4). Previsto um parque infantil e um parque geriátrico de manutenção. Residem nesta comunidade noventa e nove (99) famílias (vinte e cinco (25) são beneficiárias de rendimento social de inserção (RSI)), num total de quatrocentos (400) pessoas (trinta (30%) desempregadas). A atividade profissional predominante é nas áreas fabril e da construção civil. Registam-se focos de delinquência juvenil e a comunidade envolvente tem uma imagem negativa do empreendimento.

O parque habitacional do instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU):

I. Comunidade da nossa senhora da Conceição - localiza-se na freguesia de azurém. Construída na década de setenta compõe-se por quatro edifícios com quinhentos e setenta e nove (579) fogos (T1, T2, T3, T4 e T5) e dez (10) espaços não habitacionais. Nesta comunidade

prevalecem agregados com dois elementos, na maioria casal em idade não ativa sem dependentes e beneficiário do sistema de pensões. Segundo dados do instituto de emprego e formação profissional (IEFP), do total da população em idade ativa da freguesia de Azurém, catorze vírgula três (14,3%) dos desempregados residem aqui.

II. Comunidade de atouguia - localiza-se na freguesia de s. paio. Construída na década de setenta, compõe-se por onze (11) edifícios com trezentos e setenta e sete (377) fogos (T1, T2, T3, T4 e T5) e vinte (20) espaços não habitacionais. Nesta comunidade concentra-se a comunidade cigana do concelho, sendo, contudo, um número minoritário no total da população. Segundo dados do GIP/IEFP, do total de inscritos na freguesia de s. paio, trinta vírgula cinco (30,5%) residem nesta comunidade. Um grande número de agregados familiares tem empregos precários ou práticas de trabalho atípicas, com abaixo do salário mínimo nacional (SMN). Muitas famílias estão desempregadas recentemente e subsistem dos apoios da segurança social. Dados do instituto de segurança social do número residentes na freguesia de s. paio, cinquenta e três (53%) beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) residem nesta comunidade.

III. Comunidade de s. Gonçalo - localiza-se na freguesia de s. paio. Construída na década de setenta, compõe-se por um edifício com oitenta (80) fogos (T1, T2, T3, T4) e vinte (20) espaços não habitacionais. A maioria da população é composta pelos primitivos arrendatários, sendo, por isso, mais envelhecida que nos restantes núcleos residenciais pertencentes ao IHRU.

IV. Comunidade da emboladoura - localiza-se na freguesia de gondar. Construída no início da década de oitenta, compõe-se por seis (6) edifícios com duzentos e quarenta e nove (249) fogos (T2, T3, T4 e T5) e vinte (20) espaços não habitacionais. Segundo dados do GIP/IEFP, do total do n.º dos desempregados não subsidiados residentes na freguesia de gondar, vinte e três (23%) residem aqui. A população apresenta vulnerabilidades (pobreza, desemprego,

baixo nível de escolaridade, situações pontuais de alcoolismo e toxicodependência). O edificado tem uma localização periférica e encontra-se em mau estado de conservação.

Sendo inequívoca a sua expressão dominante, hoje, esta realidade física, centrada na construção e disponibilização de habitação, é concorrencial com outros modelos de apoio e superação da “carência habitacional”, nomeadamente o subsídio municipal de arrendamento.

Encarando-se o alojamento como algo muito superior ao “simples ato de disponibilização de habitação”, a perceção da necessidade do desenvolvimento de um trabalho dito “de inclusão social” e da procura de modelos alternativos capazes de responder à diversidade de perfis dos agregados familiares contribuíram para adoção de soluções que, não sendo edificadas, se demonstram capazes de responder aos requisitos físicos e sociais que importa salvaguardar.

Na verdade, o modelo dominante – a construção de habitação dita “social” - em soluções de densidade e quantidade expressivas, traduz um conjunto de virtudes e problemas que importa atender e entender de modo a melhor focalizar as respostas necessárias. E será este atendimento e este entendimento que permitirão uma constante monitorização, revisão e capacidade de aproximação assertiva à população.

Reconhecendo-se ao modelo da construção de “habitação social” adotado dois méritos, a saber, oferta de habitação e estabilidade dessa oferta, o mesmo representa um conjunto de potenciais problemas, dir-se-á mesmo, imperfeições que são relevantes perceber para, no final e em função do levantamento das necessidades e carências habitacionais alcançado, melhor desenhar caminhos e soluções, opções e políticas ajustadas e assertivas.

Como mencionado, dois méritos existem no modelo percorrido até ao momento: capacidade de oferta, sendo possível gerar habitação em número expressivo em função do investimento público. E, sendo possível densificar essa construção, assim rentabilizar investimento; estabilidade da oferta, combatendo a precariedade e gerando oportunidade de fixar residência de longo tempo / permanente.

Porque assim foi (e é), como modelo de resposta mais presente e dominante, a “construção de habitação social” surge mais natural. Todavia, e pese toda a sua evolução e estudos tendentes a melhorar a sua

concretização no terreno, hoje, identificam-se alguns problemas / aspetos negativos que devem ser ponderados no sentido da sua mitigação, no limite, eliminação. Porque, sendo convicção de que a construção nova de “habitação social” será sempre parte integrante das soluções a adotar, acredita-se que os modelos subjacentes a esta mesma “habitação social” são passíveis de constante revisão e melhoria, bem como da conjugação com outras soluções estruturais de oferta de habitação, seja em forma de apoio financeiro, arrendamento, partilha habitacional, autoconstrução ou outros.

De forma sintética, e não hierarquizada, como aspetos negativos desta solução, identificam-se:

1. A conformação de áreas urbanas fechadas e ensimesmadas, perspetivando-se falta de fluidez ao nível da apropriação e usufruto do espaço público. Se é verdade que se regista uma preocupação crescente de integrar e inserir estas áreas em meio mais urbano, não deixa de ser constatação que tal não evitou soluções pouco colaborativas no desenho da “malha urbana” e participativas na vida e quotidiano urbanos (traduzindo-se, muitas vezes, em espaço “guetizado” e rotulado…);
2. Por força da sua dimensão e densidade, muitas destas áreas não observam espaço público – na sua dimensão e na sua qualidade – com tais caraterísticas, verificando-se um défice de espaços comunitários que retiram afetividade, partilha e sentido de pertença da população com o local que habitam.

   Em complemento, outras vezes, regista-se que este mesmo espaço público não é concluído na sua totalidade, ficando áreas de equipamento ou zonas verdes por concretizar e acabar, o que ainda mais contribui para o caráter precário que o espaço público tantas vezes adquire;
3. Novamente, por força da sua dimensão e sua densidade, a solução preconizada revela dificuldades em atender às realidades geográficas da população, gerando, muitas vezes, o desenraizamento da população do local onde nasceu e viveu e transferência para outros locais, de alguma forma, “indiferenciados àquelas mesmas pessoas”.

   Esta realidade não favorece o sentido de pertença da população com o local que habita, gerando problemas de adaptação e convivência, por vezes, indisfarçadamente complexos.

Não menos importante revela-se também a própria solução tipológica do edificado, perseguindo-se soluções de habitação coletiva, edifícios de “apartamentos” e “construção em altura” que, se transmite dir-se-á alguma imagem de urbanidade, não deixa de ser antagónico como os modos de vida de muitas pessoas (que, independentemente da realidade socioeconómica verificada, possuem relação com a agricultura de “subsistência”, com a “terra” muito forte…);

4. A gestão do edificado revela-se complexa, não só ao nível da conservação do edificado, como a administração das partes comuns. Na verdade, a dimensão dos empreendimentos gera a necessidade de investimentos avultados (dificultando a maior rapidez na respetiva concretização, com repercussão na degradação construtiva de muito edificado) e da compatibilização de um número expressivo de pessoas o que, se já por si é difícil, em situações de maior insatisfação é potencialmente negativo.

Sem prejuízo deste conjunto de “problemas”, reconhece-se a guimarães a experimentação e procura de, dir-se-á, variantes a este modelo de resposta á carência habitacional (construção nova de habitação “social”), constatando-se soluções que optam pela habitação unifamiliar ou bifamiliar em banda (em detrimento da habitação coletiva), a implantação de edifícios marginais a arruamentos de ligação viária ou a adoção de edifícios isolados (e não conjunto de edifícios de modo a reduzir a densidade e concentração de população). Soluções estas que esbatem alguns destes problemas identificados (sem nunca deixarem de superar a globalidades dos problemas…).

Da mesma forma, em guimarães, verifica-se a prática de outros modelos de apoio habitacional, destacando-se o denominado subsídio municipal de arrendamento (SMA). Entre outros, como residências partilhadas, o mercado social de arrendamento (MAS) e programas estatais como o porta 65 jovem, o SMA ganha expressão e concretização física, observando uma capacidade muito significativa de resposta às necessidades habitacionais derivadas fundamentalmente de condições económicas desfavoráveis (por vezes, temporárias), garantia de flexibilidade na gestão e ocupação das habitações e de salvaguarda de

uma maior correspondência entre a população e a realidade geográfica específica (local de residência, naturalidade, …) que, à mesma população, diz respeito.

Materializando-se numa “subvenção mensal que se destina a auxiliar famílias de baixos rendimentos e um acordo de intervenção e acompanhamento”, este subsídio concretizado (a partir de) em 2009, tem vindo a ganhar dimensão e densificação numa lógica, igualmente, de maior imediatismo à superação das carências habitacionais que, regra geral, não se compadecem com tempos longos de espera (… que o modelo de construção de “habitação social” implica). E hoje, de facto, observa-se um predomínio deste modelo em detrimento da construção nova, a qual, após o expressivo incremento municipal no final do século passado, não observa mais qualquer concretização (conhecendo o SMA trajeto inverso).

A leitura do panorama físico de habitação dita social em guimarães e a prática de vários modelos de apoio (sendo aquele de nova construção o mais dominante) visibilizam uma eventual contradição entre as soluções adotadas e praticadas e a política e princípios enunciados e que se desejam perseguir.

De facto, e com diferentes matizes, os princípios de identidade, valorização do espaço público, construção de “malha urbana”, diversidade e mistura, envolvimento e partilha esbarram nos problemas acima descritos sobre a construção nova e massiva.

O ajustamento e calibragem desta realidade afigura-se objetivo (também) desta estratégia local de habitação, percorrendo um duplo caminho: informando e visibilizando resultados obtidos para que novas soluções habitacionais centradas na construção nova sejam objeto de ponderação e redesenho no sentido da mitigação / eliminação dos problemas identificados; procurando medidas compensatórias da realidade atual tendentes à requalificação urbanística, arquitetónica e social dos espaços em questão.

A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO | MODELOS DE ATUAÇÃO PERSPETIVADOS

Em função da natureza estratégica do documento em causa, importa relevar os modos e modelos de soluções possíveis e desejadas para resposta assertiva às carências identificadas, fornecendo

conhecimento, informação e possibilidades para, numa fase posterior, aquela de candidatura e concretização de resposta a cada situação de necessidade, fixar aquela opção mais assertiva e adequada. Na verdade, embora cada situação mereça uma resposta individual e específica, a construção de uma estratégia suporta-se em modelos e caminhos que devem responder, simultaneamente, a dois pressupostos / requisitos: abrangência para resposta o mais alargada possível à variedade e multiplicidade de situações identificadas; assertividade de modo a que cada situação possa ter o seu tratamento próprio e adequado, específico e concreto.

“O crescimento acelerado das necessidades e o alargamento do seu âmbito” é algo há muito apontado, concluindo-se que “o problema da habitação não se resolve hoje com a construção (mais) de alguns bairros, como já não podia resolver-se antes apenas com a construção de algumas casas”[18].

Será na capacidade em responder de forma assertiva à especificidade da situação e em coerência com a globalidade da atuação municipal que residirá o êxito do processo em causa. Processo este que, no caso de Guimarães, não se poderá dissociar do seu objetivo central e transversal de “Guimarães mais verde”. Ou seja, de um processo que releva as questões construtivas e arquitetónicas, urbanísticas e paisagísticas numa atitude conceptual e prática de valorização da denominada sustentabilidade ambiental – equilíbrio e ponderação da resposta às necessidades da população com a artificialização do território e respeito pelos seus valores naturais matriciais e importantes. E que, complementarmente, acrescenta conteúdo pedagógico e impacto social, integrando todos os agentes, ativos e passivos, que atuam sobre o território no processo, promovendo-se uma integração e valorização social e plasmando-se no território e sua vivência quotidiana o slogan (agora livremente reproduzido e adaptado) tantas vezes repetido “tu (também) fazes parte!”[19]

[18] Citação livre de Nuno Teotónio Pereira, arquiteto

[19] Sendo premissa inegável o compromisso da associação deste processo ao “Guimarães mais verde”, pela estrutura de missão responsável, foi já promovida uma sessão de trabalho denominada “conselho consultivo da habitação” (05 julho ’19) destinada à reflexão sobre o tema “habitação” (nas suas múltiplas perspetivas) e onde foi plasmada a vontade do município em “novas visões do que pode ser a habitação do futuro numa perspetiva de sustentabilidade” (vereadora responsável pela ação social).

Esta realidade encontra já exemplos da sua materialidade física, entre os quais, destaca-se a intervenção realizada em prédio situado na freguesia de urgezes, conjugando tratamento exterior do edifício com a introdução de painéis fotovoltaicos e coletores solares térmicos, numa intervenção global física de impacto urbanístico, social e ambiental.

Em coerência com o exposto, abaixo carateriza-se os modelos de soluções identificados como possíveis e viáveis na certeza de que, tratando-se este documento de parte de um processo (e não um produto) – sendo assim um documento aberto e em constante construção – a estes modelos se poderão acrescentar outros (assim se revelem pertinentes e ajustados).

Os modelos de soluções perspetivados estruturam-se em três conjuntos: ***construção***, ***apoio*** e ***partilha***.

Do ponto de vista da ***construção***, identificam-se cinco níveis de atuação.

1. Construção de habitação, correspondendo esta, naturalmente, à criação de novas unidades habitacionais e realidades edificadas- em situações que o edificado existente não oferece resposta (em estado de conservação, em dimensão e oferta) – quer de concentração e densidade, quer de caráter mais pontual, individual e difuso geograficamente. A construção nova procurará suprir a falta de oferta do "mercado existente" ao nível tipológico e de localização, pressupondo um conjunto tipológico de edifícios e de "modos de concretização" muito diversos: edifício multifamiliar, salvaguarda de percentagem de habitação destinada à concretização da ELH em função da densidade e dimensão da intervenção, construção de habitação uni ou multifamiliar de pequena dimensão que potenciem uma resposta local e, sempre que possível, enraizada nos hábitos verificados, entre outros;
2. Aquisição de habitação, correspondendo, na essência, ao mesmo fim da "construção de habitação". Todavia, este nível focaliza-se numa diferente abordagem à respetiva concretização. Ou seja, esta opção ou nível visa possibilitar a aquisição no mercado (ou a contratualização para construção e/ou reabilitação de habitação tendo em vista a sua aquisição). Incluem-se, aqui,

prédios ou frações habitacionais para arrendamento ou prédios degradados (a sujeitar a reabilitação);

3. Reabilitação da habitação, visando dotar unidades habitacionais existentes que apresentem condições mínimas de satisfação de área, solidez e iluminação, mas que necessitem de obras de “requalificação e renovação” infraestrutural e construtiva, devolvendo à mesma unidade habitacional condições de uso e utilização adequadas. Esta mesma ação de reabilitação poderá também significar a refuncionalização e transformação tipológica do edificado existente (por exemplo, antigas unidades fabris);
4. Adaptação de habitação como forma de resposta a unidades habitacionais que apresentam condições infraestruturais e construtivas satisfatórias, mas revelam deficiências a nível espacial (sobretudo, instalações sanitárias) e acessibilidades;
5. Ampliação de habitação na resposta direta a questões de falta de espaços habitacionais e sobrelotação e em edificado que apresenta condições satisfatórias de iluminação, salubridade, infraestruturas e construção;
6. Demolição e reconstrução de habitação em situações de inadequadas condições físicas de habitação (que não justifiquem investimento na mesma) mas, por força da disponibilidade de terreno e sua “adequada” localização, justifica a respetiva demolição e (re)construção no mesmo local.

Ao nível do ***apoio***, identificam-se quatro níveis de atuação:

1. Subsídio municipal de arrendamento, traduzindo-se este subsídio numa subvenção mensal com destino exclusivo à superação da renda mensal inerente á ocupação habitacional do agregado familiar;
2. Subarrendamento na sua modalidade tipificada legalmente;
3. Incentivo financeiro à realização de obras no edificado existente nos termos dos regulamentos municipais em vigor;

4. Apoio e colaboração a / com privados no acesso a programas de incentivos de natureza estatal.

Relativamente à ***partilha***, identifica-se um nível de atuação.

1. Criação de habitação "partilhada" por várias pessoas individuais, perspetivando-se ou a partilha de uma habitação dita "corrente ou tradicional" (ou seja, partilha de todos os espaços, sejam mais "privados" – quartos – sejam mais comuns – sala e cozinha) ou em situações menos comuns de estrutura habitacional com unidades de dormida autónomas e serviços comuns (sala, cozinha, …) numa gestão "partilhada" entre os habitantes e o município. Ou seja, na aceitação e concretização da figura de unidade residencial tal como definida e tipificada no denominado "1º direito".

Estas modelos e níveis de atuação não se afiguram estanques nem balizados na sua abrangência, admitindo-se (em muitas situações será incontornável e inevitável) a conjugação de vários destes modelos e níveis (ou seja, e a título de exemplo, reabilitação e ampliação de habitação), sempre no pressuposto da procura da melhor resposta à realidade individual e específica identificada.

Aceitando e assumindo o seu papel fundamental e centralizador da procura e concretização de resposta à carência habitacional municipal, enquanto indignidade habitacional em presença, mas na certeza de que "em colaboração e concertação verdadeira e assertiva", as probabilidades de sucesso aumentam exponencialmente (na proporção da profundidade dessa concertação), identifica-se como relevante e necessária a colaboração entre vários atores que (inter)agem neste domínio.

Repetindo o caráter central do papel do município, reconhece-se como incontornável e fundamental as parcerias com a entidade estatal, focalizada no instituto de habitação e reabilitação urbana, e com os "privados", sejam os próprios diretamente envolvidos (ou seja, aqueles que revelam carência habitacional), sejam promotores (dir-se-á) imobiliários. Os primeiros, porque "proprietários e gestores" de um parque habitacional em Guimarães relevante e expressivo e porque detentor de um conhecimento e experiência capazes de emprestar assertividade e eficácia ao processo; os segundos porque, muitas vezes, os mesmos revelam (se auxiliados e acompanhados) condições de desenvolvimento de resposta às

suas carências (sendo esta realidade muito associada à denominada "autoconstrução"); os terceiros porque são atores constantemente presentes no território e passíveis de envolvimento em soluções que impliquem maior agilização, maior dispersão geográfica ou maior especificidade.

A este nível, reconhece-se a pouca experiência existente, podendo assumir o eventual desenvolvimento desta situação um caráter quase laboratorial e, como tal, ainda de resultados parcos. Mas, é convicção, de que este nível justificará reflexão e aprofundamento na convicção de que é caminho aberto, possível e potencialmente frutífero.

Ainda a este nível, admite-se igualmente o recurso a parcerias com associações locais e nacionais de apoio habitacional, como por exemplo a associação HABITAT ou o setor social e cooperativo.

A ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO | PRIORIDADES DE INVESTIMENTO | BENEFICIÁRIOS

Fixado este documento estratégico no prazo global de seis anos, e sendo a carência habitacional (na sua globalidade) uma única macro prioridade (ou seja, a eliminar o mais breve e rápido possível), fixa-se três patamares temporais de investimento de modo a ajustar a realidade orçamental com o trabalho a realizar e, assim, tornar mais assertivo e realista o processo desenhado. São os três patamares:

1. Prioridade 1 - tempo imediato e aplicável às situações de maior premência (entre 1 e 2 anos);
2. Prioridade 2 - tempo breve e que admite soluções diversificadas (entre 1 e 3 anos);
3. Prioridade 3 - concretização balizada no tempo global de duração do documento (4 a 6 anos).

Será a conjugação destes fatores – problemas, soluções, parcerias, prioridades – que ajudará a encontrar o modelo específico para cada realidade individual e concreta, assegurando não só a assertividade que as mesmas realidades exigem, como também a coerência e equidade que deve presidir a qualquer política ou ação pública.

Localização	Problema diagnosticado	Solução perspetivada	Modelo de atuação	Prioridade de investimento	Beneficiários diretos
Empreendimentos estatais	Precariedade Incapacidade de pagamento; Falta de emprego; Sem	Construção nova Apoio ao arrendamento	Promoção municipal	2 anos 4 anos 6 anos	Município (câmara municipal / CASFIG)

Empreendimentos municipais Habitações “dispersas”	abrigo; Violência doméstica; Não renovação de contrato Insalubridade Humidade; Falta de iluminação, ventilação e/ou conforto térmico Degradação do invólucro exterior; Falta de sanitários / banho Sobrelotação Dimensionamento Acessibilidades Mobilidade condicionada	Aquisição de habitação Partilha de habitação Reabilitação, adaptação, ampliação, demolição, reconstrução, construção de habitação	Promoção privada parcerias		Proprietários privados Instituições / entidade sociais

Figura 7 _ esquema estrutural do modelo de atuação (CMG | CASFIG)

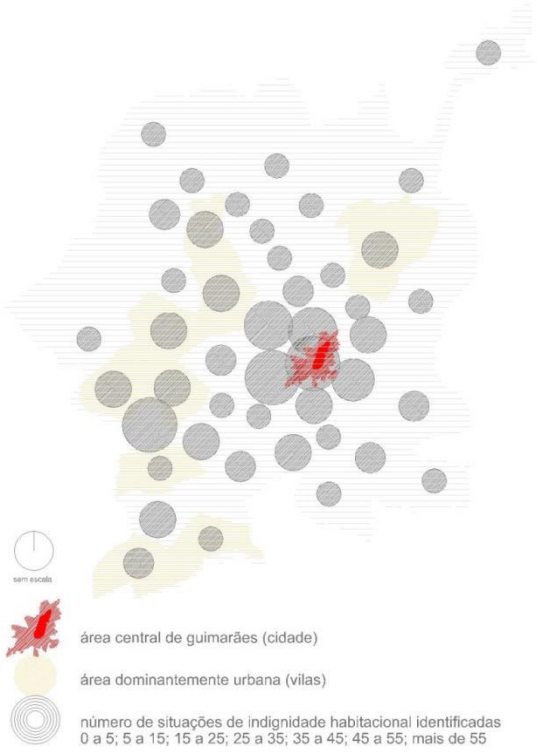


Figura 8_ territorialização das situações identificadas de “indignidade habitacional” (incluindo aquelas de propriedade estatal)

Do ponto de vista dos beneficiários diretos do denominado “1º direito”, e independentemente do âmbito e latitude mais generalizados do levantamento feito, identificam-se dois grandes beneficiários diretos: proprietários “privados” e o município no seu duplo papel de proprietário e responsável por parque habitacional, da assunção da condução da resolução das situações de arrendatário, no limite, no papel de substituição de proprietários sem capacidade financeira de resposta (e que articulam com o município protocolo de colaboração). Ou seja, no caso dos arrendatários, o município tentará articular a solução com o respectivo proprietário (sempre que tal se observe possível e justificável à luz da melhor solução), incentivando-o a participar no “1º direito”. Caso tal não se observe, ou o proprietário revele dificuldades financeiras acentuadas, o município ponderará a assunção do investimento em termos a definir e

protocolar. Admite-se a eventual existência de um terceiro beneficiário direto: instituições / entidades sociais as quais (fruto do caráter de “processo” do presente documento) poderá revelar pertinência na (futura) inclusão.

Em função das situações identificadas e dos respectivos beneficiários, estima-se (numa primeira abordagem e excluindo as cento e oitenta e quatro (184) relativas ao “IHRU”:

1. Beneficiário direto: município / CASFIG – 153 situações
2. Beneficiário direto: privado – 12
3. Beneficiário direto: privado (ou o município, nas condições acima expressas) – 377

Não se identificando nenhuma situação que reporta directamente a uma entidade / instituição social, não se incorpora estas entidades / instituições como beneficiários diretos. Todavia, caso se verifique futuramente, estas mesmas entidades e instituições reverterão para beneficiários diretos.

FONTES DE FINANCIAMENTO | CABIMENTO ORÇAMENTAL MUNICIPAL E ACOMPANHAMENTO! MONITORIZAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Ao nível do financiamento necessário para a concretização do consagrado no presente documento, o mesmo não se condiciona nem limita ao acesso a tal, admitindo todas as possibilidades e enquadramento, numa lógica de valorização do resultado final (resolução da carência habitacional) e concertação de atores que interagem, na matéria habitacional, sobre o território.

Independentemente de tal, surgem naturais a visibilização dos financiamentos europeus – nomeadamente ao nível dos quadros comunitários atual e futuro – orçamento estatal (em concertação / conciliação com o instituto de habitação e reabilitação urbana e inerente a programas de apoio habitacional como o 1º direito) e orçamento municipal. Em complemento, e no caso da reabilitação urbana, admite-se o recurso ao instrumento financeiro para a revitalização e reabilitação urbana (IFRRU).

No caso presente, importante revela-se também o cruzamento deste documento – na sua perspetiva orçamental – com o consagrado no plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas (PAICD) (PEDU), o qual incorpora um conjunto de financiamento e verbas que concorrem para o mesmo fim.

Porque entendido como um processo e não como um produto (como tal, sujeito a uma constante avaliação e monitorização) projeta-se uma permanente avaliação do comportamento e resultado da

estratégia local de habitação, tendo o município robustecido a sua orgânica funcional com um serviço próprio dedicado à “habitação” (divisão de habitação)[20] no sentido, entre outros, de se assumir como interlocutor privilegiado na procura, concertação e materialização das soluções e caminhos agora preconizados, assim como na avaliação crítica dos resultados alcançados e contínuo ajustamento do documento em causa a uma resposta cada vez mais assertiva e eficaz aos objetivos definidos.

Porque de avaliação contínua, fixa-se a produção de relatórios semestrais na correspondência direta da possibilidade legal de alteração e revisão da estratégia local de habitação a cada seis (6) meses.

CRONOGRAMA TEMPORAL E FINANCEIRO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Fruto da especificidade da resposta a cada situação, e porque se deseja evitar a ação tipificada e “standarizada” (na lógica de que o importante revela-se a pessoa e a resposta ao seu problema (e não a solução física em si mesmo), valorizando-a enquanto pessoa e membro de uma comunidade) a identificação orçamental tendente à superação das necessidades habitacionais apresenta-se complexa e, dir-se-á, indefinida.

Na certeza de que este será um documento em constante monitorização e revisão, sendo processo e não produto, foi opção ancorar a orçamentação inicial do mesmo processo na informação já disponível e alcançada, ou seja, e no caso, naqueles valores que sustentaram o plano de ação integrado de comunidades desfavorecidas (PAICD) (PEDU) e que, ainda hoje, se consideram pertinentes.

Refere-se ainda que o valor financeiro alcançado reporta a uma estimativa orçamental global que carece de posterior detalhe, aprofundamento e validação. Servirá como referência à atuação municipal a qual cabimentará a verba anual sempre em função das suas possibilidades e programação financeira e priorização da respetiva concretização física (sujeitando-se, assim, a tal disponibilidade financeira no momento das futuras candidaturas ao denominado “1º direito”).

[20] Realidade esta que, necessária e desejavelmente, será cruzada e concertada com a empresa municipal CASFIG, a qual se revela como o ator privilegiado do município para a gestão da denominada “carência habitacional”.

De forma genérica e global, e como "dados de partida e suporte à estimativa da programação física e funcional", fixou-se:

1. Do levantamento global realizado, retirar aquelas situações diretamente afetas à propriedade estatal / IHRU, resultando tal num universo, dir-se-á, elegível ao "1º direito" de quinhentas e quarenta e duas (542) situações de "indignidade habitacional";
2. Fixar como valor por metro quadrado de referência para a resolução das situações identificadas de seiscentos euros (€ 600,00), valor esse que reporta à ponderação e acerto dos valores fixados nas portarias 330-A/2018 e 156/2014 sobre valores por metro quadrado de cálculo patrimonial para efeitos fiscais e área útil de habitação social (aceitando-se que as tipologias "mais baixas" – T1 e T2 – admitem um valor ligeiramente inferior (quinhentos e quarenta euros (€ 540,00);
3. Sistematização dos modelos de solução em função da síntese da distribuição das carências habitacionais perspetivadas em "grandes modelos" inerentes ao "1º direito": reabilitação, construção, aquisição, arrendamento, outras soluções;
4. definição proporcional das respetivas percentagens pelos "grandes modelos de atuação" e posterior correspondência, quantitativa e qualitativa, às tipologias dos fogos associados ás situações identificadas;
5. em função dos valores parcelares alcançados, fixar a estimativa orçamental anual para seis (6) anos, assumindo-se o ano de 2019 como "ano de partida" e dedicado ao desenvolvimento de estudos complementares e uma distribuição (pelos restantes anos) de forma relativamente equitativa.

O cruzamento dos valores de referência, dos "grandes modelos de atuação" e das tipologias dos fogos, resulta uma distribuição orçamental expressa nos quadros seguintes:

Situações identificadas como "indignidade habitacional"	726
Situações identificadas como "indignidade habitacional" associados à propriedade estatal / IHRU	184
Situações identificadas como "indignidade habitacional" associados ao 1º direito	542
Valor de custo por metro quadrado de resolução das situações (T1, T2)	€ 540,00
Valor de custo por metro quadrado de resolução das situações (T3, T4, …)	€ 600,00

(*) valores que não englobam IVA à taxa em vigor, mas que contemplam a soma dos valores parciais inerentes a eventuais terrenos necessários afetar, execução de projetos e realização de obra.

(**) valores que reportam apenas ao edificado. Encontram-se identificadas intervenções necessárias no espaço público e equipamentos de apoio no valor de € 556.500,00 e € 1.446.900,00 respetivamente para os conjuntos habitacionais da cidade / gondar e municipal

Quadro 16 _ valores de referência / “dados de partida” para estimativa orçamental de investimento (6 anos) (CMG | CASFIG)

O cruzamento dos valores de referência e dos grandes modelos de solução, resulta numa distribuição orçamental expressa no quadro seguinte:

modelos de solução	solução	% situações identificadas	valores parcelares	fogos	valores parcelares
estudos					
reabilitação	reabilitação habitação	30,4%	38,9%	221	282
	melhoramento e adequação - acessibilidades	4,6%		33	
	adequação da tipologia	2,5%		18	
	reabilitação habitação / construção nova	1,4%		10	
construção	construção nova	24,7%	32,9%	179	239
	construção nova / residência partilhada	7,7%		56	
	demolição e reconstrução de habitação	0,6%		4	
aquisição	transferência para habitação adequada	0,4%	23,8%	3	173
	construção nova / apoio arrendamento	23,4%		170	
arrendamento	apoio ao arrendamento	2,3%	4,1%	17	30
	residência partilhada / construção novas / …	1,1%		8	
	reabilitação da habitação / apoio arrendamento	0,7%		5	
outras soluções	unidade residencial	0,3%	0,3%	2	2
		100,0%	**100,0%**	**726**	**726**

modelos de solução	solução	% situações identificadas	valores parcelares	fogos das situações identificadas	valores parcelares	número de fogos IHRU	**número de fogos 1º direito**
estudos							
reabilitação	reabilitação habitação	30,4%	39%	221	282	150	**132**
	melhoramento e adequação - acessibilidades	4,6%		33			
	adequação da tipologia	2,5%		18			
	reabilitação habitação / construção nova	1,4%		10			
construção	construção nova	24,7%	33%	179	239	23	**216**
	construção nova / residência partilhada	7,7%		56			
	demolição e reconstrução de habitação	0,6%		4			
aquisição	transferência para habitação adequada	0,4%	24%	3	173	0	**173**
	construção nova / apoio arrendamento	23,4%		170			
arrendamento	apoio ao arrendamento	2,3%	4%	17	30	11	**19**
	residência partilhada / construção novas / …	1,1%		8			
	reabilitação da habitação / apoio arrendamento	0,7%		5			
outras soluções	unidade residencial	0,3%	0%	2	2	0	**2**
		100,0%	**100%**	**726**	**726**	**184**	**542**

Quadro 17 _ distribuição e sistematização das soluções identificadas por macro modelos de solução (CMG | CASFIG)

tipologias	fogos_geral	fogos_IHRU	fogos_1º direito	área habitação	valor /m2	área global	custo global
T1	305	6	299	73	540,00 €	21827	11 786 580,00 €
T2	180	12	168	95	540,00 €	15960	8 618 400,00 €
T3	72	14	58	117	600,00 €	6786	4 071 600,00 €
T4	18	2	16	128	600,00 €	2048	1 228 800,00 €
T5	3	2	1	150	600,00 €	150	90 000,00 €
sem informação	148	148	0	0	0,00 €	0	318 222,00 €
	726	**184**	**542**				**26 113 602,00 €**

Quadro 18 _ estimativa orçamental global por tipologia de fogo (CMG | CASFIG)

Tal como atrás mencionado, assumindo-se que o ano de 2019 será ano de realização de trabalhos preparatórios e iniciais, não exigindo grande esforço ou cabimentação financeira, e num horizonte temporal de seis anos (numa distribuição por tipologia e estimativa orçamental):

2019															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	
Estudos								Estudos							50 000 €
reabilitação								reabilitação							
construção nova								construção nova							
aquisição								aquisição							
arrendamento								arrendamento							
outras soluções								outras soluções							
															50 000 €

Quadro 19 _ investimento para o ano de 2019 (CMG | CASFIG)

2020															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	total
		70	40	10	10	1				70	40	10	10	1	
Estudos	0%	0	0	0	0	0		Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	17	10	2	2	0	32	reabilitação	24%	731 884 €	518 168 €	137 699 €	166 229 €	7 305 €	1 561 286 €
construção nova	40%	28	16	4	4	0	52	construção nova	40%	1 197 766 €	550 797 €	225 352 €	272 043 €	11 955 €	2 257 912 €
aquisição	32%	22	13	3	3	0	42	aquisição	32%	959 415 €	664 917 €	180 508 €	217 907 €	9 576 €	2 032 323 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	5	arrendamento	4%	105 500 €	292 200 €	19 849 €	23 962 €	1 053 €	442 563 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0	outras soluções	0%	11 121 €	0 €	2 092 €	2 526 €	111 €	15 850 €
	100%	**70**	**40**	**10**	**10**	**1**	**131**		**100%**	**3 005 685 €**	**2 026 082 €**	**565 500 €**	**682 667 €**	**30 000 €**	**6 309 934 €**

Quadro 20 _ investimento para o ano de 2020 (CMG | CASFIG)

2021															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		60	30	10	3	0				60	30	10	3	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0		Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	15	7	2	1	0	25	reabilitação	24%	627 329 €	388 626 €	137 699 €	49 869 €	0 €	1 203 523 €
construção nova	40%	24	12	4	1	0	41	construção nova	40%	1 026 656 €	636 006 €	225 352 €	81 613 €	0 €	1 969 627 €
aquisição	32%	19	10	3	1	0	33	aquisição	32%	822 355 €	509 443 €	180 508 €	65 372 €	0 €	1 577 678 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4	arrendamento	4%	90 428 €	56 020 €	19 849 €	7 188 €	0 €	173 485 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0	outras soluções	0%	9 532 €	5 905 €	2 092 €	758 €	0 €	18 288 €
	100%	**60**	**30**	**10**	**3**	**0**	103		**100%**	**2 576 302 €**	**1 596 000 €**	**565 500 €**	**204 800 €**	**0 €**	**4 942 602 €**

Quadro 21 _ investimento para o ano de 2021 (CMG | CASFIG)

2022															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		60	30	10	3	0				60	30	10	3	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0		Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	15	7	2	1	0	25	reabilitação	24%	627 329 €	388 626 €	137 699 €	49 869 €	0 €	1 203 523 €
construção nova	40%	24	12	4	1	0	41	construção nova	40%	1 026 656 €	636 006 €	225 352 €	81 613 €	0 €	1 969 627 €
aquisição	32%	19	10	3	1	0	33	aquisição	32%	822 355 €	509 443 €	180 508 €	65 372 €	0 €	1 577 678 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4	arrendamento	4%	90 428 €	56 020 €	19 849 €	7 188 €	0 €	173 485 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0	outras soluções	0%	9 532 €	5 905 €	2 092 €	758 €	0 €	18 288 €
	100%	**60**	**30**	**10**	**3**	**0**	103		**100%**	**2 576 302 €**	**1 596 000 €**	**565 500 €**	**204 800 €**	**0 €**	**4 942 602 €**

Quadro 22 _ investimento para o ano de 2022 (CMG | CASFIG)

2023															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		59	35	0	8	0				59	35	0	8	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0		Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	14	9	0	2	0	25	reabilitação	24%	616 874 €	453 397 €	0 €	132 983 €	0 €	1 203 254 €
construção nova	40%	24	14	0	3	0	41	construção nova	40%	1 009 545 €	742 007 €	0 €	217 634 €	0 €	1 969 186 €
aquisição	32%	19	11	0	3	0	33	aquisição	32%	808 650 €	594 350 €	0 €	174 326 €	0 €	1 577 326 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4	arrendamento	4%	88 921 €	65 356 €	0 €	19 169 €	0 €	173 447 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0	outras soluções	0%	9 373 €	6 889 €	0 €	2 021 €	0 €	18 284 €
	100%	**59**	**35**	**0**	**8**	**0**	102		**100%**	**2 533 363 €**	**1 862 000 €**	**0 €**	**546 133 €**	**0 €**	**4 941 497 €**

Quadro 23 _ investimento para o ano de 2023 (CMG | CASFIG)

2024															
		T1	T2	T3	T4	T5			% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		50	33	19	0	0				50	33	19	0	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0		Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	12	8	5	0	0	25	reabilitação	24%	522 775 €	427 489 €	261 629 €	0 €	0 €	1 211 892 €
construção nova	40%	20	13	8	0	0	41	construção nova	40%	855 547 €	699 607 €	428 168 €	0 €	0 €	1 983 322 €
aquisição	32%	16	11	6	0	0	33	aquisição	32%	685 296 €	560 388 €	342 964 €	0 €	0 €	1 588 648 €
arrendamento	4%	2	1	1	0	0	4	arrendamento	4%	75 357 €	61 622 €	37 713 €	0 €	0 €	174 692 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0	outras soluções	0%	7 944 €	6 496 €	3 975 €	0 €	0 €	18 415 €
	100%	**50**	**33**	**19**	**0**	**0**	102		**100%**	**2 146 918 €**	**1 755 600 €**	**1 074 450 €**	**0 €**	**0 €**	**4 976 968 €**

Quadro 24 _ investimento para o ano de 2024 (CMG | CASFIG)

Em síntese, o no quadro temporal definido de seis anos e dos níveis de atuação fixados, resulta:

anos	estudos		reabilitação		construção nova		aquisição		arrendamento		outras soluções		total	
	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento
2019	0	0,00 €											0	50 000,00 €
2020	0	0,00 €	32	1 561 285,94 €	52	2 257 911,99 €	42	2 032 322,86 €	5	442 563,20 €	0	15 850,25 €	131	6 309 934,25 €
2021	0	0,00 €	25	1 203 523,50 €	41	1 969 626,75 €	33	1 577 678,44 €	4	173 485,32 €	0	18 287,63 €	103	4 942 601,64 €
2022	0	0,00 €	25	1 203 523,50 €	41	1 969 626,75 €	33	1 577 678,44 €	4	173 485,32 €	0	18 287,63 €	103	4 942 601,64 €
2023	0	0,00 €	25	1 203 254,43 €	41	1 969 186,40 €	33	1 577 325,72 €	4	173 446,53 €	0	18 283,54 €	102	4 941 496,61 €
2024	0	0,00 €	25	1 211 891,72 €	41	1 983 321,76 €	33	1 588 648,20 €	4	174 691,58 €	0	18 414,78 €		4 976 968,03 €
	0	**0**	**131,835**	**6383479,08**	**215,385**	**10149673,65**	**172,6872**	**8353653,665**	**18,9891**	**1137671,946**	**2,0017**	**89123,82339**	**438,898**	**26 163 602,17 €**

Quadro 25 _ síntese anual de investimento para seis anos (6) (2019 – 2024) (CMG | CASFIG)

Em síntese, para um espaço temporal de seis anos e um universo de fogos de quinhentos e quarenta e dois (542) fogos, numa primeira abordagem, estima-se um valor global de vinte e seis milhões cento e sessenta e três mil seiscentos e dois euros e dezassete cêntimos (€ 26.163.602,17).

CONCLUSÃO

Reforçando-se o caráter de processo, e não de produto, que este documento encerra, a ELH constitui-se documento estruturador de um caminho que, sabe-se por formação e experiência, não se esgota nem se conclui no tempo e no espaço, sendo antes, e seguramente, documento que bebe da história construída pelo município e na capacidade de antecipação e superação das suas carências habitacionais.

Estruturadora ora numa resposta material balançada entre a nova construção e a reabilitação do edifício existente, entre o apoio financeiro e o comportamento permanente, e ancorada sempre na leitura integral do território e relação / identificação das pessoas com o território que habitam, a ELH perseguirá a eliminação global da "indignidade habitacional", induzindo e reforçando o compromisso municipal – seja político, técnico, físico ou financeiro – em tal objetivo na esperança de que, um dia, tão breve quanto

possível, a ELH se esgote e não se justifique por ela própria… já que a “indignidade habitacional” foi superada para beneficiação e qualidade de todos!

ANEXOS

Síntese do levantamento das carências habitacionais do município

Dados Totais - Distribuição por Condição de Ocupação	Nº	%
Arrendatário	414	57,02
Proprietário	164	22,59
Coabitação	64	8,81
Cedência	44	6,06
N/a (s/ alojamento)	33	4,55
Usufrutuário	6	0,83
Construção ilegal	**1**	0,14
TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais - Distribuição por Dimensão do Agredado Familiar	Nº	%
Familias Unipessoais	236	32,51
2 elementos	168	23,14
3 elementos	89	12,26
4 elementos	43	5,92
5 elementos	29	3,99
6 elementos	5	0,69
7 elementos	*2*	0,28
8 elementos	3	0,41
10 elementos	**1**	0,14
S/ informação	150	20,66

TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais - Distribuição por Tipologia Adequada	Nº	%
T1	305	42,01
T2	180	24,79
T3	72	9,92
T4	18	2,48
T5	3	0,41
S/ informação	148	20,39
TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais -Distribuição por Localização	Nº	%
Habitações Dispersas	467	64,32
Emp. Estatal (IHRU)	184	25,34
Emp. Municipal	42	5,79
N/a (S/ alojamento)	33	4,55
TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais - Distribuição por Tipo de Freguesia	Nº	%
Cidade (APU)	514	70,8
Vila	46	6,34
APU	39	5,37
AMU	99	13,64

N/a (sem alojamento)	28	3,85
TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais - Distribuição por Problema Diagnosticado	**Nº**	**%**
Insalubridade	395	54,41
Precariedade	195	26,86
Inadequação	76	10,46
Sobrelotação	60	8,27
TOTAL	**726**	**100**

Dados Totais - Distribuição por Situação habitacional Perspetivada	**Nº**	**%**
Reabilitação da habitação	221	30,44
Construção nova	179	24,66
Construção nova / Apoio ao arrendamento	170	23,41
Construção nova / Residência Partilhada	56	7,71
Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	33	4,55
Adequação da tipologia	18	2,48
Apoio ao arrendamento	**17**	2,34
Reabilitação da habitação / Construção nova	10	1,38
Residência Partilhada / Construção nova / Apoio ao arrendamento	8	1,1
Reabilitação da habitação / Apoio ao arrendamento	5	0,69
Demolição e reconstrução da habitação	4	0,55
Transferência para habitação adequada	**3**	**0,41**
Residência Partilhada	**2**	**0,28**
TOTAL	**726**	**100**

Levantamento das carências habitacionais do município

Número de identificação	Localização		Propriedade	Número do agregado	Tipologia adequada	Condição de ocupação	Problema diagnosticado	Solução habitacional perspetivada	Beneficiário directo
	morada	freguesia	IHRU/CMG/dispersa						
1	Rua Amadeu Miranda, 16S	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
2	Rua de camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
3	Rua da Liberdade, 1	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
4	Rua de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
5	Rua de Camões, 76/78	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
6	Rua dos laranjais, 25, 1º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
7	Alam. São Damaso, Edif. de S. Francisco, 65	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
8	Rua Egas Moniz, 3º 68	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
9	Rua Egas Moniz, 3º 78	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
10	Largo das Margaridas, 349, Casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
11	R. da Feijoeira, Bl. D, 178, 2ª Gal., Casa A, Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
12	Lg. das margaridas, Bl. C, 107, gal. 2, B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	6	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
13	R. D. João I, 149	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
14	Lg. Condessa do Juncal, 55, 2º Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade insalubridade	Construção nova	**privado** / município
15	R. das Violetas, Bl. A, 524, 2ª Gal. Dt., casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
16	Lg. das Margaridas, Bl. C, 349, 1º B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
17	R. d. João I, 100	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
18	R. da Atouguia, Bl. D, 98, R/c Dt	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova	
19	R. da Feijoeira, Bl. D, 178, 2ª E Casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
20	R. Egas Moniz, 74, R/c Tras.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
21	R. das Violetas, 524, casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	6	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
22	Rua das Violetas, Bl. A, 616, 2ª Gal. Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
23	Rua das Violetas, Bl. A, 524, 1º Dt	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	7	T5	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
24	Lg. das Margaridas, Bl. C, 349, 3º E, Casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
25	Travessa da Ribeiro, 423	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
26	Rua da Tapada, 879	Selho S. Lourenço	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
27	Urb. Quinta do Peixoto, Bl. B, entrada E, R/c Dt	São Torcato	hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
28	R. major João Matos Peixoto, 50 A	São Torcato	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
29	R. Camilo castelo Branco, 638	São Torcato	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
30	R. do campo da Ataca, 243 B	São Torcato	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município

31	Urbanização da Emboladiura, Bl. 2, 7, cave Dt	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
32	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
33	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
34	R. armando Ribeiroda Silva, 25	UF Arosa e Castelões	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
35	Lg. das margaridas, Bl. C, 107, gal. 2, B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T1	coabitação	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
36	Lg. de Rio Ave, 41	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
37	Trav. de Matos, 95	Serzedelo	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
38	Lg. Nossa Senhora da Luz, 475	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
39	R. da Veiga, 878	Candoso S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
40	R. dos Moinhos, 409	UF Serzedo e Calvos	Hab. Dispersa	4	T2	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
41	R. da Boavista, 195, E	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
42	R. da Pisca, 684	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
43	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
44	Trav. da Muda, 23	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
45	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
46	Trav. das Agras, 59	UF Conde e Gandarela	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Precariedade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
47	Trav. das Agras, 57	UF Conde e Gandarela	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Precariedade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
48	R. 25 de Abril, 882	Infantas	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
49	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
50	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
51	Trav. da Seara, 14	Lordelo	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
52	Rua de S. Bento, 232	Lordelo	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
53	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
54	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
55	CC da Boavista, 12	Lordelo	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
56	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
57	R. da Casa Nova, 388	Costa	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
58	S/ alojamento	N/a	n/a	5	T3	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
59	R. Alto de Suzende, 232	Ronfe	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
60	S/ alojamento	Sande S. martinho	n/a	1	T1	n/a	precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
61	R. 24 de Junho, 3280	Prazins Santa Eufémia	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município

62	R. da Lage, 14	Brito	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
63	R. Reitor Joaquim Augusto maciel Ribeiro Torres, 1504	Ponte	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
64	R. da Fonte Cova, 118	Ponte	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
65	R. de S. Cláudio, 50, 1º E	Barco	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
66	R. do Cruzeiro, 220	UF Sande ª Nova e Sande S. Clemente	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
67	R. da Liberdade, 21	Brito	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
68	R. do Muro, 129, 1º D	Barco	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
69	Trav. da Póvoa, 43	Ponte	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
70	R. Nossa Senhora de Fátima, 239, 3º D	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
71	R. da Cruz, S/ n	Brito	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
72	Praceta Casa da Música, 144	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	const. Ilegal	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
73	R. da Devesa Alta, 984	UF Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondar	Hab. Dispersa	1	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
74	R. Subcarreira, 457	Ponte	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
75	Trav. da Granja, 130	UF Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondar	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
76	R. 5 de Outubro, 43	Brito	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
77	Av. da Liberdade, 672	UF Sande S. Lourenço e Balazar	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
78	R. Professor manuel José Pereira, 174, 1º E	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
79	R. tapado, 214	UF Sande ª Nova e Sande S. Clemente	Hab. Dispersa	8	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
80	??	UF Sande S. Lourenço e Balazar	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
81	??	UF Sande ª Nova e Sande S. Clemente	Hab. Dispersa	2	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
82	R. de Santa Marta, 1689	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
83	R. Fonte das Almas, 150	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
84	R. António Lino, 269, 1º Esq.	Creixomil	emp. Municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	transferência para habitação adequada	**município | CASFIG**
85	Rua Associação Artística Vimaranense, 222, 4º E	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	10	T5	Arrendatário	Inadequação	Adequação da Tipologia	
86	Trav. 24 Junho, 39	Ronfe	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
87	Bairro Manuel Machado, 68	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
88	Bairro Manuel Machado, 39	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
89	R. de Ponte Seguro, 37	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
90	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
91	R. Boucinhas, 1116	UF Airão Sta. Maria Airão S. João e Vermil	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Insalubridade	Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
92	S/ alojamento	UF Airão Sta. Maria Airão S. João e Vermil	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**

93	S/ alojamento	UF Airão Sta. Maria Airão S. João e Vermil	n/a	1	T1	n/a	precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
94	Urb. Da Atouguia, Praça A, 88, 2º Dt	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
95	Trav. das Casas Novas, 37	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
96	R. das Violetas, Bl. A, 616, 2ª gal., casa C	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da Tipologia	
97	R. Rafael Brandão, 84	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Proprietário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
98	R. 24 de junho, 1321, 1º E	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
99	R. do Requeixo, 93	Ronfe	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
100	R. Manuel Tomás, 167	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
101	R. Manuel Tomás, 167	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
102	R. de Timor, 71, 1º	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
103	R. Infante D. Henrique, 26	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
104	Travessa do Paço	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
105	S/ alojamento	N/a	n/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
106	R. do Montinho, 7	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
107	R. das Carvalheiras, 418	Longos	Hab. Dispersa	2	T2	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
108	R. Santa Marinha da Costa,1232	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
109	R. do Pinheiro, 20	Costa	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
110	R. Santa Marinha da Costa,814	Costa	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
111	R. da Cantonha, 430	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
112	R. do Pinheiro, 21	Costa	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
113	Rua José Francisco Ribeiro, 77	Costa	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
114	R. do Pinheiro, 11	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
115	R. do Pinheiro, 24	Costa	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
116	R. do Souto, 511	Mesão Frio	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
117	R. do Pinheiro, 19	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
118	R. de S. Roque, 713	Costa	Hab. Dispersa	2	T1	Proprietário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado**
119	Rua do Pinheiro, 15	Costa	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
120	R. de S. Roque, 721	Costa	Hab. Dispersa	2	T2	Proprietário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado**
121	R. da Coutanha de Cima, 412	Costa	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
122	R. Cantonha, 430	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
123	Trav. do Peliqueiro	Costa	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município

124	R. de Santa Marinha	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
125	R. Albano Coelho Lima, 459, D	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
126	R. da Circunvalação, 373	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
127	R. Maria Fonte, 210	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
128	R. de Camões, 120	Brito	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
129	R. Nossa Senhora do Rosário, 1	Brito	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
130	R. Nossa Senhora sameiro, 163	Sande S. Martinho	Hab. Dispersa	3	T2	Proprietário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado**
131	R. de Martim, 155 D	Nespereira	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
132	R. Abade de Tagilde, 47	UF Candoso Santiago e Mascotelos	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
133	R. Teixeira, 179	Candoso S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
134	R. D. João I, 273	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
135	R. dos Moinhos, 565	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
136	R. da Pisca, 299	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
137	R. Nossa Senhora da Luz, 409	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Usufrutuário	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
138	R. do Esquerdo, 1	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
139	R. do Pulo, 207	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
140	R. D. Afonso Henriques, 40, R/c E	Fermentões	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
141	R. Cidade Bissau, 10	Fermentões	emp. Municipal	5	T3	coabitação	Sobrelotação	Construção nova	**município | CASFIG**
142	R. das Casas Novas, 233	Pencelo	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
143	R. Monte de baixo	Guardizela	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
144	R. da Liberdade	Guardizela	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
145	R. Monte de Baixo	Guardizela	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
146	R. de Cartas	Guardizela	Hab. Dispersa	2	T1	Proprietário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
147	R. Heróis da Pátria	Guardizela	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
148	R. Vila Verde	Guardizela	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**município | CASFIG**
149	R. Torre de Além	Guardizela	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
150	R. Alto do Monte	Guardizela	Hab. Dispersa	4	T3	Proprietário	Precariedade	Reabilitação da habitação	**privado**
151	R. da Liberdade, 1561	Gondar	Hab. Dispersa	2	T2	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
152	R. Souto da Ponte	Gondar	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
153	R. Albano Coelho Lima, 850	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
154	R. da Liberdade, 104	Gondar	Hab. Dispersa	1	t1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município

155	R. das Alminhas, 23	Lordelo	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
156	R. Nova, 1	Lordelo	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
157	R. S. Bento, 232	Lordelo	Hab. Dispersa	8	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
158	R. da Bouça da lage, 1160	UF Briteiros Santo Estevão e Donim	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
159	R. da Bouça da lage, 1132	UF Briteiros Santo Estevão e Donim	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
160	R. Cruz D'argola, 689	Mesão Frio	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
161	R. 24 de Junho, 61	Aldão	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
162	R. da Seara, 665	UF Tabuadelo e S. Faustino	Hab. Dispersa	2	T1	Proprietário	Insalubridade	Construção nova	**privado**
163	R. do Telhado, 16, cave	Pencelo	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
164	R. Comandante João Paiva F. L. Brandão, 691 D	Polvoreira	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
165	R. Cimo de Vila, 233	UF Serzedo e Calvos	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
166	Trav. Senhora da Luz, 96	Creixomil	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
167	Trav. da Ribeira, 423	Mesão Frio	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
168	R. 24 de junho, 1426	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
169	R. de S. José, 2105, 1 E	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
170	Rua Cidade da Praia, Bl. D, 120	Fermentões	emp. Municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	transferência para habitação adequada	**município | CASFIG**
171	Lg. das Margaridas, Bl. C, 465, 2º E, Casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
172	R. Baluzal, 258	Infantas	Hab. Dispersa	2	T1	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado**
173	??	Sande S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
174	??	UF Sande ª Nova e Sande S. Clemente	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
175	Estarda Nacional 105, 2200, 2º D	Nespereira	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
176	R. da Niscra, 327	Serzedelo	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
177	R. de Santa Maria, 34	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
178	R. dos Cutileiros, 1764	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
179	Av. D. João IV, 67, 3º	Urgezes	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Construção Nova	**privado** / município
180	Trav. 25 de Abril, 38	Barco	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Precariedade	Construção Nova	**município | CASFIG**
181	Estrada Nacional 105, 239	Nespereira	Hab. Dispersa	6	T4	Arrendatário	sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
182	R. D. João I, porta 37	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
183	R. Eça de Queirós, 148, 1º E	Costa	Hab. Dispersa	4	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
184	R. Central, 763	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
185	R. do Olival, 224,1º	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Precariedade	Construção Nova	**município | CASFIG**

186	R. das Coradeiras de Baixo, 134	Fermentões	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade Inadequação	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
187	R. Francisco Agra, 36, esquerdo	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
188	Urb. da Conceição, 349, casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. estatal (IHRU)	4	T3	Coabitação	Sobrelotação	Adequação da tipologia	
189	Urb. da Atouguia, Bl. B, 134 CASA A, 1º Gal.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	4	T3	Coabitação	Precariedade	Construção Nova	
190	R. da Arcela, 1143, R/c E	Costa	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
191	R. da Bela Vista, 101, cave	Fermentões	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
192	R. Nossa Senhora da Ajuda, 212	Moreira de Cónegos	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
193	R. de Couros, 18	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
194	R. D. João I, 37 , 3º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova	**privado** / município
195	R. Heroís da Fundação, 75, 3º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
196	R. Lage Outeiro, 22	Moreira de Cónegos	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
197	R. da Varziela, 502	Serzedelo	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Construção nova	**privado** / município
198	R. da Feijoeira, Bl. E, 222, Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção Nova	
199	R. General Humberto Delgado, 853	Serzedelo	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção Nova	**município | CASFIG**
200	R. das Lamelas, 267	Nespereira	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
201	Trav. da Ponte, 434	Ponte	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
202	Lg. da Oliveira, 8	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
203	Lg. das Hortas, 312, 2 E, AJ	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
204	R. do Ladoso, 83/116	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
205	R. Francisco Agra, 36	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
206	Lg. Navarro de Andrade	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
207	R. N. Senhora da Guia, 2963, 1º F	UF Atães e Rendufe	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
208	R. Alexandre Herculano, 138, 3 F	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
209	R. dos Tojais, 117	Ponte	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
210	R. Calouste Gulbenkien, 613, 4 E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção Nova	**privado** / município
211	R. da Ponte Romana, 61, 1º	Selho S. Lourenço	Hab. Dispersa	5	T3	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
212	R. Albano Coelho Lima, 91, 1º D	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
213	R. Arqueólogo Mário Cardoso, 95, B, 2 D	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
214	R. do Montinho, 291	Ponte	Hab. Dispersa	3	T3	Coabitação	Precariedade	Construção Nova	**município | CASFIG**
215	R. Padre Abílio Santos Barbas, 125, 7º, porta 72	Azurém	Emp. Estatal (IHRU)	3	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
216	Lg. das Margaridas, Bl. C, 107, Gal. 2, B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção Nova	

217	R. Dr. José Pinto Rodrigues, 56, 5º, Ap. 54	Azurém	Emp. Estatal (IHRU)	2	T1	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
218	R. Prof. Manuel José Pereira, AX, 3º	Caldelas	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
219	R. da Arcela, 6A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção Nova	**privado** / **município**
220	R. da Liberdade, 72, R/c	Pencelo	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
221	R. João XXI, Lote 5, cave E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
222	R. D. João I, 57	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Sobrelotação	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**privado** / **município**
223	R. Alexandre Herculano, 26, cave D	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
224	R. da Arcela, 50-52, 3º	Azurém	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
225	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
226	S/ alojamento	N/a	N/a	3	T3	n/a	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
227	Lg. de Margaride, 18	Fermentões	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / **município**
228	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
229	R. de Repíade, 1089	Ronfe	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / **município**
230	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
231	S/ alojamento	N/a	N/a	2	T2	n/a	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
232	R. do Pontido,136	Polvoreira	Hab. Dispersa	3	T3	n/a	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
233	B. da Emboladoura, BL. 1, Ent. 2, 3º	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	4	T3	Coabitação	Sobrelotação	Adequação da tipologia	
234	S/ alojamento	N/a	N/a	2	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
235	Trav. do Ave, 167	Ronfe	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / **município**
236	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
237	R. Gravador Molarinho, 17	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
238	R. das Lameiras, 3	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / **município**
239	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
240	Lg. João Franco, 30, 3º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Construção nova	**privado** / **município**
241	R. das Lameiras, 3	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
242	Bairro Artur de freitas, 11	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / **município**
243	R. 5 de Outubro, 106	UF Atães e Rendufe	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
244	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
245	R. de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / **município**
246	R. António da Costa Guimarães, 2748	Urgezes	Hab. Dispersa	3	T2	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
247	R. da Muda, 517	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	3	T3	Coabitação	Sobrelotação Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**

248	B. da Emboladoura, Bl. 4, Ent. 12. 2 º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
249	R. da Ponte Nova, 94	Silvares	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Inadequação	Construção Nova	**privado** / município
250	Urb. da Emboladoura, Bl. 3, Ent. 10, 2º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	3	T3	Coabitação	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
251	Trav. do Ave, 41, 1º E	Ronfe	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção Nova	**privado** / município
252	R. D. Mafalda,444	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
253	R. a da Casa Nova, 388	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
254	B. da Emboladoura, 12, R/C Dto, Bl. 4	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
255	Rua Caloust Gulbenkian,407, 3º V	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
256	R, 25 de Abril, 16	Silvares	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
257	R. José Pereira da Silva, 2417, R/C	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
258	R. os Mártires, 456	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
259	R. D. João 1, 218, 2º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	4	T2	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
260	S/ alojamento	N/a	N/a	2	T2	n/a	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
261	R. da Ameixoeira, 572, 1º	Silvares	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
262	R. da Arcela,1993, 2º D	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
263	R. do Ave, 319, 1º E Post.	Ponte	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Sobrelotação	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**município | CASFIG**
264	R. dos Bombeiros Voluntários, 129, 1º	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
265	R. Ribeiro da Ponte, 1090, R/C	Polvoreira	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
266	R. de Repíade, 479	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
267	R. Padre Américo, 20, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
268	R. Vereda da Nortecoop, 144, R/C E	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**privado** / município
269	R. Gruz da Argola, 77, R/C	Mesão Frio	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
270	R. do Alto, 481	UF Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondar	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
271	R. de S. João, 29 E, R/c	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
272	R. de Vila Verde, 33	Guardizela	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
273	R. D. Guilherme Augusto, 81	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
274	R. da Ponte, 65	Polvoreira	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
275	R. da Eirinha,230, R/C	UF Atães e Rendufe	Hab. Dispersa	9	T5	Arrendatário	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
276	R. Nossa Senhora de Fátima, 570	Prazins Santa Eufémia	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
277	R. Nossa Senhora de Fátima, 130, R/C	UF Tabuadelo e S. Faustino	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção Nova	**município | CASFIG**
278	R. Alexandre Herculano, 68, cave D	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município

279	R. Trás de Gaia, 1	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**privado** / município
280	R. de Pardelhas, 26	Brito	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
281	R. Martins Teixeira, 221, R/C	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
282	R. Nortecoop, 2D, 216	Fermentões	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
283	R. Albano Martins Coelho Lima, 459, 3º E	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
284	Trav. da Bouça do Pinheiro, lote 11, 2º D	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
285	R. de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
286	Bairro Pimenta Machado, 7	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
287	R. de Camões, 113, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
288	R. do Esquerdo, 1	Fermentões	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
289	R. do Mourão, 262	Pencelo	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
290	R. Egas Moniz,78, 3º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
291	R. do Pontido, 600	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
292	R. da Cabreira,760	Brito	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
293	R. da Bica, 80	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
294	R. da Vista Alegre, 1010	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
295	R. da Igreja, 34	Mesão Frio	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
296	R. de S. Paio, 230	Moreira de Cónegos	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
297	Trav. do secadouro,113	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
298	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
299	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova	**município | CASFIG**
300	Lg. dos Laranjais, 25	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Apoio ao arrendamento	**privado** / município
301	R. Oneca Mendes, 680	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
302	R. do Campo Novo, 156, 1º E	Ponte	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
303	R. Sá de Miranda, 849, 1º D	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Inadequação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
304	R. dos Ribeirais, 56, 1º E	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
305	Urb. do Calvário, lote 11, 2º E	Gondar	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
306	R. 5 de Outubro, 29, B	Infantas	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
307	Lg. das Margarides, Bl. C, 349, 9º, C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
308	R. da Boavista, 58	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
309	R. de S. Mamede	Azurém	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município

310	R. Manuel Peixoto, 179, 4º D	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
311	R. dos Mártires, 632, 2º E	Azurém	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
312	Trav. do Monte da Insua, 346, R/C	Ponte	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
313	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
314	R. Manuel Tomás, 133, 2º	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Apoio ao arrendamento	**privado** / município
315	R. da Boavista, 760	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
316	R. Manuel Tomás, 132, B	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Apoio ao arrendamento	**privado** / município
317	R. José Cardoso Pires, 174, 3º	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Sobrelotação	Residência Partilhada	**município | CASFIG**
318	R. das Laginhas, 268, R/C	São Torcato	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
319	R. Vila Alexandre, 350	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Apoio ao arrendamento	**privado** / município
320	R. de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
321	R. da Pisca, 22	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Apoio ao arrendamento	**privado** / município
322	R. Padre António Ribeiro, 853	Sande S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Residência Partilhada	**privado** / município
323	R. do Lameirão, 31	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Demolição e reconstrução de habitação	**privado** / município
324	Trav. da Granja, 430	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
325	R. do Montinho, 430	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
326	R. da Ponte Nova, 96	Silvares	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
327	R. dos Lameiros, 832	Sande S. Martinho	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
328	R. Coradeiras de Baixo, 132	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Demolição e reconstrução de habitação	**privado** / município
329	R. São Vicente, 62	UF Candoso Santiago e Mascotelos	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
330	Lg. Condessa do Juncal, 55, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação Apoio ao arrendamento	**privado** / município
331	R. das Lameiras, 824, 1	Sande S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	**privado** / município
332	R. Cidade da Baía, Bl. B, Casa 114	Fermentões	Emp. Municipal	3	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova	**município | CASFIG**
333	R. Beco Trás de Gaia, Casa 23	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
334	R. S. Dâmaso Monte Trás, 1200	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Demolição e reconstrução de habitação	**privado** / município
335	R. Egas Moniz, 74, R/c T	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova	**privado** / município
336	R. Cruz - Quinta do Ribeiro	Brito	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade Inadequação	Construção nova	**município | CASFIG**
337	R. Manuel Peixoto, 207, 5 E	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Inadequação	Construção nova	**município | CASFIG**
338	R. da Liberdade, 1743	Gondar	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Inadequação	Construção nova	**município | CASFIG**
339	Lg dos Laranjais, 25, 1º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade Inadequação	Construção nova	**privado** / município
340	R. Prof. Doutor Arnaldo Sampaio, 2, Casa 22	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município

341	Trav. da Bouça do Pinheiro, 14	Creixomil	Hab. Dispersa	6	T4	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
342	R. de Fervensas, 775	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
343	R. 1º de janeiro, 119, R/c D	Prazins Santa Eufémia	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
344	R. Francisco Agra, 838, 2º E	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
345	R. 5 de Outubro, 43	Brito	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
346	R. das Janelas, 259, A, R/c	Polvoreira	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
347	R. da Boavista, 116, R/C	Creixomil	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
348	R. de Pontizela, 347	Ponte	Hab. Dispersa	2	T1	Cedência	Inadequação Insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
349	R. Cidade de Bissau, Casa 10	Fermentões	Emp. Municipal	5	T4	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova	**município | CASFIG**
350	R. das Trinas, 32	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Coabitação	Sobrelotação, Inadequação	Construção nova	**município | CASFIG**
351	R. das Casas Novas, 155	Candoso S. Martinho	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova	**município | CASFIG**
352	R. João Padre Oliveira, 58, B Trás	Mesão Frio	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Sobrelotação	Construção nova	**privado** / município
353	R. Arqueologo Mário Cardoso, 205	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
354	Pç S. Tiago, 30, 3º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
355	R. Padre João Pimento, 90	Aldão	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
356	Trav. da Pereira, 49, r/c E	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
357	S/ alojamento	Azurém	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
358	R. da Gandra, 59	Silvares	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
359	R. do Olival, 117	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
360	Lg. da Calçada Padre josé Fernandes Ribeiro, 44	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
361	Tv. do Barreiro, 140 - B	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
362	R. Egas Moniz, 37, 2º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
363	R. Sra. da Guia	UF Atães e Rendufe	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	insalubridade	construção nova	**município | CASFIG**
364	R. N. Sra. de Fátima, 216 - C	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
365	R. da Parede, 1051 - C	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
366	R. de Camões, 76	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
367	R. Estrada Nacional 65, 946	Nespereira	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
368	R. Comabatentes do Ultramar, 389	Guardizela	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
369	R. da Fonte Santa, 320	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
370	R. D. João I, 30, R/c	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
371	Bairro Amadeu Miranda, Rua Vila Verde, 11	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município

372	S/ alojamento	N/a	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
373	R. Rei de Vides, 113	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
374	R. da Liberdade, 26, 2º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
375	R. da Pisca, 818	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
376	R. António Guimarães, 3105	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Inadequação	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
377	R. Santa Maria, 34	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
378	R. da Pisca, 877	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Inadequação	Construção nova Residência partilhada	**município | CASFIG**
379	R. D. João I, 150, 1º T	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	Construção nova	**privado** / município
380	R. de S. João, 185, 1º	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	insalubridade	Construção nova	**município | CASFIG**
381	R. Dr. João Santiago, 91, R/c	UF Tabuadelo e S. Faustino	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
382	R. 24 de junho, 1426	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
383	R. das Lamelas, 258 C	Nespereira	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
384	R. das Lameiras, 33, Casa 3	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
385	R. Arca de Baixo, 1349	Pinheiro	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	insalubridade	construção nova	**município | CASFIG**
386	Tv. Sra. da Luz, Tv. 3, Casa 96	Creixomil	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	insalubridade	Construção nova	**privado** / município
387	R. Manuel Tomás, 128, 3º	Creixomil	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
388	R. Miradouro de Cima, 83	Creixomil	Hab. Dispersa	4	T4	Cedência	insalubridade	construção nova	**município | CASFIG**
389	R. da Venda Velha, 63	Candoso S. Martinho	Hab. Dispersa	2	T2	Cedência	Sobrelotação	construção nova	**município | CASFIG**
390	Lg. das Margaridas, Bl. C, 349, Casa F, R/c	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	3	T2	coabitação	Sobrelotação	construção nova	
391	Rua Associação Artistica Vimaranense, Ent. 66, 3º Drt	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	3	T2	coabitação	Sobrelotação	construção nova	
392	R. Manuel Saraiva Brandão, 224, 9º E	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
393	R. da Arcela, 733, 2º E, E	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
394	Lg. Nº Sra. Madre Deus, 79, R/c.	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
395	R. do Pulo, 207	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
396	R. Alberto Fernandes, 33, 2º E	Mesão Frio	Hab. Dispersa	S/ informação	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
397	R. da Madureira, 10, 2º E	Pencelo	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
398	R. da Feijoeira, Bl. E, Casa D, 222	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	construção nova	
399	R. da Corredoura, 745	São Torcato	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Sobrelotação	Construção nova	**município | CASFIG**
400	R. da Estremadura, 461, R/c	Ponte	Hab. Dispersa	7	T4	Arrendatário	Sobrelotação	construção nova	**privado** / município
401	R. de Santa Eulália, 1378, R/c	Fermentões	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Sobrelotação	construção nova	**privado** / município
402	R. da Devesa Escura, 504	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Inadequação	construção nova	**privado** / município

403	R. da Boavista, 176, 1º	Creixomil	Hab. Dispersa	5	T4	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
404	R. Monte de Aldão, 940, 2º E	Aldão	Hab. Dispersa	5	T4	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
405	S/ alojamento	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	N/a	1	T1	n/a	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
406	R. Trás de Gaia, 1, R/c	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
407	R. da Esperança, 36, 1º	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
408	R. Pés da Oliveira, 126	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	insalubridade	Demolição e reconstrução de habitação	**privado** / município
409	Estrada Nacional 105, 1064	Polvoreira	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
410	Lg. da Devesa, 144	Candoso S. Martinho	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova	**privado** / município
411	R. do Calvario, Monte de Santa Catarina	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	3	T2	Cedência	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
412	R. Comandante Manuel Pereira Bastos, 53	Urgezes	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
413	R. cidade de Bissau, 78	Fermentões	Emp. municipal	3	T2	coabitação	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
414	R. Cidade de Luanda, 22	Fermentões	Emp. municipal	3	T2	coabitação	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
415	R. D. Afonso Henrique, 50	Pencelo	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
416	R. N. Sra. da conceição, 680	Fermentões	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
417	R. 25 de Abril, 235	UF Candoso Santiago e Mascotelos	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
418	R. Dr. Mário Dias, Lote 6, 2º	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
419	R. de S. João Batista, 913, 3º E	Ponte	Hab. Dispersa	5	T3	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
420	R. Castro Sobrosa, 1043	S. Lourenço de Sande	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
421	R. do Covelo, 912, R/c	Nespereira	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova	**privado** / município
422	Av. Conde Margaride, 46, 1º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
423	R. D. João I, 134/136	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
424	R. D. João I, 30, 1º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
425	R. D. João I, 127, R/c	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	insalubridade	construção nova	**município | CASFIG**
426	Trav. das Casas Novas, 265 A	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
427	R. Afonso Henriques, 10	UF Sande ª Nova e Sande S. Clemente	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
429	R. da Pisca, 299	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
430	Rua Egas Moniz, 60, 2º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
431	R. do Montinho, 34	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
432	R. da Arcela, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
433	R. D. João I, 134/136	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	Construção nova Residência partilhada	**privado** / município
434	R. do Mourão, 260	Pencelo	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município

435	R. das Cortes, 298, R/c D	Ponte	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	construção nova	**privado** / município
436	Bairro Amadeu Miranda, Rua Vila Verde, 16	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
437	R. Manuel Tomás,132, R/c	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
438	R. Alto da Bandeira, 701, R/c	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
439	Av. S. Gonçalo, 1316, 4º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	5	T4	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
440	R. da Escola, 2	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	6	T4	Cedência	Precariedade	construção nova	**privado** / município
441	R. Teixeira Pascoais, 551, 1º E	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
442	R. do Mourão, 260	Pencelo	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	insalubridade	construção nova	**privado** / município
443	S/ alojamento	N/a	Hab. Dispersa	5	T3	coabitação	Precariedade	construção nova	**privado** / município
444	R. Ribeirais, 82, 2º E	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
445	R. Campo Ataca, 243, 1º D.	São Torcato	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
446	S/ alojamento	N/a	N/a	2	T1	n/a	Precariedade	construção nova	**município | CASFIG**
447	R. da Liberdade, 595	UF Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondar	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
448	R. da Pisca, 370, 1º	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
449	R. Alexandre Herculano, 138, R/c	Azurém	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
450	R. da Madureira, 14, 1º	Pencelo	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
451	R. da Arcela,60	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
452	Praceta Camões, Bl. A, 2º E	Brito	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
453	Pç. Herois da Fundação, 35, R/c D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	construção nova	**privado** / município
454	R. Oneca Mendes ent. 1575 3º E	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
455	R. António Costa Guimarães, 327 A	Urgezes	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
456	R. D. joão I, 190, 1º	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
457	R. de Soalhães, 15	Silvares	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
458	R. Padre Américo, 2	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
459	R. Mouzinho Albuquerque, 54, 4º F	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
460	R. S. Cláudio, 103, 1º E	Barco	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
461	R. da Ameixoeira, 578	Silvares	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
462	R. Armando Ribeiro Silva, 25	UF Arosa e Castelões	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
463	R. S. José Francisco Ribeiro, 106	Costa	Hab. Dispersa	4	T3	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
464	Trav. da Ribeira, 91	Mesão Frio	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
465	R. do Esquerdo, 4	Fermentões	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município

466	R. São Cristovão, 2338	UF Abação e Gémeos	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
467	R. de Camões, 80	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
468	R. Padre Américo, 2	Infantas	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
469	R. do Muro, 129, 1º D	barco	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
470	R. da Beira Alta, 60	UF Prazins S. Tirso e Corvite	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
471	R. do Coto, 80	UF Candoso Santiago e Mascotelos	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
472	R. da Corredoura, 1398, 1º E	São Torcato	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
473	Trav. do Mudo, 19, R/c	S. Lourenço de Sande	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Reabilitação da habitação	**privado** / município
474	R. Bouça do Pinheiro, 376 A	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
475	R. Monsenhor António Araújo, 135 1º centro	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
476	R. de Val de Donas, 21	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
477	R. Associação Artistica Vimaranense, 66, 3º D	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	4	T2	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
478	R. Monte Rato - Bairro Pimenta Machado, 38	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
479	R. da Liberdade, 6, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
480	R. da Liberdade, 144	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
481	R. Veiga de Fora, 465, R/c E	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
482	R. Capitão Alfredo Guimarães, 132 Tras.	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
483	R. 24 de Junho, 450	UF Atães e Rendufe	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
484	Trav. Casa Nova, 282	UF Conde e Gandarela	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
485	R. 1º Maio, Fração F, 74, 2º E	Caldelas	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**município | CASFIG**
486	R. Comandante João Paiva Faria Leite Brandão, 3878 C	Polvoreira	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insaluridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
487	R. Gil Vicente, 29	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Cedência	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
488	R. das Varnadas, 23, 1º D	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
489	R. Antero Henriques Silva, 62 3º D	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
490	R. do Covelo, Bl. A, R/c E post , 516	Ronfe	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
491	R. D. João I, 50	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
492	R. da Liberdade, 1	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
493	Alam. Dr. Alfredo Pimenta, 36, 2º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
494	Pg. de Margaride, 16	Fermentões	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
495	R. da Arcela, 116	Azurém	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
496	R. Casa Nova, 704, casa 1	Costa	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município

497	R. de Coradeiras de Baixo, 128	Fermentões	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
498	R. das Violetas, Bl. A, Casa A, 616 1ª Gal.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	3	T3	Coabitação	Sobrelotação	Construção nova Apoio ao arrendamento	
499	Lg. Nossa Senhora da Oliveira, 8	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
500	Trav. santa Apolónia, 4	Silvares	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
501	R. de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
502	R. da Serveçaria, 505	Infantas	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
503	R. Teixeira Pascoais, 551, 1º E	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**privado** / município
504	Bairro Amadeu Miranda, 4	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
505	R. Comendador Manuel Pereira Bastos,7	Urgezes	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
506	R. Manuel Tomás, 165	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
507	R. Atouguia, Bl. C, Casa 6, Ent. 107	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	2	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	
508	R. dos Ribeirais, 28	Selho S. Cristovão	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
509	R. da Feijoeira, Bl. D, Casa 3, Cave	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	
510	Calçada do Beco, 25	Lordelo	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
511	R. Fernando Pessoa, 288, 2º E	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
512	R. 25 de Abril, 687	Selho S. Jorge	Hab. Dispersa	3	T2	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
513	R. da Pegada, 307, 1º D	Azurém	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
514	R. Dr. Bento Cardoso, 41	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
515	R. do Alvarinho, 153	Nespereira	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
516	R. Arqueólogo Mário Cardoso, 247, 3º D, Al	Creixomil	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
517	R. António da Costa Guimarães, 2266	Urgezes	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
518	R. de Camões, 35	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
519	R. da Igreja, s/n	Fermentões	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**privado** / município
520	R. José da Silva Gonzalez, 52	Gonça	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
521	R. da Liberdade, 144	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
522	R. de Camões, 3684	Infantas	Hab. Dispersa	4	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
523	R. D. João I, 130	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
524	R. Vila Santa Marinha, 145	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
525	R. Bento Cardoso, 41	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
526	R. da Devesa, 977	Pinheiro	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
527	R. da Liberdade, 131	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município

528	R. do Moutinho, 30	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
529	R. Monte de Cima, 223	Prazins Santa Eufémia	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
530	R. de camões, 80	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
531	Urb. Nossa Srª Conceição, Bl. D, 204, R/c D	Creixomil	Emp. Estatal (IHRU)	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	
532	R. da Liberdade,147, 1º	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
533	R. do Pinheiro, 2225	Prazins Santa Eufémia	Hab. Dispersa	2	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
534	R. Egas Moniz, 37	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
535	R, dos Moinhos,38	Silvares	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
536	Lg. da Oliveira, 8	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
537	R. Arquelogo Mário Cardoso, 286 R/c	Creixomil	Hab. Dispersa	3	T3	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
538	R. da Atouguia, Bl. D, 98, R/c D	Azurém	Emp. Estatal (IHRU)	3	T2	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	
539	R. Nossa Senhora da Conceição, 446 1º Esq	Fermentões	Hab. Dispersa	4	T2	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
540	R. da Liberdade,1115, R/c A	Polvoreira	Hab. Dispersa	1	T1	Arrendatário	Insalubridade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
541	R. de S. Roque, 1071	Costa	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**município | CASFIG**
542	R. Miradouro de Cima, 83	Creixomil	Hab. Dispersa	1	T1	Coabitação	Precariedade	Residência Partilhada Construção Nova Apoio Arrendamento	**município | CASFIG**
543	R. Albano Martins Coelho Lima, 459 1º D	Selho S. jorge	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Precariedade	Construção nova Apoio ao arrendamento	**privado** / município
544	R. Mestres de Guimarães, Bl. 10, casa 2	Urgezes	Emp. municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Transferência para habitação adequada	**município | CASFIG**
545	R. Jorge Amado, Bl. B, casa 95	Fermentões	Emp. municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
546	R. Jorge Amado, Bl. C, casa 137	Fermentões	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
547	R. Jorge Amado, Bl. B, casa 91	Fermentões	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
548	R. Jorge Amado, Bl. D, casa 175	Fermentões	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
549	R. Jorge Amado, Bl. C, 141	Fermentões	Emp. municipal	4	T3	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
550	R. Jorge Amado, Bl. D, casa 161	Fermentões	Emp. municipal	3	T3	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
551	R. Jorge Amado, Bl. B, casa 99	Fermentões	Emp. municipal	8	T4	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
552	R. Jorge Amado, Bl. B, casa 87	Fermentões	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
553	R. Fernando Pessoa, 281, 1º E	Fermentões	Emp. municipal	5	T3	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
554	R. Fernando Pessoa, 213, 1º E	Fermentões	Emp. municipal	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
555	R. da Pedreira, 172, 1º D	Azurém	Emp. municipal	4	T3	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
556	R. da Pedreira, 172, 1º E	Azurém	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
557	R. da Pedreira, 236, R/c E	Azurém	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
558	R. da Pedreira, 274, R/c E	Azurém	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**

559	R. da Pedreira, 274, 1º E	Azurém	Emp. municipal	2	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
560	R. da Pedreira, 208, R/c E	Azurém	Emp. municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
561	R,. Mesteres de Guimarães, Bl. 5, C6	Urgezes	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
562	R. Mestres de Guimarães, Bl. 9, casa 3	Urgezes	Emp. municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
563	R. José Cardoso Pires, 200, 2º D	Urgezes	Emp. municipal	4	T3	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
564	R. José Cardoso Pires, 296 R/c D	Urgezes	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
565	R. José Cardoso Pires, 200, R/c E	Urgezes	Emp. municipal	4	T4	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
566	R. José Cardoso Pires, 264, R/c D	Urgezes	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
567	R. José Cardoso Pires, 200, 3º E	Urgezes	Emp. municipal	3	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
568	R. José Cardoso Pires, 296, 1º D	Urgezes	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
569	R. Virginia Moura, 118, R/c D	Mesão Frio	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
570	R. Virginia Moura, 118, 2º D	Mesão Frio	Emp. municipal	5	T4	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
571	R. Virgínia Moura, 118, 1º E	Mesão Frio	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
572	R. Virgínia Moura, 118, 1º D	Mesão Frio	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
573	R. virgínia Moura, 118, 3º E	Mesão Frio	Emp. municipal	2	T2	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
574	R. Virgínia Moura, 76, 3º E	Mesão Frio	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
575	R. Virgínia Moura, 76, R/c D	Mesão Frio	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
576	Rua António Lino, 493, 1º Dto.	Creixomil	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
577	Rua António Lino, 493, 3º Dto.	Creixomil	Emp. municipal	1	T1	Arrendatário	Inadequação	Melhoramento e adequação dos acessos exteriores à habitação	**município | CASFIG**
578	Rua Jorge Amado, Bl. B, casa 81	Fermentões	Emp. municipal	5	T4	Arrendatário	Sobrelotação	Adequação da tipologia	**município | CASFIG**
579	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 1, R/c D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
580	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 1, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
581	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 2, R/c E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
582	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 2, 2º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
583	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 2, 3º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
584	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 3, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
585	Bairro da Emboladoura, Bl. 1, ent. 3, 1º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
586	Bairro da Emboladoura, Bl. 2, ent. 6, R/c D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
587	Bairro da Emboladoura, Bl. 2, ent. 7, 3º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
588	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 8, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
589	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 8, 1º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	

590	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 9, 3º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
591	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 10, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
592	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 10, 3º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
593	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 11, R/c D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
594	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, ent. 11, 3º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
595	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 1	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
596	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 2	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
597	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 4	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
598	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 5	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
599	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 6	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
600	Bairro da Emboladoura, Bl. 3, Cave 7	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
601	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 1	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
602	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 2	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
603	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 3	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
604	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 4	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
605	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 5	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
606	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 6	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
607	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 7	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
608	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, Cave 8	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
609	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, ent. 13, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
610	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, ent. 14, 2º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
611	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, ent. 14, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
612	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, ent. 15, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
613	Bairro da Emboladoura, Bl. 4, ent. 15, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
614	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 1	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
615	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 2	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
616	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 3	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
617	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 4	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
618	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 5	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
619	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 7	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
620	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 8	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	

621	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 9	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
622	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, Cave 10	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
623	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, ent. 16, 3º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
624	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, ent. 17, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
625	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, ent. 18, 2º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
626	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, ent. 19, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
627	Bairro da Emboladoura, Bl. 5, ent. 20, 3º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
628	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 21, R/c E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
629	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 22, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
630	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 23, 1º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
631	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 23, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
632	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 24, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
633	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 25, 2º E	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
634	Bairro da Emboladoura, Bl. 6, ent. 25, 3º D	Gondar	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
635	Rua da Feijoeira, Bl. D, 9, Cave E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
636	Rua da Feijoeira, Bl. D, 178, Gal. 2 Esq, Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
637	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa A Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
638	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal 2, Casa B Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
639	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa B Dto.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
640	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, Casa C Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
641	Rua da Feijoeira, 88, Bl. D, - Gal. 2, Casa D Dto.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
642	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa F Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
643	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa F Dto.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
644	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa G Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
645	Rua da Feijoeira, Bl. D, 88 - Gal. 2, casa G Dto.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
646	Rua da Atouguia, Bl. D, 52, R/c E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
647	Rua da Atouguia, Bl. D, 52, R/c D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
648	Rua da Atouguia, 54, Bl. D, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
649	Rua da Atouguia 54, Bl. D, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
650	Rua da Atouguia, 76, Bl. D, 1º Esq.	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
651	Rua da Atouguia, 76, Bl. D, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	

652	Rua da Atouguia, 100, Bl. D, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
653	Rua da Atouguia, 100, Bl. D, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
654	Rua da Atouguia, 122, Bl. D, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
655	Rua da Atouguia, Bl. D, 2, Gal. 2, Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
656	Rua da Atouguia, Bl. D, 2, Gal. 2, Casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
657	Rua da Atouguia, Bl. D, 2, Gal. 2, Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
658	Rua da Atouguia, Bl. D, 10, R/c E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
659	Rua da Atouguia, Bl. D, 10, R/c D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
660	Rua da Atouguia, Bl. D, 12, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
661	Rua da Atouguia, Bl. D, 12, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
662	Rua da Atouguia, Bl. D, 30, R/c D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
663	Rua da Atouguia, Bl. D, 32, 1º E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
664	Rua da Atouguia, Bl. D, 32, 1º D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
665	Rua da Amorosa, Bloco B, 134 - Gal. 1, casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
666	Rua da Amorosa, Bloco B, 134 - Gal. 2, casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
667	Rua da Amorosa, Bloco B, 134 - Gal. 2, casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
668	Rua da Amorosa, Bloco B, 134 - Gal. 2, casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
669	Rua da Amorosa, Bloco B, 134 - Gal. 2, casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
670	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Esq, Casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
671	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Esq, Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
672	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Esq, Casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
673	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Esq, Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
674	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Esq, Casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
675	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
676	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
677	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
678	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
679	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
680	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
681	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 1 Dto., Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
682	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	

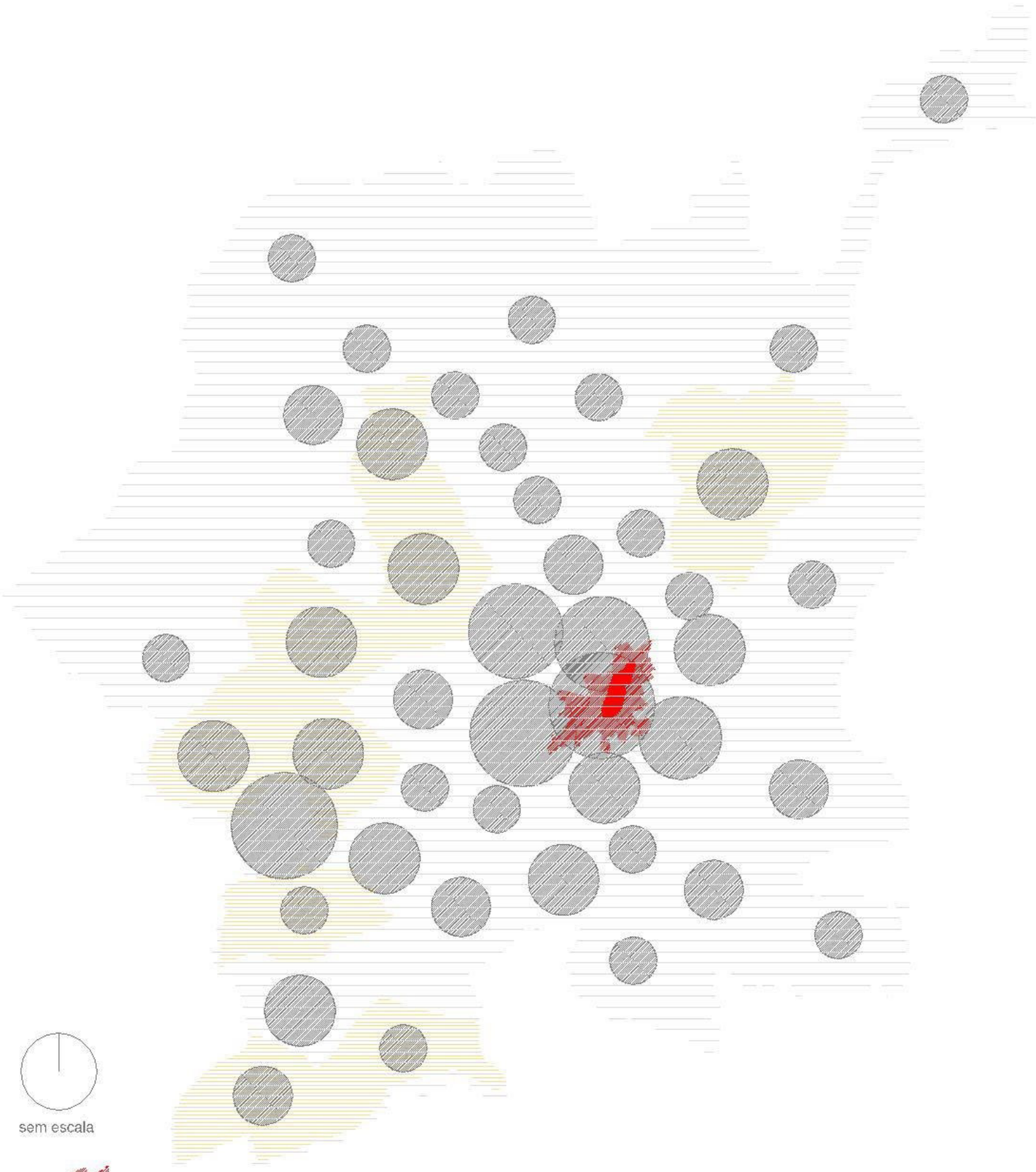
683	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
684	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
685	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
686	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
687	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
688	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Esq., Casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
689	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
690	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
691	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
692	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
693	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
694	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
695	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
696	Rua da Amorosa, Bl. B, 210 - Gal. 2 Dt., Casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
697	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
698	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
699	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
700	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
701	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
702	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Esq, casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
703	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
704	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
705	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
706	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
707	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
708	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
709	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
710	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
711	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 1 Dto., casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
712	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
713	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	

714	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
715	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
716	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
717	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
718	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
719	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Esq casa H	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
720	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa A	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
721	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
722	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa C	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
723	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa D	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
724	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa E	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
725	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa F	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
726	Rua da Amorosa, Bl. B, 300 - Gal. 2 Dto., casa G	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Emp. Estatal (IHRU)	S/ informação	S/ informação	Proprietário	Insalubridade	Reabilitação da habitação	
	R. da Arcela, 74, B	UF Oliveira, S. Paio, S. Sebastião	Hab. Dispersa	2	T1	Arrendatário	Inadequação	construção nova	**privado** / município

Figuras e quadros

i. Figura 7 _ esquema estrutural do modelo de atuação (ELH)
ii. Figura 8_ territorialização das situações identificadas de “indignidade habitacional” (incluindo aquelas de propriedade estatal)
iii. Quadro 17 _ distribuição e sistematização das soluções identificadas por macro modelos de solução
iv. Quadro 18 _ estimativa orçamental global por tipologia de fogo (CMG | CASFIG)
v. Quadro 19 _ investimento para o ano de 2019
vi. Quadro 20 _ investimento para o ano de 2020
vii. Quadro 21 _ investimento para o ano de 2021
viii. Quadro 22 _ investimento para o ano de 2022
ix. Quadro 23 _ investimento para o ano de 2023
x. Quadro 24 _ investimento para o ano de 2024
xi. Quadro 25 _ Síntese anual do investimento para seis (6) anos (2019 – 2024)

Localização	Problema diagnosticado	Solução perspetivada	Modelo de atuação	Prioridade de investimento	Beneficiários diretos
Empreendimentos estatais Empreendimentos municipais Habitações "dispersas"	Precariedade Incapacidade de pagamento; Falta de emprego; Sem abrigo; Violência doméstica; Não renovação de contrato Insalubridade Humidade; Falta de iluminação, ventilação e/ou conforto térmico Degradação do invólucro exterior; Falta de sanitários / banho Sobrelotação Dimensionamento Acessibilidades Mobilidade condicionada	Construção nova Apoio ao arrendamento Aquisição de habitação Partilha de habitação Reabilitação, adaptação, ampliação, demolição, reconstrução, construção de habitação	Promoção municipal Promoção privada parcerias	2 anos 4 anos 6 anos	Município (câmara municipal / CASFIG) Proprietários privados Instituições / entidade sociais



sem escala

área central de guimarães (cidade)

área dominantemente urbana (vilas)

número de situações de indignidade habitacional identificadas
0 a 5; 5 a 15; 15 a 25; 25 a 35; 35 a 45; 45 a 55; mais de 55

QUADRO DAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS - REUNIÃO DOS MODELOS EM GRANDES GRUPOS

modelos de solução	solução	% situações identificadas	valores parcelares	fogos	valores parcelares
estudos					
reabilitação	reabilitação habitação	30,4%	38,9%	221	282
	melhoramento e adequação - acessibilidades	4,6%		33	
	adequação da tipologia	2,5%		18	
	reabilitação habitação / construção nova	1,4%		10	
construção	construção nova	24,7%	32,9%	179	239
	construção nova / residência partilhada	7,7%		56	
	demolição e reconstrução de habitação	0,6%		4	
aquisição	transferência para habitação adequada	0,4%	23,8%	3	173
	construção nova / apoio arrendamento	23,4%		170	
arrendamento	apoio ao arrendamento	2,3%	4,1%	17	30
	residência partilhada / construção novas / ...	1,1%		8	
	reabilitação da habitação / apoio arrendamento	0,7%		5	
outras soluções	unidade residencial	0,3%	0,3%	2	2
		100,0%	**100,0%**	**726**	**726**

QUADRO DAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS - RELAÇÃO FOGOS | MODELOS DE ACTUAÇÃO

modelos de solução	solução	% situações identificadas	valores parcelares	fogos das situações identificadas	valores parcelares	número de fogos IHRU	**número de fogos 1º direito**
estudos							
reabilitação	reabilitação habitação	30,4%	39%	221	282	150	**132**
	melhoramento e adequação - acessibilidades	4,6%		33			
	adequação da tipologia	2,5%		18			
	reabilitação habitação / construção nova	1,4%		10			
construção	construção nova	24,7%	33%	179	239	23	**216**
	construção nova / residência partilhada	7,7%		56			
	demolição e reconstrução de habitação	0,6%		4			
aquisição	transferência para habitação adequada	0,4%	24%	3	173	0	**173**
	construção nova / apoio arrendamento	23,4%		170			
arrendamento	apoio ao arrendamento	2,3%	4%	17	30	11	**19**
	residência partilhada / construção novas / ...	1,1%		8			
	reabilitação da habitação / apoio arrendamento	0,7%		5			
outras soluções	unidade residencial	0,3%	0%	2	2	0	**2**
		100,0%	**100%**	**726**	**726**	**184**	**542**

QUADRO DAS TIPOLOGIAS DOS FOGOS - RELAÇÃO COM AS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS E ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

tipologias	fogos_geral	fogos_IHRU	fogos_1º direito	área habitação	valor /m2	área global	custo global
T1	305	6	299	73	540,00 €	21827	11 786 580,00 €
T2	180	12	168	95	540,00 €	15960	8 618 400,00 €
T3	72	14	58	117	600,00 €	6786	4 071 600,00 €
T4	18	2	16	128	600,00 €	2048	1 228 800,00 €
T5	3	2	1	150	600,00 €	150	90 000,00 €
sem informação	148	148	0	0	0,00 €	0	318 222,00 €
	726	**184**	**542**				**26 113 602,00 €**

QUADRO DE INVESTIMENTOS ANUAIS - 2019 | 2024

2019

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	
Estudos									Estudos							50 000 €
reabilitação									reabilitação							
construção nova									construção nova							
aquisição									aquisição							
arrendamento									arrendamento							
outras soluções									outras soluções							
																50 000 €

2020

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	total
		70	40	10	10	1					70	40	10	10	1	
Estudos	0%	0	0	0	0	0			Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	17	10	2	2	0	32		reabilitação	24%	731 884 €	518 168 €	137 699 €	166 229 €	7 305 €	1 561 286 €
construção nova	40%	28	16	4	4	0	52		construção nova	40%	1 197 766 €	550 797 €	225 352 €	272 043 €	11 955 €	2 257 912 €
aquisição	32%	22	13	3	3	0	42		aquisição	32%	959 415 €	664 917 €	180 508 €	217 907 €	9 576 €	2 032 323 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	5		arrendamento	4%	105 500 €	292 200 €	19 849 €	23 962 €	1 053 €	442 563 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0		outras soluções	0%	11 121 €	0 €	2 092 €	2 526 €	111 €	15 850 €
	100%	**70**	**40**	**10**	**10**	**1**	**131**			**100%**	**3 005 685 €**	**2 026 082 €**	**565 500 €**	**682 667 €**	**30 000 €**	**6 309 934 €**

2021

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		60	30	10	3	0					60	30	10	3	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0			Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	15	7	2	1	0	25		reabilitação	24%	627 329 €	388 626 €	137 699 €	49 869 €	0 €	1 203 523 €
construção nova	40%	24	12	4	1	0	41		construção nova	40%	1 026 656 €	636 006 €	225 352 €	81 613 €	0 €	1 969 627 €
aquisição	32%	19	10	3	1	0	33		aquisição	32%	822 355 €	509 443 €	180 508 €	65 372 €	0 €	1 577 678 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4		arrendamento	4%	90 428 €	56 020 €	19 849 €	7 188 €	0 €	173 485 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0		outras soluções	0%	9 532 €	5 905 €	2 092 €	758 €	0 €	18 288 €
	100%	**60**	**30**	**10**	**3**	**0**	103			**100%**	**2 576 302 €**	**1 596 000 €**	**565 500 €**	**204 800 €**	**0 €**	**4 942 602 €**

2022

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		60	30	10	3	0					60	30	10	3	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0			Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	15	7	2	1	0	25		reabilitação	24%	627 329 €	388 626 €	137 699 €	49 869 €	0 €	1 203 523 €
construção nova	40%	24	12	4	1	0	41		construção nova	40%	1 026 656 €	636 006 €	225 352 €	81 613 €	0 €	1 969 627 €
aquisição	32%	19	10	3	1	0	33		aquisição	32%	822 355 €	509 443 €	180 508 €	65 372 €	0 €	1 577 678 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4		arrendamento	4%	90 428 €	56 020 €	19 849 €	7 188 €	0 €	173 485 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0		outras soluções	0%	9 532 €	5 905 €	2 092 €	758 €	0 €	18 288 €
	100%	**60**	**30**	**10**	**3**	**0**	103			**100%**	**2 576 302 €**	**1 596 000 €**	**565 500 €**	**204 800 €**	**0 €**	**4 942 602 €**

2023

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		59	35	0	8	0					59	35	0	8	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0			Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	14	9	0	2	0	25		reabilitação	24%	616 874 €	453 397 €	0 €	132 983 €	0 €	1 203 254 €
construção nova	40%	24	14	0	3	0	41		construção nova	40%	1 009 545 €	742 007 €	0 €	217 634 €	0 €	1 969 186 €
aquisição	32%	19	11	0	3	0	33		aquisição	32%	808 650 €	594 350 €	0 €	174 326 €	0 €	1 577 326 €
arrendamento	4%	2	1	0	0	0	4		arrendamento	4%	88 921 €	65 356 €	0 €	19 169 €	0 €	173 447 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0		outras soluções	0%	9 373 €	6 889 €	0 €	2 021 €	0 €	18 284 €
	100%	**59**	**35**	**0**	**8**	**0**	102			**100%**	**2 533 363 €**	**1 862 000 €**	**0 €**	**546 133 €**	**0 €**	**4 941 497 €**

2024

		T1	T2	T3	T4	T5				% global	T1	T2	T3	T4	T5	
		50	33	19	0	0					50	33	19	0	0	
Estudos	0%	0	0	0	0	0			Estudos	0%	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
reabilitação	24%	12	8	5	0	0	25		reabilitação	24%	522 775 €	427 489 €	261 629 €	0 €	0 €	1 211 892 €
construção nova	40%	20	13	8	0	0	41		construção nova	40%	855 547 €	699 607 €	428 168 €	0 €	0 €	1 983 322 €
aquisição	32%	16	11	6	0	0	33		aquisição	32%	685 296 €	560 388 €	342 964 €	0 €	0 €	1 588 648 €
arrendamento	4%	2	1	1	0	0	4		arrendamento	4%	75 357 €	61 622 €	37 713 €	0 €	0 €	174 692 €
outras soluções	0%	0	0	0	0	0	0		outras soluções	0%	7 944 €	6 496 €	3 975 €	0 €	0 €	18 415 €
	100%	**50**	**33**	**19**	**0**	**0**	102			**100%**	**2 146 918 €**	**1 755 600 €**	**1 074 450 €**	**0 €**	**0 €**	**4 976 968 €**

QUADRO SÍNTESE DO INVESTIMENTO (2019 | 2024)

anos	estudos		reabilitação		construção nova		aquisição		arrendamento		outras soluções		total	
	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento	nº fogos	€ investimento
2019	0	0,00 €											0	50 000,00 €
2020	0	0,00 €	32	1 561 285,94 €	52	2 257 911,99 €	42	2 032 322,86 €	5	442 563,20 €	0	15 850,25 €	131	6 309 934,25 €
2021	0	0,00 €	25	1 203 523,50 €	41	1 969 626,75 €	33	1 577 678,44 €	4	173 485,32 €	0	18 287,63 €	103	4 942 601,64 €
2022	0	0,00 €	25	1 203 523,50 €	41	1 969 626,75 €	33	1 577 678,44 €	4	173 485,32 €	0	18 287,63 €	103	4 942 601,64 €
2023	0	0,00 €	25	1 203 254,43 €	41	1 969 186,40 €	33	1 577 325,72 €	4	173 446,53 €	0	18 283,54 €	102	4 941 496,61 €
2024	0	0,00 €	25	1 211 891,72 €	41	1 983 321,76 €	33	1 588 648,20 €	4	174 691,58 €	0	18 414,78 €		4 976 968,03 €
	0	**0**	**131,835**	**6383479,08**	**215,385**	**10149673,65**	**172,6872**	**8353653,665**	**18,9891**	**1137671,946**	**2,0017**	**89123,82339**	**438,898**	**26 163 602,17 €**

Relatório do conselho consultivo associado a “Guimarães mais verde” realizado sobre habitação

ESTRUTURA DE MISSÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
GUIMARÃES 2030

CONSELHO
CONSULTIVO
#11

(IN) FORMAÇÃO

São vários os objetivos estabelecidos para o Conselho Consultivo: informar e formar os participantes sobre determinadas temáticas, partilhar conhecimento entre os Membros, análise, discutir e apresentar propostas, de interesse para o Desenvolvimento sustentável do Município de Guimarães.
Os Membros do Conselho podem igualmente propor temáticas para análise e discussão.

PARTICIPAÇÃO

Através de metodologias não formais, os diferentes membros de cada grupo partilham ideias e conhecimento, fazem a análise das temáticas e refletem sobre problemas ou dificuldades, relacionados com a temática encontrando soluções ou desenvolvendo propostas.

COMUNICAÇÃO

Os resultados globais das sessões são partilhados no seio do grupo, e através do grupo para os respetivos grupos de influência. É também feito um resumo geral, partilhado pelos participantes. O mesmo documento é apresentado ao Conselho Executivo.

CONSELHO CONSULTIVO #11
NOVAS FORMAS DE HABITAR

Quando se fala de habitação, fala-se necessariamente de cidade; a habitação responde a uma necessidade individual de abrigo, segurança e conforto. A um requisito comunitário para viver e conviver.

A 11ª sessão contou numa primeira parte com a presença do Prof. Arqto. Carlos Maia, da Universidade do Minho, que analisou em conjunto com os participantes diferentes tipologias de habitação, as possíveis localizações dentro dos contexto em análise e ajustados às circunstâncias contemporâneas.

Na segunda parte foi promovida uma discussão em torno de diferentes ideias subjacentes às novas formas de habitar no contexto de Guimarães: compra, arrendamento, partilha, o alojamento para estudante, a residência partilhada, o alojamento local, a habitação para pessoas singulares.

A sessão foi aberta pela Dra. Isabel Loureiro, dando as boas-vindas a todos os participantes ali presentes bem como sublinhando a função da Estrutura de Missão e do órgão do Conselho Consultivo dentro da mesma para a manutenção de uma cidadania ativa, participativa e democrática.
O Vereador Arquiteto Seara de Sá continuou a abertura da sessão introduzindo os participantes ao tema com uma noção de casa, do que constitui a habitação, bem como o habitar. Esta introdução falou também na importância de centrar as politicas na necessidade da habitação: não só na casa, mas também na envolvência da mesma, bem como das diferentes necessidades de quem habita durante os seus diferentes períodos de vida.

Para iniciar, o facilitador Carlos Santos levou a cabo uma dinâmica de grupo com o objetivo de criar empatia e conforto entre os participantes. Esta dinâmica centra-se na ideia de fazer uma construção coletiva com diferentes objetivos usando os corpos dos participantes como o material de construção. Uma das noções que se pretende abordar é o conceito de unidade e propósito comum, ainda que com diferentes tarefas distribuídas.

A apresentação e contextualização ao tema da habitação foram feitos pelo Professor Arquiteto Carlos Maia, que leciona na Universidade do Minho.
Foi dada ao público ali presente uma perspetiva de conceito, desenvolvimento da concretização da habitação no decorrer da história, entre os quais se podem destacar alguns exemplos mais relevantes, para o que é nos dias de hoje o nosso modelo de urbe e habitação.

No decorrer do Sec. XIX o modelo de habitação urbano desenhou-se numa distribuição horizontal, projetando-se assim uma habitação plurifamiliar semelhante a uma manta de retalhos.
Com o decorrer da revolução industrial surge também uma nova forma de ver o espaço de fixar: uma forma vertical, em que as casas por pisos vêm fazer uma representação simbólica (senão também bastante literal) da estratificação social e desigualdade classista.
Com a alteração de estruturas sociais, bem como mudanças paradigmáticas de mentalidade, surge a possibilidade, o esboço de co-living , ou seja, uma habitação do coletivo que vê a noção de comunitário/ grupal para além da noção de clã familiar.
Toda esta alteração do paradigma de urbe, economia de mercado e habitar resulta num redesenhar e adaptar constante do que é o espaço habitado, bem como a sua relação com o desabitado.

Além dos fatores sociais, o que modela o espaço-casa são fatores como o melhoramento da sustentabilidade térmica, energética e ambiental, levando subsequentemente a um redesenhar da malha urbana. Parte desta equação também são fatores de peso questões como a orientação solar ou a ventilação, ajudando assim a decidir qual a forma que o espaço tomará.
À semelhança do que acontece com muitos outros "produtos" e bens de consumo, também a casa, aposento ou habitação sofre de um processo de democratização, conduzindo o processo para modos de habitar acessíveis e repetíveis, ou seja, em módulos.
Perante esta apresentação das diferentes configurações que se apresentaram perante nós no decorrer da história, é possível compreender que as novas configurações sociais e económicos moldarão sempre aquilo a que o ser humano chama lar, casa.
Observamos então que se caminha para nova era do habitar.

QUESTIONÁRIO

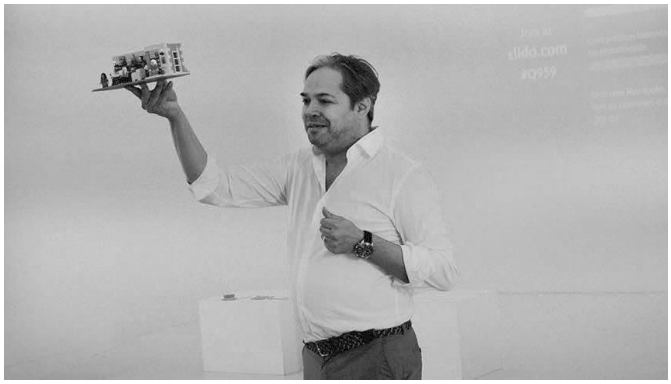
Foi realizado um questionário para averiguar as opiniões dos participantes da sessão sobre a temática de habitação e urbanismo, usando a ferramenta Slido, seguem abaixo os resultados obtidos:

A Habitação é um grande desafio das Cidades no Sec. XXI ?

Não, a habitação sempre foi o desafio principal das Cidades e a razão do seu crescimento.	63%
Sim, por causa da especulação imobiliária.	6%
Não, o problema das cidades é o dinheiro.	0%
Sim, com o êxodo das áreas rurais para os centros urbanos, as Cidades vão ter cada vez mais, problemas com o dossier da habitação.	31%

Como será o futuro da habitação?

Com políticas baseadas na reconstrução do edificado.	44%
Com políticas baseadas no financiamento à nova construção, definida com padrões de sustentabilidade .	25%
Com políticas partilhadas pelos cidadãos em formato "co-something"	31%
Será uma revolução, nada do que estamos habituados e a vivermos em micro-espaços, tipo os japoneses e chineses.	0%



Como já é costumeiro no modelo de sessões do Conselho Consultivo, os participantes agruparam-se para levar a cabo uma refleção registada num canvas, além de ser distribuído a cada grupo um tema, a cada grupo foi também atribuído um modelo diferente de habitação reproduzido em legos, a função destes modelos de moradas era de acrescentar uma dimensão, mais uma camada ao desafio reflexivo.

Na tabela abaixo encontram-se apresentados os resultados do trabalho de reflexão das entidades ali presentes.

OS PARTICIPANTES FORAM DISTRIBUÍDOS POR QUATRO GRUPOS DE TRABALHO

Construção Sustentável	**Envelhecimento**	**Habitação e Região**	**Habitação Digna**

CONTRIBUTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Construção Sustentável

Mapeamento
- Edifício Primavera – habitação social; Urgezes - Residências partilhadas

Problema
- Mentalidade; Tecnologia construtiva/económico; Dinâmica de grupo; Gestão do edifício

Solução
- Lógica de partilha "co-something" misto intergeracional; Utilização de materiais sustentáveis; Lógica de 4.0

Proposta
- Marketing

Envelhecimento

Mapeamento
-Tipologia de estudantes influencia a procura
- Centro Histórico: Choque do uso dos espaços com hábitos populacionais; Adaptabilidade reduzida; Acessibilidade reduzida; População envelhecida; Necessidade de conservar arquitetura
- Centro Histórico / Bairros Sociais: Mais fiscalização; Construir numa prática holística

Problema
- 2025: 25.000 novos alunos internacionais; Envelhecimento sem relação

Solução
- Mais fiscalização; Mais construção;
- Bairro social: Pode ser o início
- EDP/água: Incluídas na renda (possibilidade)

Proposta
- Incubadora de Base Habitação

Habitação e Região

Mapeamento
- Vernacular

Problema
- Tecnologia/cultura

Solução
- Bom Senso
- Adaptação e otimização

Solução
- Políticas de organização

Habitação Digna

Mapeamento
- Acesso à casa
- Saneamento básico
- Eletricidade
- Cumprimento da legislação do licenciamento (ajardinado, lúdico, estacionamento)

MAUS EXEMPLOS
Encosta do Parque da Cidade (Jardins da Penha); Rua Arq. Mário Cardoso; Rua de Azurém

EXEMPLOS POSITIVOS
- Zona atrás do Tribunal; Bairro do Tarrafal; Bairro N. Sra. Conceição; Zona circundante ao Liceu

Problema
- Promiscuidade entre o setor público e privado; Corrupção; Não-cumprimento da legislação do licenciamento

Solução
- Cumprimento da legislação de licenciamento (obrigatório); Legislação dos Projetistas

Solução
- Habitação centrada na pessoa/Bem-estar